



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL SUSTENTÁVEL

RODRIGO VALENÇA DE BARROS CORRÊA

**PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU, BUÍQUE-PE:
CONDICIONANTES PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL
DO TURISMO**

Recife

2023

RODRIGO VALENÇA DE BARROS CORRÊA

PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU, BUÍQUE-PE:
CONDICIONANTES PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável da Universidade de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.
Linha de pesquisa: Aspectos Ambientais e Sociais do Desenvolvimento Local Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Karla Pereira da Silva

Recife
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Pernambuco - UPE
Faculdade de Ciências da Administração e Direito de Pernambuco – FCAP
Biblioteca Prof. Leucio de Lemos

C824p Corrêa, Rodrigo Valença de Barros

Parque Nacional do Catimbau, Buíque-PE: condicionantes para a gestão sustentável do turismo. / Rodrigo Valença de Barros Corrêa. - Recife: o autor, 2023.

108 p.; il.; gráf.; tab.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Karla Pereira da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Pernambuco. Faculdade de Ciências da Administração e Direito de Pernambuco. Programa de Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, 2023.

1. Parque Nacional - Catimbau. 2. Turismo sustentável. 3. Benchmarking. 4. Gestão sustentável. I. Silva, Andrea Karla Pereira da. (Orientadora). II. Título.

FCAP/UPE 18-2023

WebDewey 333.783098134 (23. ed)
Natlann Montalvão – CRB-4/1594

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRANDO
RODRIGO VALENÇA DE BARROS CORRÊA**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 14h30, de forma remota pela plataforma virtual Google Meet, reuniu-se a banca examinadora para a defesa de dissertação do mestrando **Rodrigo Valença de Barros Corrêa**, intitulado **“PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU, BUÍQUE-PE: CONDICIONANTES PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TURISMO”** no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável - GDLS, área de concentração Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, composta pelos professores: Dr. Andrea Karla Pereira da Silva (orientadora e presidente da banca), Dra. Gloria Maria Widmer (avaliadora externa) e o Dr. Eduardo Cardoso Gonçalves (avaliador externo). A professora Dra. Andrea Karla Pereira da Silva que, conforme o regimento interno do GDLS presidiu a sessão, deu as boas vindas aos presentes e concedeu ao mestrando 30 (trinta) minutos para a defesa do trabalho. Em tempo hábil, o mestrando apresentou a dissertação aos presentes. Em seguida, a presidente concedeu a palavra à professora Dra. Gloria Maria Widmer (avaliadora externa), que arguiu ao mestrando e este respondeu às questões colocadas pelo primeiro membro da banca. Dando prosseguimento à sessão, a presidente da banca passou a palavra ao professor Dr. Eduardo Cardoso Gonçalves que arguiu ao mestrando, tendo o mesmo respondido aos questionamentos. Por último, a presidente da mesa fez a arguição e obteve as respostas do mestrando. A presidente da banca finalizou a defesa solicitando aos presentes que se retirassem da sala para que a Banca Examinadora se reunisse para avaliar a defesa. Após alguns minutos foi reaberta a sessão e tornada pública a menção APROVADA, que foi dada por unanimidade pela Banca Examinadora, a qual ressaltou a necessidade de serem atendidas as recomendações propostas pela banca. Eu, Andrea Karla Pereira da Silva, presidente da banca, lavrei a presente ATA, que dato e assino com quem de direito.

Recife, 26 de setembro de 2023.

Professora Dra. Andrea Karla Pereira da Silva
Presidente da banca

Professora Dra. Gloria Maria Widmer
Membro da Banca

Professor Dr. Eduardo Cardoso Gonçalves
Membro da Banca

Rodrigo Valença de Barros Corrêa
Mestre

Para Ricardo, meu filho, propósito da minha existência.
Para Mauro, meu pai (*in memoriam*), pela conquista compartilhada.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Pernambuco, pela oportunidade de realização do Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, através do qual tive a oportunidade de evoluir intelectualmente e ampliar meus conhecimentos.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, que me deram as condições de perceber com profundidade a importância da pesquisa e do conhecimento para a construção de um futuro comum mais justo socioambientalmente.

À minha orientadora, Profa. Dra. Andrea Karla Pereira da Silva, que me mostrou o caminho para a elaboração dessa pesquisa. Talvez ela não soubesse das angústias por que passei. Talvez sim, por ser uma pesquisadora vocacionada e conhecer o desafio que é alcançar tal objetivo. Porém, a certeza é que eu encontraria um reconfortante sorriso no rosto.

Aos Profs. Drs. Hugo Medeiros, Severino Pinto e Tiago Cavalcanti, que me inspiraram e me incentivaram a ingressar no programa de mestrado.

À minha equipe da Secretaria de Planejamento e Gestão, colegas Gestores Governamentais, que foram pacientes nos momentos que eu tive que me isolar.

À minha família, que sempre me apoiou. Ao meu filho, que sempre me amou. E ao meu pai (*in memoriam*), que sempre me mostrou o caminho do estudo e da ética. Sua partida veio comprovar que todo esforço vale a pena. Que os erros são humanos, mas que o amor justifica, fortalece, cura e ensina.

A você, meu pai, toda minha reverência e agradecimento.

RESUMO

A instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, ocorrida ano 2000, veio incentivar a visitação em áreas protegidas brasileiras, a exemplo dos Parques Nacionais, fortalecendo a tendência iniciada nos anos 1980. O Parque Nacional do Catimbau (Parna do Catimbau) é uma Unidade de Conservação (UC) localizada no estado de Pernambuco e pertencente ao bioma da Caatinga. Seus valores naturais, históricos e culturais de destaque vêm atraindo um número crescente de visitantes para a prática do turismo. Apesar de representar um relevante potencial gerador de desenvolvimento local, o turismo na UC, se realizado sem o devido planejamento, pode trazer riscos ambientais, sociais e econômicos para a região e sua população. Decorridos mais de duas décadas desde sua criação, o Parna do Catimbau não possui Conselho Gestor nem Plano de Manejo, além de haver pendências de desapropriações e respectivas indenizações. Esses fatores, somados à precária infraestrutura da região para receber os visitantes, põem em risco a preservação do frágil ecossistema, além de resultar em uma demanda turística potencial represada, freando o desenvolvimento local. Elaborada no formato *multipaper*, o presente trabalho consistiu na construção de três artigos científicos, tendo como objetivo geral discutir as condicionantes para a gestão sustentável do turismo no Parque Nacional do Catimbau. Como resultado, foram identificadas 07 (sete) principais modalidades turísticas passíveis de serem exploradas na área protegida, assim como os instrumentos e ferramentas necessários para a efetiva implementação da UC. Através da aplicação da técnica do *Benchmarking*, foram localizados referenciais de boas práticas de gestão do turismo a serem aplicadas na UC, tomando como referência o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí. Ainda com a aplicação da ferramenta, a partir da análise das quatro zonas que compõem um modelo de gestão circular espacial do Ecoturismo, foram identificados os insumos e os produtos relacionados a cada etapa da produção do Ecoturismo na região, resultando em um eixo direcionador das ações em torno da gestão do Parque.

Palavras-chave: Parques Nacionais. Gestão. Turismo Sustentável. Catimbau. *Benchmarking*.

ABSTRACT

The institution of the National System of Conservation Units - SNUC, which took place in 2000, encouraged visitation in Brazilian protected areas, such as National Parks, strengthening the initiative started in the 1980s. The Catimbau National Park (Parna do Catimbau) is a Conservation Unit (UC) located in the state of Pernambuco and belonging to the Caatinga biome. Its outstanding natural, historical and cultural values have been attracting a growing number of visitors to the practice of ecotourism. Despite representing a relevant potential generator of local development, tourism in the UC, if carried out without due planning, can bring environmental, social and psychological risks to the region and its population. More than two decades after its creation, Parna do Catimbau does not have a Management Council or a Management Plan, in addition to pending expropriations and respective indemnities. These factors, added to the precarious infrastructure of the region to receive visitors, jeopardize the preservation of the fragile ecosystem, in addition to resulting in a potential dammed tourist demand, slowing down local development. Elaborated in the multipaper format, the present work consists of the construction of three scientific articles, with the general objective to discuss the conditions for the sustainable management of tourism in the Catimbau National Park. As a result, 07 (seven) main tourist modalities that could be explored in the protected area were identified, as well as the instruments and tools necessary for the effective implementation of the UC. Through the application of the benchmarking technique, references of good tourism management practices were located to be applied in the UC, taking the Serra da Capivara National Park, located in the state of Piauí, as a reference. Still with the application of the tool, based on the analysis of the four zones that make up a spatial circular management model of ecotourism, the inputs and products related to each stage of ecotourism production in the region were identified, generated in a guiding axis of actions around the management of the Park.

Keywords: National Parks. Management. Sustainable Tourism. Catimbau. Benchmarking.

LISTA DAS FIGURAS

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU.	19
FIGURA 2: MAPA MOSTRANDO O SEMIÁRIDO E BIOMA CAATINGA NO NORDESTE BRASILEIRO.	20
FIGURA 3: FLORA DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU	21
FIGURA 4: FORMAÇÕES ROCHOSAS ERODIDAS PELA AÇÃO DOS VENTOS NO INTERIOR DO PARNA DO CATIMBAU.	22
FIGURA 5: INSCRIÇÕES RUPESTRES NO PARNÁ CATIMBAU	22
FIGURA 6: ESTRUTURA ESQUEMÁTICA DO TURISMO DE AVENTURA	31
FIGURA 7: MAPA DO TERRITÓRIO INDÍGENA KAPINAWÁ	37
FIGURA 8: QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CONFORME O SNUC	51
FIGURA 9: PROPORÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS, SOBRE POSSUIR PLANO DE MANEJO	52
FIGURA 10: EXISTÊNCIA DE CONSELHOS GESTORES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS.	53
FIGURA 11: MAPA DA REDE URBANA ARCOVERDE	58
FIGURA 12: MAPA DAS REGIÕES TURÍSTICAS DE PERNAMBUCO	59
FIGURA 13: MAPA DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	70
FIGURA 14: PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA	71
FIGURA 15: MODELO DIGITAL DE ELEVÇÃO COM RELEVO SOMBREADO DO PNSC E OS LIMITES DE SEUS DOMÍNIOS MORFOESTRUTURAIS	72
FIGURA 16: ELEMENTOS DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA	74
FIGURA 17: QUADRO DE ANÁLISE DO TURISMO SUSTENTÁVEL COMO VALOR OU RECURSO FUNDAMENTAL	77
FIGURA 18: MAPA DAS ZONAS DE MANEJO DO PNSC	79
FIGURA 19: ARTESÃO RESIDENTE NO INTERIOR DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU	84
FIGURA 20: MODELO CIRCULAR ESPACIAL DO ECOTURISMO	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: SÍNTESE DOS TRÊS ARTIGOS PRODUZIDOS NA DISSERTAÇÃO	14
TABELA 2: INDICADORES DO TURISMO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS QUE ABRANGEM O PARNA DO CATIMBAU	56
TABELA 3: APLICAÇÃO DO <i>BENCHMARKING</i> NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU	70
TABELA 4: PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO RELACIONADAS AO TURISMO SUSTENTÁVEL	78
TABELA 5: ANÁLISE COMPARATIVA DA SINERGIA ENTRE STAKEHOLDERS DOS PARQUES NACIONAIS COM RELAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS RELATIVAS À HOSPITALIDADE.	844
TABELA 6: INDICADORES DO TURISMO	88
TABELA 7: PERFIL DO TURISTA QUE VISITOU BUÍQUE/PE	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Agturc	Associação dos Guias de Turismo do Catimbau
AIS	Área Integrada de Segurança
APA	Área de Proteção Ambiental
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
EA	Educação Ambiental
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
Empetur	Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos
FD	<i>Foundation Document</i>
Fundham	Fundação Museu do Homem Americano
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ipham	Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Parna	Parque Nacional
Parnamar	Parque Nacional Marinho
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Plano de Manejo
PN	Parque Natural
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNSC	Parque Nacional da Serra da Capivara
RM	Região Metropolitana
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIG	Sistema de Informação Geográfica
Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Zatan	Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	12
1.1. OBJETIVOS	13
1.1.1. Objetivo geral	13
1.1.2. Objetivos específicos	13
1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	14
2. ARTIGO I	16
ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: AS POTENCIALIDADES DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU, BUIQUE - PE	
3 ARTIGO 2	44
CONDICIONANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU – BUÍQUE/PE	
4 ARTIGO 3	65
DIRETRIZES PARA A GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL: A APLICAÇÃO DA FERRAMENTA DO BENCHMARKING NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU - BUÍQUE/PE.	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	966
REFERÊNCIAS GERAIS	999

1. INTRODUÇÃO GERAL

Reconhecido pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura como um potencial geoparque nas categorias Ambiental, Geomorfológico e Arqueológico, o Parque Nacional do Catimbau (Parna do Catimbau) destaca-se pela presença de paisagens geológicas e geomorfológicas peculiares. Classificado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional) como patrimônio arqueológico nacional, a Unidade de Conservação (UC) foi criada através do Decreto-Lei s/n, de 13 de dezembro de 2002, e está localizada no semiárido do estado de Pernambuco, entre os municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga (BRASIL, 2002; SIGEP, 2022; MARTIN, 2005; SILVA; MAIA, 2008; MENDES, 2012).

O Parque abriga registros rupestres que datam de milhares de anos, o que faz da região o segundo maior sítio arqueológico do País. Juntamente com a presença de formações geomorfológicas como cânions, cavernas e chapadões, a área compõe um cenário de grande valor histórico, natural e cultural, este último devido principalmente à produção de artesanato própria. Esse conjunto de atrativos vem gerando um fluxo cada vez maior de visitantes interessados na prática do turismo de contato com a natureza (BRASIL, 2002; MARTIN, 2005; FERREIRA *et al.*, 2017; SILVA; PIRES, 2016; MARTINS, 2019).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os Parques Nacionais pertencem ao grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujos objetivos são a preservação ambiental, as pesquisas científicas, a educação ambiental, o contato com a natureza e o turismo ecológico - ou Ecoturismo, cuja prática vem resultando em um grande aumento de popularidade em todo o mundo e motivo pelo qual surgiram variadas definições. Apesar dessa diversidade, um conjunto de crenças fundamentais estabelecidas e centrais caracterizam o Ecoturismo, quais sejam: (1) baseado na natureza; (2) preservação/conservação; (3) educação; (4) sustentabilidade; (5) distribuição de benefícios; e (6) ética/responsabilidade/conscientização (BRASIL, 2000; DONOHUE; NEEDHAM, 2006).

Apesar da indústria do turismo representar um dos principais campos econômicos e sociais do mundo, muitos governos e empreendedores têm investido no setor sem o mínimo de planejamento e preparação, muitas vezes sem considerar os impactos negativos da atividade, e o potencial gerador de desenvolvimento local (MATIKU; ZUWARIMWE; TSHIPALA, 2021).

No caso particular dos Parques Nacionais, o Ecoturismo se apresenta como uma das poucas práticas laborais disponíveis para as comunidades no entorno, pois, segundo a legislação, é permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, limitando as possibilidades econômicas no âmbito dessas UCs. Para que a atividade seja desenvolvida, é necessária a integração da população local, efetivada através da atuação do Conselho Gestor. Juntamente com o Plano de Manejo (PM), constituem os dois principais instrumentos de gestão de um Parque Nacional (SILVA; MAIA, 2011, 2013).

Entretanto, o Parna do Catimbau apresenta sérias carências em seu ainda inacabado processo de implementação. Decorridos mais de duas décadas desde sua criação, a UC não possui Conselho Gestor nem PM, além de haver pendências de desapropriações e respectivas indenizações. Esses fatores, somados à precária infraestrutura da região para receber os visitantes, põem em risco a preservação do frágil ecossistema, além de resultar em uma demanda turística potencial represada, freando o desenvolvimento local (MMA, 2023; SILVA; PIRES, 2016; MTur, 2023). Portanto, considera-se a identificação e análise das condicionantes um fator de grande relevância no sentido de estabelecer diretrizes e soluções para a gestão sustentável do turismo no Parna do Catimbau.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

Discutir as condicionantes para a gestão sustentável do turismo no Parque Nacional do Catimbau.

1.1.2. Objetivos específicos

Identificar as modalidades turísticas passíveis de serem exploradas no Parque Nacional do Catimbau, conceituando-as e relacionando-as com suas respectivas características naturais, históricas e culturais na área de estudo.

Identificar instrumentos e ferramentas necessárias para a efetiva implementação da UC, analisando a infraestrutura não apenas da área protegida, mas também da região onde está localizada.

Identificar os referenciais de boas práticas de gestão do turismo a serem aplicadas na UC, analisando a viabilidade da aplicação de um modelo de gestão do Ecoturismo que sirva como eixo norteador das ações em torno do Parque, através da aplicação da ferramenta do *Benchmarking*,

1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em formato *multipaper*. O primeiro tópico é a Introdução Geral, onde é possível encontrar a relevância e contribuição do estudo, os objetivos gerais e específicos, assim como a organização da dissertação. No segundo tópico, é apresentado o artigo I “Ecoturismo e desenvolvimento local: as potencialidades do Parque Nacional do Catimbau – Buíque/PE”, que teve como objetivo discutir as potencialidades turísticas do Parque Nacional do Catimbau sob a ótica do desenvolvimento local sustentável. O terceiro tópico apresenta o artigo II “Condicionantes para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parque Nacional do Catimbau – Buíque/PE.”, que busca discutir aspectos condicionantes para o desenvolvimento local sustentável do turismo no Parque Nacional do Catimbau. O quarto tópico apresenta o artigo III, “Diretrizes para a gestão do turismo sustentável: a aplicação da ferramenta do *Benchmarking* no Parque Nacional do Catimbau – Buíque/PE.”, que buscou estabelecer, através da aplicação da ferramenta do *Benchmarking*, as diretrizes que atendam às condicionantes para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parna do Catimbau, inspiradas em relatos e publicações sobre o turismo em unidades de conservação. Na Tabela 1 pode ser visualizada uma síntese dos três artigos elaborados, contendo títulos, objetivos, a metodologia adotada, bem como as contribuições teórico-práticas para realização do estudo. Por fim, no quinto tópico, são apresentadas as considerações finais acerca dos três artigos que compõem a dissertação.

Tabela 1: Síntese dos três artigos produzidos na Dissertação

	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Títulos	Ecoturismo e desenvolvimento local: as potencialidades do Parque Nacional do Catimbau – Buíque/PE.	Condicionantes para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parque Nacional do Catimbau – Buíque/PE.	Diretrizes para a gestão do turismo sustentável: a aplicação da ferramenta do <i>Benchmarking</i> no Parque Nacional do Catimbau – Buíque/PE.

Objetivos	Discutir as potencialidades turísticas do Parque Nacional do Catimbau sob a ótica do desenvolvimento local.	Discutir as condicionantes para o desenvolvimento local sustentável do turismo no Parque Nacional do Catimbau.	Estabelecer, através da aplicação da ferramenta do <i>Benchmarking</i> , diretrizes que satisfaçam as condicionantes para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parna do Catimbau.
Metodologias	Abordagem qualitativa. Com relação ao objetivo, é exploratório e descritivo, pois faz uso de revisão documental e bibliográfica.	Abordagem qualitativa. Com relação ao objetivo, é exploratório e descritivo, pois faz uso de revisão documental e bibliográfica.	Abordagem qualitativa. Com relação ao objetivo, é exploratório e descritivo, pois faz uso de revisão documental e bibliográfica. Utilização da ferramenta do <i>Benchmarking</i> .
Contribuições teórico-práticas	O artigo identificou as modalidades turísticas passíveis de serem exploradas, conceituando-as e relacionando suas respectivas atividades com as características naturais, históricas e culturais da área de estudo.	O artigo identificou os elementos e instrumentos centrais necessários para efetiva implementação da UC e analisou a infraestrutura não apenas da área protegida, mas também da região onde está localizada.	O artigo localizou referências de boas práticas de gestão do turismo a serem aplicadas na UC e sugeriu a aplicação de um modelo circular espacial de gestão do Ecoturismo para servir como eixo direcionador das ações em torno do Parque.

Fonte: o autor

2. ARTIGO I:

ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: AS POTENCIALIDADES DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU, BUIQUE - PE

RESUMO

O Parque Nacional do Catimbau (Parna do Catimbau) é uma Unidade de Conservação (UC) localizada no estado de Pernambuco e pertencente ao bioma da Caatinga. Seus valores naturais, históricos e culturais de destaque vêm atraindo um número crescente de visitantes para a prática do Ecoturismo. Considerando essa atividade como potencial fomentador de desenvolvimento local, o presente estudo teve como finalidade, através de revisão bibliográfica e documental, discutir as potencialidades turísticas da região, identificando os segmentos possíveis de serem explorados, conceituando-os e relacionando suas respectivas atividades com as características do Parque. Como resultado, foram identificadas sete modalidades relacionadas ao Ecoturismo, sem excluir outras possibilidades de turismo alternativo. Destacou-se, ainda, a necessidade da efetiva implementação do Parque Nacional para que a atividade turística seja desenvolvida de forma sustentável.

Palavras-chave: Catimbau. Turismo Sustentável. Potencialidades Turísticas. Ecoturismo.

1. INTRODUÇÃO

As visitas voltadas para a atividade turística em áreas naturais no Brasil vêm vivenciando expressivo crescimento, sendo consideradas uma estratégia oportuna a ser estimulada para potencializar os benefícios do turismo (SIMONETTI; NASCIMENTO, 2012).

Nessa esteira, pesquisa realizada pelo Instituto Semeia (2022) indica que são comuns relatos de pessoas que buscaram esse tipo de atividade, visitando algum parque natural (PN) pelo menos uma vez na vida, e boa parte de quem visita pela primeira vez, repete o programa várias vezes ao ano. As principais motivações foram o contato e a contemplação da natureza e a intenção de mostrá-la para os filhos. Entre as duas maiores regiões metropolitanas (RM) de cada uma das cinco regiões geográficas do Brasil, a busca pela visita em parques é muito intensa (INSTITUTO SEMEIA, 2022).

Em parques naturais federais, estaduais e municipais distribuídos em 21 estados de todas as regiões do País, na grande maioria dos PNs, o que mais agrada os visitantes são as belezas e atrativos naturais. Em contrapartida, em mais da metade deles ainda não há atividades realizadas para aproveitar sua vocação de aventura, como arvorismo, tirolesa e turismo de base comunitária (INSTITUTO SEMEIA, 2021), fator esse que indica um potencial represado.

Pertencente ao bioma da Caatinga, o Parque Nacional do Catimbau está localizado no semiárido Pernambucano, abrangendo 3 municípios: Buíque, Ibimirim e Tupanatinga. A área apresenta belezas cênicas geológicas e geomorfológicas singulares, tendo sido indicada pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para se transformar em geoparque nas categorias Ambiental, Geomorfológico e Arqueológico (SIGEP, 2022).

O Parna do Catimbau possui diversos sítios arqueológicos que datam de até 6.000 anos, apresentando registros de inscrições e pinturas rupestres, ficando atrás apenas do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí. Por esse motivo, foi transformado em patrimônio arqueológico nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional) (MARTIN, 2005; SILVA; MAIA, 2008; MENDES, 2012). Além disso, o artesanato local se apresenta como um atrativo cultural, a exemplo das figuras talhadas em madeira e gravetos secos dos artesãos Zé Bezerra e Luiz de Benício (SILVA; MAIA, 2011).

As características históricas e naturais e a exuberância do Parque atraem um número considerável de visitantes para a prática do Ecoturismo, notadamente em sua porção oriental, onde se observa uma destacada beleza cênica devido à presença de paredões de arenito e formações rochosas esculpidas pela ação erosiva dos ventos. Também nessa região se observa as inscrições rupestres já referenciadas. (FREIRE et. al, 2015).

Na percepção de Coriolano (2012), o desejo de uma atividade turística que contribua efetivamente para a elevação do nível dos serviços prestados aos turistas e para a melhor qualidade de vida dos anfitriões exige que o turismo seja pensado como uma atividade solidária de aprendizagem entre povos e culturas. Para além de apenas uma oportunidade de negócios, deve promover o desenvolvimento local, que, segundo a autora (2012, p. 64), é “aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socio estruturais, com caráter endógeno”.

Por caráter endógeno, entende-se como aquele que se inicia no interior da localidade, a partir dos interesses dos seus habitantes, considerando suas competências, habilidades e capacidades, possibilitando a articulação dos atores envolvidos na comunidade e na atividade turística (ÁVILA, 2006; FORTUNATO; SILVA, 2011).

Diante de suas características naturais, históricas e culturais singulares, faz-se oportuno, portanto, o seguinte questionamento: dentro de um contexto de desenvolvimento local sustentável e considerando seu caráter endógeno, quais as potencialidades turísticas do Parque Nacional do Catimbau?

Para esclarecer a questão, o presente artigo teve por objetivo geral discutir essas potencialidades sob a ótica do desenvolvimento local. De forma específica, visa identificar as modalidades turísticas passíveis de serem exploradas e conceituá-las, relacionando as suas respectivas atividades com as características naturais, históricas e culturais da área de estudo.

2. MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, de natureza aplicada. Com relação ao objetivo, é exploratória e descritiva, fazendo uso de revisão documental e bibliográfica para discutir as potencialidades turísticas da região do Parque Nacional do Catimbau.

A pesquisa documental fez uso das bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*, com preferência para as duas primeiras. Contudo, com relação a estas, verificou-se uma escassez de artigos disponíveis para alguns critérios booleanos de entrada - a exemplo de *catimbau and turismo*. Por esse motivo, foi necessário recorrer à terceira base citada. Além disso, foram consultados documentos disponíveis *online* e *offline*, a exemplo do Planejamento Estratégico de Turismo de Aventura realizado pela Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos - EMPETUR no ano de 2022.

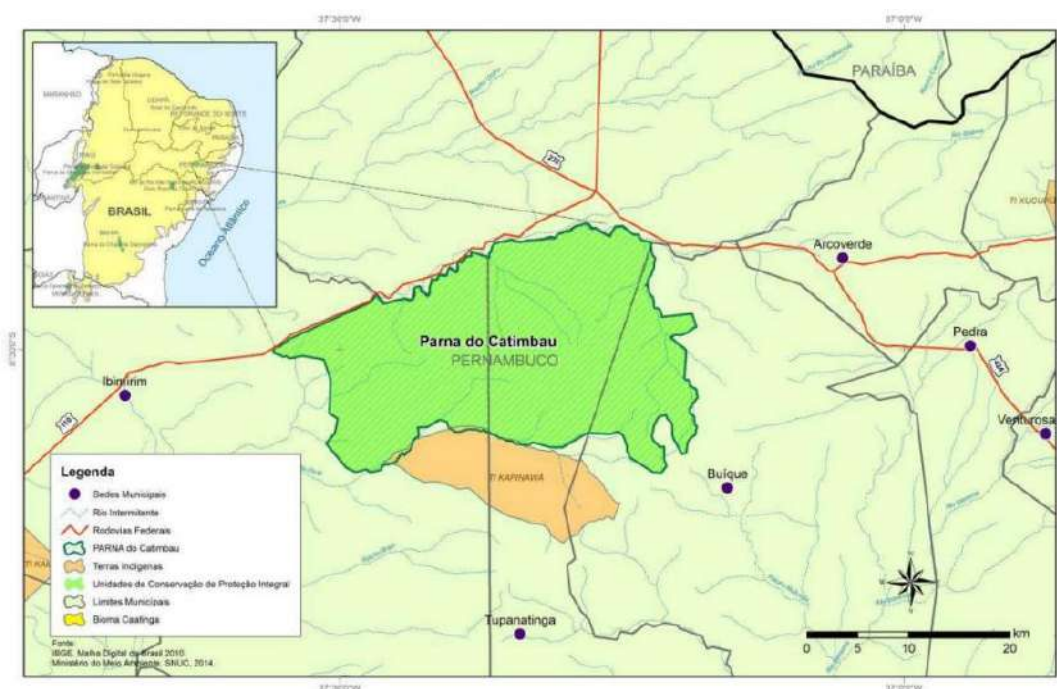
O primeiro passo foi identificar as possibilidades legais de turismo a serem desenvolvidas em um Parque Nacional e conceituá-las; em paralelo, explorar as respectivas derivações de turismo especializado. Ato contínuo, através da descrição das atividades características de cada modalidade, buscou-se discutir a prática dessas atividades voltadas à realidade do Parna do Catimbau, considerando seus valores naturais, históricos e culturais sob a ótica do desenvolvimento local sustentável.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Parque Nacional do Catimbau possui área total de 62.294,14 ha (ICMBIO, 2022) e está situado entre as coordenadas geográficas 8°24'00" e 8°36'35" S e 37°09'30" e 37°14'40" W, na região de transição entre as mesorregiões do agreste e do sertão, abrangendo os municípios de Buíque (12.438 ha), Ibimirim (24.809 ha) e Tupanatinga (23.540 ha) (MARTINS, 2019; SILVA; MAIA, 2011).

Localizado a cerca de 290 km da capital (ROCHA; OLIVEIRA, 2022), o acesso se dá através da BR-232, até o município de Arcoverde (240 km), e em seguida pela PE-270 até o Distrito do Catimbau (34 km), em Buíque, porta de entrada do parque (SILVA; MAIA, 2011) (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização do Parque Nacional do Catimbau.

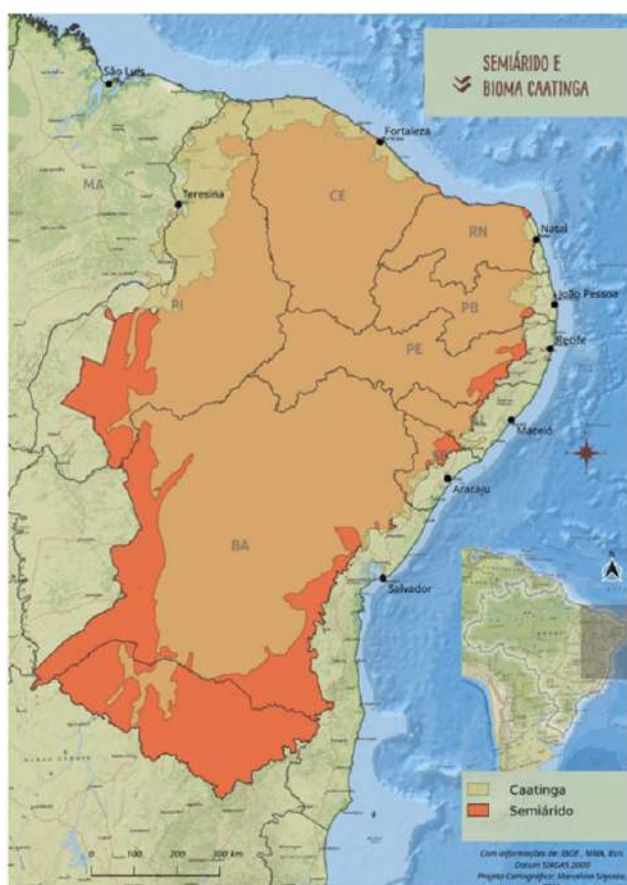


Fonte: Freire *et al.* (2015, p. 2).

A região faz parte do semiárido do estado de Pernambuco, com clima quente e seco, chuvas amenas e temperatura média de 24°C. Porém, em determinadas épocas do ano pode chegar a 36°C, ainda que seja possível encontrar áreas de altitudes próximas de 900m, com temperaturas mais amenas e índices pluviométricos que atingem 1000mm anuais (SOUZA, 2016; MARTINS, 2019).

O Parna do Catimbau pertence ao bioma da Caatinga (ICMBIO, 2022), tendo sido indicado como uma das áreas prioritárias para a conservação do bioma (SILVA *et al.*, 2003) (Figura 2). Há predomínio de espécies arbóreo-arbustivas, espécies caducifólias e subcaducifólias, sendo possível também observar espécies da caatinga do cristalino e caatinga de áreas sedimentares. Destaca-se a presença do mandacaru (*Cereus jamacaru*), o quipá (*Tacinga palmadora*), assim como espécies as endêmicas, como as bromélias *Dyckia limae* e a *Tillandsia catimbauensis* (GOMES; RODAL; MELO, 2006; SANTOS; DELGADO JR; ALVES, 2012 apud SILVA; MAIA, 2013, p. 564).

Figura 2: Mapa mostrando o Semiárido e bioma caatinga no Nordeste Brasileiro.



Fonte: Andrade e Dantas (2020, p. 76).

No que se refere às espécies ameaçadas de extinção, há a presença do jacarandá (*Jacaranda rugosa*), a coroa-de-frade (*Melocactus violaceus*), *Mitracarpus buiquensis* e *Mandevilla catimbauensis* (SANTOS; DELGADO JR; ALVES, 2012 apud SILVA; MAIA, 2013, p. 564). Nas áreas de maior altitude e de maior umidade, observa-se uma mata mais densa e de aspecto arbóreo. Devido a variações geomorfológicas e pedológicas,

também se verificam espécies do cerrado, da mata atlântica e de campos rupestres (SOUZA, 2016; FARIAS, 2009) (Figura 3).

Figura 3: flora do Parque Nacional do Catimbau



Fonte: acervo pessoal do pesquisador.

A fauna local abriga uma série de espécies de aves (gavião, carcará, canário do mato), répteis (lagarto-das-rochas, cascavéis), roedores (mocó e preá), anfíbios e mamíferos (lobo-guará e felinos) (SILVA; MAIA, 2013; FARIAS, 2009; MARTINS, 2019). Há também espécies ameaçadas de extinção, como a onça-parda (*Puma condolor greeni*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) e o pintassilgo-do-nordeste (*Carduelis yarrellii*) (HAUFF, 2010).

No tocante aos usos, podemos diferenciá-los entre os exercidos na porção ocidental e na oriental. Na primeira, o Parna do Catimbau apresenta dois usos predominantes: a pequena agricultura familiar, com cultivos variados, a exemplo de melão, melancia e coco-da-bahia; e a agricultura e pecuária de subsistência típicas da Caatinga, praticadas principalmente por remanescentes de povos indígenas que habitam a área do Parque (Freire *et al.*, 2015).

Já na porção oriental predominam a conservação da biodiversidade e o Ecoturismo. Essa área apresenta uma maior presença de biomassa proveniente da elevada umidade superficial, onde se observa uma exuberante beleza cênica devido à presença de paredões de arenito e formações rochosas esculpidas pela ação erosiva dos ventos (Figura 4). Também nessa região estão localizadas abundantes inscrições rupestres (Freire *et al.*, 2015) (Figura 5).

Figura 4: Formações rochosas erodidas pela ação dos ventos no interior do Parna do Catimbau.



Fonte: acervo pessoal do pesquisador.

Figura 5: inscrições rupestres no Parna do Catimbau



Fonte: Freire *et al.* (2015 p.5)

O Parna do Catimbau foi criado através do Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002, tendo como objetivo básico “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (BRASIL, 2002)

O ponto de partida para a criação foi o *workshop* "Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga", realizado em Petrolina/PE, em dezembro de 2000. Na oportunidade, foi considerado "Área de Extrema Importância Biológica" pelos grupos temáticos que compuseram o evento (Freire *et al.*, 2015).

A despeito do Ecoturismo ser permitido para a categoria de UC na qual está enquadrado, o Parna do Catimbau ainda não possui Plano de Manejo, documento obrigatório de acordo com o Decreto 84.017 de 1979 e através do qual são estabelecidas restrições para a realização da referida atividade (MARTINS, 2019).

O apoio ao visitante é realizado quase que exclusivamente pela Associação dos Guias de Turismo do Catimbau – AGTURC, uma vez que o Parna do Catimbau ainda não está devidamente estruturado. Localizada na entrada do Parque, a estrutura precária funciona como um centro de visitantes, onde são fornecidas informações básicas e também indicada a necessidade de contratação de um guia para a visita, na tentativa de evitar danos aos recursos naturais e históricos (SILVA; MAIA, 2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreendemos que a análise das potencialidades turísticas do Parque Nacional do catimbau não pode ser realizada de forma isolada e simplista, desconsiderando históricos do seu surgimento. Portanto, a seguir, a partir de uma análise descritiva e conceitual, assim como da reflexão acerca da atividade turística no bioma da Caatinga, discorreremos sobre os resultados da pesquisa,

4.1. PARQUES NACIONAIS E ECOTURISMO

Os registros históricos acerca do surgimento das primeiras áreas protegidas remetem ao ano de 700 a.C. na Síria, com a ideia das reservas reais de caça (COLCHESTER, 2000). Porém, é a partir da segunda metade do século XIX que surge a concepção moderna dessas áreas, tendo como seus principais defensores George Catlin e John Muir (NASH, 1967), mas ainda com pouca disponibilidade para o turismo.

A perspectiva de usos dos parques nacionais para o turismo nasce baseada na concepção de *wilderness*, sem a presença de moradores, com destaque para o Parque Nacional de *Yellowstone*, criado em 1872 nos Estados Unidos da América. Essa visão

preservacionista estabelecia uma dicotomia entre o ser humano e a natureza, considerando a convivência humana nessas áreas como incompatível (CAMPOS *et al.*, 2021).

No Brasil, a expansão do turismo de contato com a natureza iniciou-se a partir da década de 1980. Aliada às políticas ambientais e com uma diversidade de denominações - ecológico, verde, de natureza, de aventura, rural, entre outros -, a modalidade trazia uma novidade estética com olhar moderno que resultou em um produto largamente explorado pelas agências e operadoras de turismo (SELVA, 2016).

O primeiro parque nacional brasileiro foi fundado em 1937: o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro (COSTA, 2002). No ano de 2000 é criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), composto pelas UCs federais, estaduais e municipais, através da Lei nº 9.985, de 18 de julho daquele ano. Segundo a legislação, as UCs estão divididas em 02 grupos: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. Como o próprio nome informa, a primeira é mais restrita, com permissão apenas para uso indireto dos seus recursos naturais; já a segunda permite o uso sustentável de parcela desses recursos:

“Art. 7º As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidade de Proteção Integral;

II - Unidade de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.” (BRASIL, 2000).

Os Parques Nacionais são uma categoria que se enquadra no grupo de Unidade de Proteção Integral, tendo como objetivo básico (grifo nosso):

“[...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (BRASIL, 2000)

Portanto, de acordo com a normativa legal que disciplina os usos das Unidades de Conservação, o segmento do turismo permitido para a categoria dos Parques Nacionais é o turismo ecológico (ou Ecoturismo). Por permitir apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, a legislação limita as possibilidades econômicas no âmbito dessas UCs de Proteção Integral.

O Ecoturismo, portanto, se apresenta como uma das poucas atividades disponíveis para as comunidades no entorno dessas áreas protegidas (SILVA; MAIA, 2013). Para que seja desenvolvida, faz-se necessária a integração da população local na gestão do parque, que muitas vezes apenas recebe as proibições de uso, sendo obrigada a abandonar atividades há muito praticadas e, muitas vezes, origem do seu sustento, a exemplo da criação de animais (SILVA; MAIA, 2011).

O Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur (1994, p.19), define o Ecoturismo como um “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. Ainda reforça que o segmento se caracteriza (i) pelo contato com ambientes naturais, (ii) pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e (iii) pela proteção das áreas onde ocorre, formando o tripé interpretação, conservação e sustentabilidade.

Nesse contexto, insta destacar a diferenciação entre Ecoturismo e Turismo Sustentável, sendo o primeiro uma categoria turística e o segundo uma forma de relacionar as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro, baseado nos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômico.

Em outras palavras, o turismo sustentável “empresta à segmentação da oferta requisitos que podem determinar alguns tipos de turismo, como é o caso do Ecoturismo” (EMBRATUR, 2015, p. 20). López-Richard e Chináglia (2004) corroboram com esse entendimento ao afirmar que o Ecoturismo seria o turismo sustentável realizado em ambientes naturais e que pode ser descrito com base nos conceitos de sustentabilidade.

Silva e Maia (2008, p. 208), citando Wearing e Neil (2001), sugerem o Ecoturismo como uma variável do turismo alternativo, que, nas palavras dos autores, “[...] pode ser definido como formas de turismo que demonstram ser coerentes com os valores natural, social e comunitário [...]” e estaria localizado no extremo oposto ao turismo de massa. Este, por sua vez, de acordo com Dowling (1997), é o praticado por um número grande de pessoas, que buscam opções que repliquem características da própria cultura, em um cenário institucionalizado, e com pouca interação cultural e ambiental.

Ezaquias (2022) afirma que o Ecoturismo surgiu na década de 1960 através das visitas aos ambientes naturais, com foco na preocupação com o meio ambiente das áreas protegidas e como alternativa de combate à pobreza das localidades, sendo uma atividade

em franco crescimento, a exemplo dos 7% registrados em 2019. O autor traz uma definição mais ampla para o Ecoturismo do que aquela consagrada pela Embratur em 2015, conforme segue:

Ecoturismo é um processo de interpretações locais e relações éticas, solidárias, científicas, tecnológicas, econômicas, comerciais, psicológicas, socioculturais, ambientais, políticas e institucionais sensíveis, produto de viagens a espaços naturais, que a partir dessas abordagens levanta a percepção dos turistas e impactos no bem-estar da população local, educação ambiental e gera mudanças nos ambientes.” (EZAQUIAS, 2022, p. 61).

No que tange às atividades praticadas no âmbito da modalidade, caracterizam-se pelo contato direto com a natureza, seja a fauna, a flora, as paisagens, formações rochosas, espetáculos naturais, entre outros. Atividades de interpretação ambiental também são características, geralmente realizadas na companhia de um condutor ou guia local. Muitas vezes as atividades realizadas no âmbito do Ecoturismo se relacionam com o Turismo de Aventura (EMBRATUR, 2015).

4.2. TURISMO E CAATINGA

A despeito da variedade de atrativos históricos, culturais e naturais presentes no nordeste brasileiro, o turismo litorâneo de praia-sol foi o que mais atraiu turistas para a região, seguindo a tendência mundial. A concentração de investimentos em novos espaços polarizados para este fim, como os mega hotéis conhecidos como *resorts*, resultou em problemas ambientais e sociais, levando esse modelo a apresentar claros sinais de exaustão (OLIVEIRA, 2007; SEABRA, 2003; SELVA, 2016).

De acordo com Seabra (2003, p. 139), quando se trata do litoral brasileiro, o patrimônio turístico está sendo destruído de maneira acelerada e irresponsável. A velocidade dos empreendimentos transforma as paisagens naturais, o próprio produto turístico, em lugar não turístico, onde o turista se torna refém de uma estrutura fechada intramuros, sem nenhuma identidade com o lugar.

Citando Gallero (2000), que nos ensina que o turismo é uma atividade cíclica, com início, meio e fim, Seabra (2003) ainda conclui que o turismo litorâneo se encontra em seu ciclo terminal, devendo-se lançar olhar para o interior - mais precisamente para o Sertão, região onde predomina o bioma da Caatinga e ao qual pertence o Parque Nacional do Catimbau.

Abrangendo os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, sul e leste do Piauí e norte de Minas Gerais, a Caatinga abriga 10% do território nacional e possui clima semiárido. De solo raso e pedregoso, embora relativamente fértil, o bioma é rico em recursos genéticos dada a sua alta biodiversidade. O aspecto agressivo da vegetação contrasta com o colorido diversificado das flores emergentes no período das chuvas (WWF-BRASIL, 2022).

Apesar de frágil e sob forte pressão, a Caatinga é o menos protegido dos biomas brasileiros, com menos de 1% de sua área contemplada por UCs. É também o menos estudado e um dos mais antropizados, superado apenas pela Mata Atlântica e Cerrado (CAVALCANTE; MARIANO NETO, 2007).

Portanto, a despeito do ritmo lento que os empreendimentos turísticos de grande porte acontecem na região se comparado ao turismo de sol e mar, é necessária a atenção para o planejamento, monitoramento e gestão voltados para a conservação ambiental e para os benefícios socioeconômicos locais. Esse contexto de fomento ao turismo e proteção ambiental também traz em seu bojo a necessidade da prática da educação ambiental como prioridade, devendo estar presente nos debates sobre possibilidades e desafios, tendo como referência estudos, experiências e pesquisas.

4.3. A HISTÓRIA DO TURISMO NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU

O Parna do Catimbau foi criado através do Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002, tendo como objetivo básico:

“a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (BRASIL, 2002)

O ponto de partida para a criação foi o *workshop* "Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga", realizado em Petrolina/PE, em dezembro de 2000. Na oportunidade, foi considerado "Área de Extrema Importância Biológica" pelos grupos temáticos que compuseram o evento (Freire *et al.*, 2015).

Porém, os primeiros registros da atividade turística no Vale do Catimbau, de acordo com Silva e Maia (2011), datam ainda da década de 1970, muito antes da criação

da UC, principalmente devido às pinturas rupestres. Até o final da década, a única possibilidade de hospedagem na localidade era na Casa Nossa Senhora das Graças, cujo serviço era prestado por religiosas. Na década seguinte foi inaugurada uma pequena pousada junto a um posto de gasolina, criada para atender comerciantes. Nessa época o turismo ainda não era percebido pela comunidade local. Porém, com o passar dos anos e devido ao aumento do número de visitantes - notadamente pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), interessados no estudo de pinturas rupestres na região - , alguns jovens começaram a se interessar pela atividade de condução, assim como outras iniciativas foram surgindo, como a abertura de uma pousada no Distrito do Catimbau. (SILVA; MAIA, 2013; SILVA; PIRES, 2016).

O processo de criação do Parque em 2002, juntamente com uma maior exposição na mídia e o consequente aumento no fluxo de turistas, fez com que a prática da condução passasse a integrar a renda de jovens e adultos, resultando na criação da AGTURC - Associação dos Guias de Turismo do Catimbau. De acordo com seu estatuto, o objetivo da entidade é

“organizar a atividade de condução de visitantes na área do Vale do Catimbau, zelando pela conservação das condições ecológicas e ambientais do Parque e favorecendo a formação de renda para a comunidade” (SILVA; PIRES, 2016, p. 176).

A fundação da Associação contou com o apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, que ficaram responsáveis pela capacitação dos seus integrantes, e foi idealizada não apenas como um órgão representativo dos condutores, mas, também, de interlocução do poder público com a comunidade local.

Suas atividades não se limitavam à condução de visitantes, a exemplo dos mutirões de limpeza de vias e praças e ações de sensibilização ambiental na escola municipal. Constatou-se, portanto, que as poucas ações de mobilização ocorreram a partir dos membros da AGTURC, demonstrando seu poder de articulação com o poder público em benefício da comunidade (SILVA; PIRES, 2016).

O apoio aos turistas é realizado quase que exclusivamente pela Associação, uma vez que o Parna do Catimbau ainda não está devidamente estruturado. Localizada na entrada do Parque, a estrutura precária funciona como um centro de visitantes, onde são fornecidas informações básicas e também indicada a necessidade de contratação de um

guia para a visita, na tentativa de evitar danos aos recursos naturais e históricos (SILVA; MAIA, 2011).

Válido destacar que, a despeito do Ecoturismo ser permitido para a categoria de UC na qual está enquadrado, o Parna do Catimbau ainda não possui Plano de Manejo, documento obrigatório de acordo com o Decreto 84.017 de 1979 e através do qual são estabelecidas restrições para a realização da referida atividade (MARTINS, 2019).

4.4. POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

Conforme adiantado, as potencialidades turísticas presentes no Parque Nacional do Catimbau decorrem de suas características históricas, culturais e naturais. Silva e Maia (2013) destacam o conjunto de sítios arqueológicos, o artesanato, a fauna, a flora, as paisagens a partir de trilhas, mirantes e cânions. O relevo, cemitérios indígenas, nascentes, grutas, cavernas e formações rochosas decorrentes de processos erosivos de cento e cinquenta milhões de anos compõem o repertório de atrativos do destino (SENA *et al.*, 2012). Além disso, como já mencionado, a fauna e a flora locais se destacam pela riqueza de espécies, muitas delas ameaçadas de extinção.

A partir desse panorama, analisaremos, a seguir, as possibilidades de práticas turísticas a serem exercidas no Parna do Catimbau.

4.4.1. Ecoturismo

Em 2010, a Embratur buscou agrupar as atividades próprias do Ecoturismo em 09 (nove) categorias, quais sejam: (i) observação da fauna, (ii) observação da flora, (iii) observação de formações geológicas, (iv) visitas a cavernas (espeleoturismo); (v) observação astronômica, (vi) mergulho livre, (vii) caminhadas; (viii) trilhas interpretativas, (ix) safáris fotográficos. Uma forma objetiva de analisarmos as potencialidades turísticas do Parque Nacional do Catimbau no que diz respeito ao Ecoturismo é, a partir do seu acervo de características históricas, culturais e naturais, compará-las a essas atividades.

Observa-se, a partir da análise, que, das nove categorias, oito são possíveis de serem desenvolvidas no Parna do Catimbau - em maior ou menor proporção -, à exceção da prática do mergulho livre. Considerando-se que essa classificação não é estanque, mas meramente exemplificativa, verifica-se a vocação inequívoca do Parque para o

Ecoturismo, principalmente quando avaliamos as modalidades de turismo especializado com as quais possui relação.

4.4.2. Turismo de Aventura

As potencialidades identificadas na análise acima estão corroboradas no Planejamento Estratégico de Turismo de Aventura realizado pela Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos - EMPETUR (2022).

Ao citar que as UCs presentes no Estado possuem potencial ainda pouco explorado, o documento destaca o Parna do Catimbau, juntamente com o Parque Estadual da Mata das Pimenteiras, localizado no município de Serra Talhada, e o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

O referido planejamento sugere, inclusive, que o estado tem potencial de crescimento no mercado internacional do Turismo de Aventura, onde, à exceção do destino Fernando de Noronha, é ainda desconhecido. Esse crescimento seria desenvolvido justamente no entorno das Unidades de Conservação, com especial espaço para o Parna do Catimbau e o Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas (Zatan) do litoral sul, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe.

O Turismo de Aventura está intimamente relacionado ao Ecoturismo. López-Richard e Chinágli (2004, p. 202) nos trazem que “[...] o conceito de Ecoturismo descreve uma abordagem ética que pode ser aplicada a diferentes formas de empreendimento, fundamentalmente àquelas que usam a natureza como marco, independentemente da atividade turística desenvolvida.”

A partir dessa perspectiva, os autores indicam que o Turismo de Aventura é uma forma de turismo natural fundamentada na ética do Ecoturismo e com variados graus de envolvimento por parte dos clientes. A outra forma de turismo natural seria o turismo baseado na natureza, cujo principal objetivo é a observação.

O conceito de Turismo de Aventura também pode ser delineado através da combinação de natureza, cultura e atividade com vistas a proporcionar experiências a serem desfrutadas de diferentes maneiras pelos visitantes, conforme ilustra a Figura 6.

O impacto dessa modalidade de turismo, conforme demonstra a Empetur (2022), se comparados com o Turismo de Massa e o Turismo de Cruzeiro, coadunam com as perspectivas do turismo sustentável e do Ecoturismo. De acordo com os órgãos, para que haja uma geração de riqueza de US\$ 10.000 (dez mil dólares) na economia local são

necessários, no Turismo de Cruzeiro, 96 (noventa e seis) turistas; no Turismo de Massa, 09 (nove); e para o Turismo de Aventura, apenas 04 (quatro).

Figura 6: Estrutura Esquemática do Turismo de Aventura



Fonte: Empetur (2022)

No Turismo de Massa, apenas 14% das receitas permanecem no destino, e a cada US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) gastos, são gerados 1,5 empregos locais; já no Turismo de Aventura, para o mesmo valor gasto, são gerados 2,6 empregos e 65% das receitas permanecem na localidade.

O Planejamento Estratégico do Turismo de Aventura ainda indica as possibilidades de integração com demais modalidades de turismo, quais sejam: Turismo Rural, Turismo Cultural, Turismo Criativo, Turismo Pedagógico, Turismo Esportivo, Turismo de Base Comunitária, Turismo Indígena e Turismo Náutico.

4.4.3. Turismo Rural

De acordo com Silva e Pires (2016), o processo de globalização tem provocado profundas mudanças no meio rural, fazendo com que o campo deixe de ser associado somente à atividade agropecuária e passe a ser relacionado a outras atividades, a exemplo do turismo, que passa a ser um dos componentes frequentemente associados à valorização das áreas rurais.

Elesbão (2010) ressalta que a demanda por lazer e turismo em ambientes ocupados pela agropecuária tem trazido possibilidades de geração de emprego e renda para as comunidades rurais, tendo como consequência, conforme indicam Carneiro e Teixeira (2004), uma reorientação para a ruralidade.

Observa-se, nas definições de variados autores, a hospedagem nesses ambientes como requisito para o Turismo Rural, a exemplo de Díaz-Pérez; García-Palencia; Hernández-Mogolló (2017), Cunha; Marinho; Machado (2011) e Russo (2003). Contudo, o Ministério do Turismo (BRASIL, 2004, p. 11) o define como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas em ambiente rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Constata-se, de forma imediata, que as atividades relacionadas a essa modalidade de turismo encontram óbice nas limitações impostas a uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, notadamente a hospedagem e a vivência da atividade agropecuária dentro do Parque Nacional.

Contudo, é possível a criação de roteiros turísticos que permitam aos visitantes conhecer as atividades rurais, culturais e históricas das comunidades próximas à UC, bem como as trilhas ecológicas e outros atrativos naturais dentro dos limites do parque. Da mesma forma, hospedagens em áreas próximas ao parque nacional podem oferecer atividades relacionadas ao Turismo Rural, como visitas a propriedades rurais, degustação de produtos locais, entre outras. Válido destacar, sobre este ponto, a presença, no município de Buíque, de um dos maiores rebanhos bovinos do estado de Pernambuco (BDE, 2021).

4.4.4. Turismo Pedagógico e Educação Ambiental

A respeito do Turismo Pedagógico, Milan (2007) afirma que a prática de modalidade turística constitui uma oportunidade para os alunos vivenciarem o mundo natural e praticarem aspectos teóricos vistos em sala de aula. De acordo com Brito *et al.* (2018, p. 67),

O turismo pedagógico é uma forma de turismo que proporciona experiências educacionais, culturais e recreativas para indivíduos e grupos, que se concentra na interação com o ambiente natural, histórico e social, além de buscar a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, promovendo uma visão crítica e reflexiva sobre a realidade.

Já Beames e Spencer (2014, p.29) definem de maneira mais simples; para os autores, a modalidade seria “uma forma de turismo que combina a educação com a viagem [...] proporcionando um aprendizado autêntico e experiencial.”

Rocha e Oliveira (2022) nos informam que as características naturais e históricas do Parna do Catimbau atraem anualmente um número significativo de visitantes para a prática do Turismo Pedagógico, notadamente grupos de alunos dos ensinos fundamental e médio. Porém, muitas vezes as visitas se configuram meramente passeios recreativos, sem que os potenciais pedagógicos da localidade sejam explorados pelos professores e guias.

Os autores também identificaram que a carência de infraestrutura de hospedagem e alimentação, além da precariedade do próprio Parque - que não se encontra efetivamente implementado -, constituem obstáculos a serem superados. Essas situações tornam-se mais gravosas devido à quantidade de integrantes das excursões, que geralmente giram em torno de 30 a 40 pessoas por turma.

A despeito desses fatores, os Rocha e Oliveira (2022, p. 74) concluíram que: “[...] tanto os professores quanto os guias acreditam no potencial do turismo pedagógico no Vale do Catimbau. [...] a grande diversidade de elementos e paisagens naturais, associadas com a riqueza histórica e cultural, fazem da região um lugar de muita riqueza para os alunos.”

Perinotto (2008) afirma que o Turismo Pedagógico é uma ferramenta para a Educação Ambiental (EA), vivenciado junto à natureza e ao campo, através do qual o aluno põe em prática as teorias demonstradas em sala de aula. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999) define a EA como processos através dos quais “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” e devem estar presentes “em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

A educação ambiental formal é aquela que acontece dentro do sistema escolar, no âmbito dos seus currículos, englobando tanto a educação básica (ensinos infantil, fundamental e médio) quanto a superior, especial, profissional e a educação de jovens e adultos, devendo ser integrada, contínua e permanente (BRASIL, 1999). Esse tipo de educação tem como objetivo desenvolver a consciência crítica e a responsabilidade dos estudantes em relação ao meio ambiente. De acordo com Bruno (2014), a EA formal necessita de tempo (regularidade e sequencialidade), locais específicos e equipe

especializada, além de método e planejamento. É organizada com base na faixa etária e/ou nível de conhecimento do aluno para que alcance níveis superiores e uma certificação.

Já a EA não formal é aquela praticada fora do âmbito formal do sistema de ensino, tendo como destinatária toda a coletividade e contemplando questões de organização e participação na defesa do meio ambiente. A EA não formal não é organizada por faixa etária ou níveis de conhecimento, sendo o tema tratado neste espaço o aspecto mais relevante, e tendo como prioridade as aprendizagens e saberes coletivos (BRUNO, 2014).

Ainda sobre a Educação Ambiental não formal, cabe ao poder público, em todos os níveis, incentivá-la, inclusive através do Ecoturismo (BRASIL, 1999). Destaca-se, neste ponto, que a vocação originária do Parna do Catimbau está em consonância com essa diretriz da PNEA, pois seu decreto de criação estabeleceu como objetivo “preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (BRASIL, 2002).

4.4.5. Turismo de Base Comunitária

De acordo com Zaoual (2008), o turismo tradicional, ou turismo de massa, caracteriza-se pela oferta de serviços homogeneizados, visando ao lucro imediato, no qual as relações entre visitantes e visitados são baseadas em interesses econômicos e sem sentido simbólico. O autor indica que esse modelo de turismo se encontra saturado, pois atualmente os turistas almejam experiências não homogeneizadas e estão dispostos a vivenciar trocas culturais com os indivíduos da localidade. O diálogo entre visitante e visitado e o compartilhamento de experiências surgem como características próprias dessa nova perspectiva de atividade turística.

Bartholo (2009) corrobora com essa ideia, sugerindo o “turismo situado de base comunitária” diferente do turismo convencional por basear-se no encontro entre o visitante e o visitado através do diálogo. Segundo o autor, “a característica fundamental do turismo de base comunitária é a nítida preponderância dos padrões relacionais interpessoais nos serviços turísticos ali implementados” (BARTHULO, 2009, p. 51).

Para Bartholo, Bursztyn e Cipolla e (2009), esses serviços devem ser realizados de forma não anônima, buscando uma interação entre visitante e visitado e baseados na troca de experiências. Devem ser planejados pelos anfitriões, de forma colaborativa e

informal e com recursos próprios e locais, com os turistas participando de atividades que compõem a rotina de quem está os recebendo.

Outra diferença entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) e o turismo convencional é a distribuição dos rendimentos provenientes da atividade turística. No TBC, o protagonismo de iniciativas da comunidade local passa a ser um contraponto em relação à dependência que tradicionalmente existe ante os empreendedores externos, ainda que haja a possibilidade de parceria, desde que esses empreendedores estejam “situados” ao contexto socioeconômico local (ZAOUAL, 2008).

Portanto, conforme nos ensinam Botelho e Rodrigues (2016), o TBC possui como pressupostos o protagonismo das populações locais no desenvolvimento do turismo, o fortalecimento da organização cultural e a distribuição equitativa dos benefícios socioeconômicos associados a essa atividade. Citando pesquisa de Bursztyn e Sansolo (2010) que buscou compreender o cenário do TBC no Brasil, os autores também nos trazem que 54% das iniciativas apoiadas são realizadas no entorno ou no interior de UCs.

Ainda de acordo com Botelho e Rodrigues (2016, p. 292), há um potencial significativo para o desenvolvimento de iniciativas de TBC em Parques Nacionais, “pois estas buscam compatibilizar a inserção socioeconômica com a proteção dos recursos naturais e a valorização do patrimônio cultural”. Porém, o apoio à prestação de serviços relacionados ao Turismo de Base Comunitária nessas áreas ainda é incipiente.

4.4.6. Turismo Cultural, Histórico e Indígena

De acordo com Cooper *et al.* (2001), o mercado do turismo divide-se em três segmentos: (i) lazer e recreação, (ii) profissional e de negócios e (iii) estudos e saúde. Com relação ao primeiro, Smith (1989) indica que há cinco tipos diferentes de práticas, quais sejam: (i) turismo étnico, (ii) turismo cultural, (iii) turismo histórico, (iv) turismo ambiental e ecológico e (v) turismo recreacional.

Köhler e Durand (2007) nos trazem que, de acordo com a literatura analítica, há dois conjuntos de definições para o turismo cultural. O primeiro se baseia na demanda (motivos, percepções e experiências de viagem); já o segundo se concentra em aspectos da oferta (consumo de atrações previamente classificadas como culturais).

Segundo os autores, os conceitos assentes na demanda dependem das experiências pessoais dos turistas, a partir das suas motivações em vivenciar experiências culturais em determinado destino, podendo resultar tanto em uma visita a um patrimônio edificado

como uma simples observação de um grupo de pessoas. O principal ponto positivo desses conceitos é a possibilidade de os turistas interpretarem um objeto ou destino de formas diferentes. Porém, como fator negativo, há a dificuldade de delimitar o que é e o que deixa de ser uma atração turística cultural.

Já as definições de turismo cultural de acordo com a oferta se baseiam na disponibilidade de determinado destino ou equipamento turístico classificado como cultural, a exemplo de “centros históricos, festivais, gastronomia local, centros de interpretação patrimonial, mercados tradicionais, museus, entre outros espaços, objetos e eventos” (KÖHLER; DURAND, 2007, p.188). Trata-se, portanto, de conceitos baseados na oferta de atrações culturais previamente definidas como tal e disponíveis para consumo.

Conforme mencionado anteriormente, além do seu notável valor paisagístico, o Parna do Catimbau possui um enorme valor cultural devido à presença de 29 sítios arqueológicos, conforme catalogou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Caracterizam-se pela presença de diversas pinturas rupestres provenientes de ocupações humanas pré-históricas em extensos períodos cronológicos, com destaque para o Alcobaça e o Sítio Casa de Farinha (SILVA; PIRES, 2016; MARTIN, 2005; IPHAN, 1999).

A região do Parna do Catimbau também abrange diversas aldeias Kapinawá (Figura 7), povos indígenas cujos primeiros registros históricos remontam ao século XII, quando foram denominados de Paraquê e Ogoê Goé. No século XIII, com a implementação do Aldeamento do Macaco, houve a junção com outros grupos indígenas. Já no século XX, em busca de reivindicação de identidade, passaram a se autodenominar como Kapinawá (ANDRADE, 2020).

As aldeias estão presentes tanto em áreas englobadas pelo Parna do Catimbau quanto no seu entorno. De aproximadamente 2.500 pessoas do povoado, 1.900 sobrevivem a partir de recursos contemplados pelo Parque. Esses dados em si são indicativos, entre outros, das razões dos conflitos existentes desde a criação da UC, inclusive com os órgãos ambientais, e que perduram até os dias atuais (ANDRADE, 2020).

Figura 7: Mapa do Território Indígena Kapinawá



Fonte: Andrade (2020, p. 207).

Como já visto, o Parna do Catimbau ainda não está efetivamente implementado devido a diversos fatores. Contudo, vislumbra-se, diante do exposto, o grande potencial para o Turismo Cultural, Histórico e Indígena.

5. CONCLUSÃO

Os objetivos preconizados pela legislação através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC impuseram a necessidade de estabelecer diversas restrições de uso às áreas protegidas. No que toca especificamente aos Parques Nacionais, a exploração da prática do Ecoturismo emerge, muitas vezes, como a principal alternativa de atividade econômica para a população local que outrora fazia uso dos recursos naturais da região para obtenção de seu sustento.

Por outro lado, o estabelecimento do turismo a partir da efetivação de um Parque Nacional pode ser um fator de desenvolvimento socioeconômico local. Entretanto, para que sejam estabelecidas as diretrizes e condicionantes com vistas à efetivação da prática da atividade na localidade, é necessária, primeiramente, a identificação das potencialidades a serem exploradas na região.

Nessa esteira, a presente pesquisa buscou, através de revisão bibliográfica e documental, identificar as modalidades turísticas passíveis de serem desenvolvidas no

Parque Nacional do Catimbau, conceituando-as e relacionando suas atividades com as características naturais, históricas e culturais da Unidade de Conservação.

Foi verificada, *prima facie*, a patente vocação para o Ecoturismo, notadamente quando comparadas as atividades típicas da modalidade enumeradas pela Embratur com as características do Parque. Ato contínuo, a partir do estudo das práticas turísticas relacionadas ao Ecoturismo, identificou-se, ainda, a viabilidade para o desenvolvimento dos seguintes segmentos pertencentes ao chamado turismo alternativo, em oposição ao turismo de massa: (i) Turismo de Aventura, (ii) Turismo Rural, (iii) Turismo Pedagógico, (iv) Turismo de Base Comunitária (v) Turismo Cultural, (vi) Turismo Histórico e (vii) Turismo Indígena.

Válido destacar que, diante da vasta gama de possibilidades do turismo alternativo em constante eclosão, as conclusões da pesquisa não excluem demais segmentos, a exemplo do Turismo Criativo, principalmente quando observada a riqueza dos valores presentes na área. Insta salientar, também, que algumas modalidades de denominação mais segmentada já estão contempladas no estudo, a exemplo do Turismo Arqueológico, assim como algumas denominações que decorrem de atividades do Ecoturismo, como o Turismo de Contemplação.

Por fim, é necessário observar o caráter endógeno do desenvolvimento local para que a prática das potencialidades identificadas seja realizada de forma sustentável. O fato de o Parna do Catimbau não estar efetivamente implementado (haja vista, entre outros fatores de grande relevância, a ausência de Plano de Manejo) é preocupante diante do aumento do fluxo de visitantes. A identificação dos elementos necessários para a devida efetivação, assim como seus obstáculos, deve ser realizada e estudada de forma integrada com a comunidade local, a partir de seus interesses, com vistas à sustentabilidade da atividade turística na região em suas três perspectivas: social, econômica e ambiental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. E. A. Pelejas indígenas: conflitos territoriais e dinâmicas históricas na Serra do Catimbau. 2020. 258 f. **Tese** (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

ÁVILA, V. F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), 2006.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. RJ: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; CIPOLLA, C. Practice of service design for tourism initiative: the quality of interpersonal relationships as a design requirement. Touchpoint – **The Journal of Service Design**, v. 1, p. 94-98, 2009.

BDE. **Base de Dados do Estado**. 2021. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=473&Cod=3. Acesso em: 20 de mar. 2023.

BEAMES, S.; SPENCER, C. **Adventure education: An Introduction**. New York: Routledge, 2014.

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.

BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. G. Cenário para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. In: Congresso Latino Americano de Investigacion turistica, 4., 2010, Montevideo (Uruguay). **Anais [...]** CD-ROM.

BRASIL. Decreto nº 9771, de 13 de dezembro de 2002. **Cria o Parque Nacional do Catimbau, nos Municípios de Ibirimir, Tupanatinga e Buíque, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9771.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.975, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso: 08 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília, 2004.

BRITO, G. S. *et al.* Turismo Pedagógico: Uma Proposta de Educação Ambiental na Unidade de Conservação Parque Nacional da Serra da Capivara. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 1, p. 63-79, 2018.

BRUNO, A. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações**, v. 2, n.2, p. 10-25, 2014.

CAMPOS, R. I. R. de; PINTO, P. M.; CRUZ, S. H. R.; MENDES, F. L. de S. Turismo e unidades de conservação: análise teórico-conceitual e empírica do uso indireto em parques nacionais brasileiros. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 185-204, 2021.

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade, novas ruralidades e identidades sociais. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. D. (org.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. 7. ed. Brasília: Embrapa, 2004, p. 15-38.

COOPER, Chris *et al.* **Turismo, princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

LÓPEZ-RICHARD, V.; CHINAGLIA, C. R. Turismo de Aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 199-215, nov. 2004.

CAVALCANTE, M. B.; MARIANO NETO, B.. Reflexões sobre os impactos sócio-ambientais da atividade ecoturística no Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba. **Revista Caminhos de Geografia**, v.8, n.24, p.46-55, 2007.

COLCHESTER, M. Salvaging nature: indigenous peoples and protected areas. In: **Social change and conservation**. Routledge, 2013. p. 97-130.

CORIOLOANO, L. N. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. D. F.; QUEIROZ, O. T. M. (org.). **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.

COSTA, P. C. **Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CUNHA, M. L. R.; MARINHO, A. M. A.; MACHADO, D. B. Turismo rural: conceitos, práticas e tendências. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 4, n. 3, p. 362-380, 2011.

DÍAZ-PÉREZ, D., GARCÍA-PALENCIA, M. A., HERNÁNDEZ-MOGOLLÓN, J. M. Turismo rural y calidad de vida: el caso de los alojamientos rurales en la provincia de Jaén. **Estudios Turísticos**, n. 214, p. 81-104, 2017.

DOWLING, R. K. Plans for the development of regional ecotourism: theory and practice. In: HALL, C. M.; JENKINS, J. & KEARSLEY, G. (org.). **Tourism planning and policy in Australia and New Zealand: cases, issues and practice**. Sydney: McGraw-Hill, 1997, p. 110-134.

ELESBÃO, I. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, E. D. O.; SOUZA, M. (org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 150-166.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Disponível em: http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizes_politicanacionalecoturismo1994.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **ECOTURISMO**: Orientações Básicas. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

EMPETUR. Empresa Pernambucana de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos. **Planejamento Estratégico de Turismo de Aventura**. 2022.

EZAQUIAS, J. E. The ecotourism system: a local approach. Practical case of Cuando Cubango province, Angola. **Revista Interamericana de Ambiente y Turismo**, v. 18, n. 1, p. 60-73, 30 jun. 2022.

FARIAS, G. B. Aves do Parque Nacional do Catimbau, Buíque, Pernambuco, Brasil. **Atualidades Ornitológicas**, v. 1, n. 147, p. 36-39, 2009.

FORTUNATO, R. A; SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). **Revista de Cultura e Turismo**, vol. 5, n. 2, p. 85-100, 2011.

FREIRE, N. C. F. F. *et al.* Mapeamento e análise espectro-temporal das unidades de conservação de proteção integral da administração federal no bioma caatinga: Parque Nacional do Catimbau. **Relatório Parcial da Pesquisa**. Recife, 2015.

GOMES, A. P. de S.; RODAL, M. J. N.; MELO, A. L. D. Florística e fitogeografia da vegetação arbustiva subcaducifólia da Chapada de São José, Buíque, PE, Brasil. **Acta Botanica Brasilica** [online]. v. 20, n. 1, p. 37-48, 2006.

HAUFF, S. **Representatividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Caatinga. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**: Brasília, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/arquivos-biomas/representativconservcaat_shauff_revisojoo_03_produto_final_203_completo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parna do Catimbau**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-do-catimbau>. Acesso em: 6 jun. 2022.

INSTITUTO SEMEIA. **Parques do Brasil**: percepções da população. Disponível em: https://semeia.org.br/arquivos/2022_Parques_do_Brasil_Percepcoes_da_Populacao.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

INSTITUTO SEMEIA. **Diagnóstico do uso público em parques brasileiros**: a perspectiva da gestão. Disponível em: https://semeia.org.br/arquivos/Marco2021_DiagnosticodoUsoPublico_em_ParquesBrasileirosAPerspectivadaGestao.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em: 28 mar. 2023.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2005. Coleção Turismo.

KÖHLER, A. F.; DURAND, J. C. G. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Turismo - Visão e Ação**, vol. 9, n.2, p. 185-198, maio /ago. 2007.

MACHADO, S. E. G. Turismo Rural E Resgate Cultural No Caminho Pomerano. 2011. 44 f. **TCC (Graduação)** - Curso de Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2011.

MARTIN, G. As pinturas rupestres do Sítio Alcobaça, Buíque –PE no contexto da tradição agreste. **Clio Arqueológica**, v. 1, n. 18, p. 27-49, 2005.

MARTINS, C. Percepções e atitudes dos guias de turismo do Parque Nacional do Catimbau em relação à fauna silvestre. In: SIQUEIRA, F. *et al.* (org.) **Ecologia e Conservação da Caatinga**: curso de campo 2015. Recife: UFPE, 2019. p. 284-303.

MENDES, Marcos da Costa. Caracterização e gênese de uma topossequência neossolo quartzarênico – latossolo amarelo no Parque Nacional do Catimbau, Pernambuco. 2012. 119 f. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

MILAN, P. L. Viajar para aprender: Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais – PR. 2007. 125f. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2007.

NASH, R. F. **Wilderness and the American mind**. Yale: Yale University Press, 1967.

OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré - Bahia. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 2, p. 193-202, set. 2007.

PERINOTTO, A. R. C. Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, p.100-103, 2008.

ROCHA, M.H.M.; OLIVEIRA, N.S.M. Desafios do Turismo pedagógico no Parque Nacional do Vale do Catimbau (PE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v 15, n.1, p. 64-76, fev./abr. 2022.

RUSSO, A. Turismo Rural: um estudo exploratório sobre a oferta de hospedagem em propriedades rurais no Brasil. **Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 204-223, 2003.

SEABRA, G. F. D. O turismo sertanejo como alternativa econômica para o semi-árido. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 1, n. 2, p. 137-143, jun. 2003.

SELVA, V. Ecoturismo e Educação Ambiental no Bioma Caatinga. In: Simpósio do Bioma Caatinga, 1. 2016, Petrolina. **Anais [...]** Petrolina: Embrapa, 2016. p. 85-93.

SENA, A. G.; RODRIGUES, R. L. D. S.; SILVA, A. C.; PORDEUS, R. B. Parque Nacional do Catimbau – PE: um laboratório para aulas práticas de Geomorfologia. **Revista Geonorte**, v. 2, n. 4, p. 599-606, 2012.

SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SIMONETTI, S. R; NASCIMENTO, E. P. Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Somanlu: revista de estudos amazônicos**. Manaus, v. 12, n. 1, p. 173-190, jan./jun. 2012.

SILVA, J. H; MAIA, F.B.A. Turismo, cooperação e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional do Catimbau, Buíque – PE. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 4, p. 559-570, 2013.

SILVA, J. H.; MAIA, F. B. A. O turismo no Parque Nacional do Catimbau: Avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo – Visão e Ação**, v. 10, n.2, p. 204-220, 2008.

SILVA, J. H.; MAIA, F. B. A. Organização local e gestão participativa do turismo em unidades de conservação: a difícil tarefa de integração no Parque Nacional do Catimbau (PE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 1, p.36-48, abr. 2011.

SILVA, J. H. DA; PIRES, M. L. L. S. Associativismo em áreas protegidas: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente & Sociedade** [online], v. 19, n. 2, p. 169-186, 2016.

SILVA, *et al.* **Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.

SMITH, V. L. Introduction. In: **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

SOUZA, T. F. Pinturas rupestres e paisagem: um estudo de caso das representações zoomórficas do Vale do Catimbau – PE. 2016. 179f. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

WWF-BRASIL. **Caatinga**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_caatinga/. Acesso em: 15 jun. 2022.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p 1-14, 2008.

3 ARTIGO 2:

CONDICIONANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU – BUÍQUE/PE

RESUMO

Pertencente ao bioma da Caatinga e reconhecido pela sua exuberante beleza cênica, Parque Nacional do Catimbau (Parna do Catimbau) recebe um crescente número de visitantes a cada ano em busca prática do Ecoturismo e suas modalidades derivadas. Apesar de representar um relevante potencial gerador de desenvolvimento local, o turismo em Unidades de Conservação, se realizado sem o devido planejamento, pode trazer riscos ambientais, sociais e econômicos para a região e sua população. O presente artigo teve por objetivo, através de pesquisa bibliográfica e documental, discutir as condicionantes para o desenvolvimento local sustentável do turismo no Parque Nacional do Catimbau, identificando ferramentas e elementos necessários para a efetiva implementação do Parque e analisando a infraestrutura da área protegida e da região onde está localizada. Identificou-se a ausência de ferramentas basilares necessárias à operação das Unidades de Conservação descritas na legislação e a grande carência de infraestrutura turística mínima na localidade.

Palavras-chave: Caatinga, turismo sustentável, Catimbau, SNUC, infraestrutura turística.

1. INTRODUÇÃO

De origem Tupi, o termo “caatinga”, que dá nome ao bioma em estudo, significa “mata branca”, fazendo referência ao aspecto da vegetação durante a estação seca, quando as espécies perdem suas folhas, descortinando os troncos esbranquiçados e brilhantes. Constitui um mosaico de arbustos espinhosos, de clima semiárido, que abrange os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, sul e leste do Piauí e norte de Minas Gerais. De solo raso e pedregoso, abriga 10% do território nacional. Com solo relativamente fértil, o bioma é rico em recursos genéticos dada a sua alta biodiversidade. O aspecto agressivo da vegetação contrasta com o colorido diversificado das flores emergentes no período das chuvas (PRADO, 2003; LEAL et al., 2005; WWF-BRASIL, 2022).

Apesar de frágil e sob forte pressão, a Caatinga é o menos protegido dos biomas brasileiros, com menos de 1% de sua área contemplada por Unidades de Conservação (UC). É também o menos estudado e um dos mais antropizados, e nesse quesito, superado

apenas pela Mata Atlântica e Cerrado (CAVALCANTE; MARIANO NETO, 2007; MMA, 2023). Dentre as onze áreas protegidas pela categoria de manejo Parque Nacional localizadas no bioma caatinga, apenas uma se localiza no estado de Pernambuco: o Parque Nacional do Catimbau - Parna do Catimbau (MMA, 2023).

Criado através do Decreto-Lei s/n, de 13 de dezembro de 2002, com o objetivo de “preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (BRASIL, 2002), o Parque Nacional do Catimbau é o segundo maior sítio arqueológico do Brasil, com registros de pinturas rupestres datadas de 6 mil anos, ficando atrás apenas do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí (MARTIN, 2005).

Devido à sua exuberante beleza cênica, composta por formações geomorfológicas como cânions, cavernas e chapadões, e ao importante valor histórico e arqueológico, o Parque recebe anualmente um crescente número de visitantes. Porém, a forma não regulamentada com que as visitas ocorrem tem causado mudanças importantes nos hábitos e costumes da população local e do entorno (FERREIRA et al., 2017; SILVA; PIRES, 2016; MARTINS, 2019).

Considerado inicialmente como a “indústria sem chaminés”, por supostamente não causar os mesmos impactos ambientais que a indústria propriamente dita vinha ocasionando à época, o turismo consolidou-se mundialmente a partir da década de 1950. Entretanto, esse movimento ocorreu de maneira desorganizada e acelerada, sem seguir uma lógica de planejamento que respeitasse parâmetros de equilíbrio natural, econômico, político e social, e carente de bases teóricas, conceituais e metodológicas que nortegassem estudos e pesquisas na área (SILVA; SANTOS, 2014; PINHEIRO et al., 2011).

Diante das limitações impostas pela legislação que disciplina a criação e gestão das Unidades de Conservação, notadamente os Parques Nacionais, as consequências dessa realidade, quando consideradas no âmbito dessas áreas protegidas, tornam-se mais críticas. Devido às restrições, o Ecoturismo, muitas vezes, surge como única alternativa de atividade econômica a ser desenvolvida pela comunidade local. Essa prática turística, entretanto, pode acarretar em riscos socioambientais irreversíveis, caso seja executada sem planejamento. É o caso do Parna do Catimbau, que carece de elementos importantes e necessários para sua efetivação, como Plano de Manejo, infraestrutura adequada e desapropriações (SILVA; MAIA, 2008; SILVA; PIRES, 2016; SANTANA et al., 2019).

Este artigo tem por objetivo discutir as condicionantes para o desenvolvimento local sustentável do turismo no Parque Nacional do Catimbau. De forma específica, busca identificar os elementos e ferramentas centrais necessários para efetiva implementação da UC e analisar a infraestrutura não apenas da área protegida, mas também da região onde está localizada.

2. MÉTODO DE PESQUISA

O presente artigo caracteriza-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada. Com relação ao objetivo metodológico, caracteriza-se como exploratória e descritiva, pois faz uso de revisão documental e bibliográfica para discutir as condicionantes do desenvolvimento local sustentável do turismo no Parque Nacional do Catimbau.

A pesquisa bibliográfica fez uso das bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*, com preferência para as duas primeiras. Contudo, com relação a estas, verificou-se uma escassez de artigos disponíveis quanto ao uso de indicadores booleanos para alguns critérios de entrada - a exemplo de “catimbau *and* turismo. Por esse motivo, foi necessário recorrer à terceira base citada. Além disso, foram consultados documentos e publicações de órgãos governamentais.

Primeiramente, buscou-se identificar as condicionantes da atividade turística como fomentadora do desenvolvimento local sustentável. Ato contínuo, a partir da análise da estrutura do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, foram identificados os elementos e ferramentas legalmente exigidos para a implementação de uma Unidade de Conservação da categoria de manejo Parque Nacional e ausentes no Parna do Catimbau.

A etapa seguinte da pesquisa objetivou analisar a infraestrutura para receber os turistas a contento em termos de hospedagem, alimentação, transporte entre outros. Por fim, foi analisada a rede urbana de influência à qual os municípios que compõem o território do qual o Parna do Catimbau faz parte.

Os dados obtidos foram tabulados e contribuíram para a elaboração dos tópicos descritos como resultados, que apresentam as condicionantes necessárias à implementação do turismo sustentável no Parna do Catimbau.

3. CONDICIONANTES DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: O CARÁTER ENDÓGENO

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se desdobram em 169 metas. Segundo a ONU (2022), os ODS “são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”.

A despeito do fato do turismo ser mencionado pela Agenda 2030 apenas 3 vezes, a Organização Mundial do Turismo - agência especializada das Organização das Nações Unidas, representando a principal organização internacional no campo do turismo - possui uma revista dedicada ao turismo sustentável, além de publicações de textos e artigos referentes ao tema. Contudo, apesar da evidente atenção e segundo medidas empíricas, em escala global o turismo vem avançando a níveis cada vez menos sustentáveis (HALL; PAGES, 2019).

Fatores contemporâneos como globalização e o emprego de novas tecnologias, que "diminuem distâncias" e facilitam o acesso à informação, além de mudanças nas relações de trabalho que viabilizaram, por exemplo, a concessão de férias pagas e a viagem de incentivo, tornaram o turismo uma importante atividade econômica, muito além de meramente uma tendência social (SILVA; SANTOS, 2014).

Dados do *World Tourism Barometer* de 2021, segundo Šaparnienė *et al.* (2022, p. 1) indicam que

antes da pandemia, a indústria do turismo contribuía com 10,4% para o PIB global e 1/10 dos empregos eram apoiados pelo setor do turismo em todo o mundo. Foi considerada uma das indústrias de mais rápido crescimento, onde pelo menos uma vaga de emprego em cada quatro novos empregos globalmente pertencia ao setor de turismo.

Entretanto, observou-se, conforme já mencionado, que o crescimento dessa atividade em diversas partes do mundo ocorreu de forma desorganizada e acelerada (PINHEIRO *et al.*, 2011). Como consequência, partindo do pressuposto de que a atividade turística possui capacidade para corrigir desigualdades econômicas e sociais através da geração de emprego e renda, os países, estados e municípios lançaram mão de estratégias

de fomento ao turismo. Porém, enquanto alguns casos podem apresentar resultados positivos, outros podem ser desastrosos e dificilmente reversíveis (NUNES, 2009).

Higgins-Desbiolles (2017) afirma que o turismo hoje tem um problema, pois é “viciado em crescimento”. Acadêmicos dentro e fora do turismo afirmam que uma ideologia de crescimento não é compatível com sustentabilidade. Šaparnienė *et al.* (2022), citando Palacios-Florencio *et al.* (2021), corroboram com esse posicionamento, afirmando que o turismo de massa, responsável pela maior parte da contribuição para o crescimento da atividade turística, tem sido comumente identificado e criticado justamente por não ser uma modalidade sustentável.

Na percepção de Coriolano (2012, p. 61), o desejo de uma atividade turística que contribua efetivamente para a elevação do nível dos serviços prestados aos turistas e para a melhor qualidade de vida dos anfitriões

requer pensar o turismo como uma atividade solidária de aprendizagem entre povos e culturas, além da oportunidade de negócios, em municípios e comunidades, como uma atividade que promova o desenvolvimento local, mesmo realizando seu objetivo original, para o qual foi planejado, de promover acumulação global.

No cerne do entendimento trazido pela autora há uma reflexão acerca da concepção da ideia de desenvolvimento. Segundo ela, “pensar o desenvolvimento exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação” (CORIOLANO, 2012, p. 61).

Neste sentido, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de superação de problemas sociais, através do qual uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima (SOUZA, 2002). Ou ainda, um processo de transformação econômica, política e social mediante o qual o padrão de vida da população tende a se tornar um processo social global (PEREIRA, 1985). Conforme nos ensina Rodrigues (1999, p.10): “o vocábulo desenvolvimento, muito desgastado, não significa crescimento e muito menos regular distribuição da riqueza. Não basta um grande aumento do PIB (Produto Interno Bruto), alardeado em letras garrafais pela mídia impressa. A economia não é tudo sem eficácia social.”

Um dos pressupostos do desenvolvimento local é o seu caráter endógeno, ou seja, que se inicia no interior da localidade, a partir dos interesses dos seus habitantes, considerando suas competências, habilidades e capacidades (ÁVILA, 2006). Nessa esteira, Coriolano (2012, p. 64), define desenvolvimento local como “aquele realizado

em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socio estruturais, com caráter endógeno”.

Ouriques (2005, p.16) afirma que “os meios políticos e empresariais capturam e vendem o discurso de que o desenvolvimento do turismo é a grande alternativa para o futuro de muitas localidades brasileiras”. Contudo, é ousado afirmar que o Turismo sempre é gerador de desenvolvimento local, pois “cada país, cidade, vilarejo ou comunidade possui características próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico” (SCÓTOLO; NETTO, 2015, p. 37).

O preceito básico para uma localidade que vislumbra o turismo como possibilidade de desenvolvimento local, portanto, deve ser a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, considerando o “incremento econômico, o aumento das capacidades e habilidades dos habitantes, melhorias na infraestrutura local, respeito aos costumes e tradições e preservação do meio ambiente natural.” (SCÓTOLO; NETTO, 2015, p. 56).

Souza (2002) considera a relevância da atividade turística para o desenvolvimento local, desde que as potencialidades endógenas sejam consideradas, visando a conquista da felicidade e não permitindo a exclusão social nem a degradação ambiental.

Por fim, Fortunato e Silva (2011) reafirmam a importância do turismo para o desenvolvimento local, desde que construído de forma endógena, possibilitando a articulação dos atores envolvidos na comunidade e na atividade turística. Segundo os autores, “a inserção de seus empreendimentos associativos e/ou individuais, comunitários, urbanos e rurais, propõe uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução e fortalecimento do tecido social imerso na arena turística”. (FORTUNATO; SILVA, 2011, p. 92).

4. O PARNA DO CATIMBAU, O SNUC E SUAS AUSÊNCIAS

As Unidades de Conservação (UCs) constituem a principal estratégia de conservação tanto para a biodiversidade quanto para a manutenção de serviços ambientais essenciais para o bem-estar humano (CEPAN, 2020). Consistem em espaços territoriais com características naturais relevantes, possuindo garantias de proteção instituídas pelo Poder Público visando à conservação. A Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC no Brasil. Para tanto, estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs e dispôs sobre

o apoio e o incentivo ao Sistema e as infrações cometidas em seu âmbito, com suas respectivas penalidades. Segundo a legislação, uma Unidade de Conservação consiste em:

[...] um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O SNUC é constituído pelas UCs federais, estaduais e municipais e possui 13 objetivos, entre eles promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica. Insta salientar o viés precípuo de conservação e proteção ambiental que permeia todos os propósitos.

As Unidades de Conservação que compõem o SNUC se dividem em 02 (dois) grupos, quais sejam: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável. A primeira, mais restrita, tem permissão apenas para o uso indireto dos seus recursos naturais; já a segunda contempla o uso sustentável de parcela desses recursos.

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidade de Proteção Integral;

II - Unidade de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.” (BRASIL, 2000).

Cada grupo possui suas respectivas categorias de manejo (Figura 8). Os Parques Nacionais constituem uma dessas categorias, pertencente ao grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, e tem por objetivo básico

“[...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Observa-se, portanto, que o turismo, em sua modalidade turismo ecológico, ou Ecoturismo, está inserido no objetivo legalmente imposto aos Parques Nacionais.

Figura 8: Quadro de Classificação das Unidades de Conservação conforme o SNUC

GRUPO	CATEGORIA
UCs DE PROTEÇÃO INTEGRAL	Estação Ecológica
	Reserva Biológica
	Parque Nacional
	Monumento Natural
	Refúgio da Vida Silvestre
UCs DE USO SUSTENTÁVEL	Área de Proteção Ambiental
	Área de Relevante Interesse Ecológico
	Floresta Nacional
	Reserva Extrativista
	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular de Patrimônio Natural

Fonte: Brasil (2000). Elaborado pelo autor.

As UCs são criadas por ato do poder público, que deve ser precedido de estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar aspectos como localização, dimensão e limites mais adequados para sua instituição, sempre fornecendo informações claras e inteligíveis à população e a todos os interessados.

O principal instrumento de planejamento das Unidades de Conservação é o Plano de Manejo (PM), uma ferramenta técnica que contempla aspectos fundamentais para a gestão da área protegida, tais como o zoneamento, normas de uso da área e regras de manejo dos recursos naturais. Também descreve as necessidades referentes à infraestrutura necessária para a gestão da UC.

Documento obrigatório estabelecido pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, o PM tem por objetivo compatibilizar a preservação ambiental da área protegida com os benefícios que ela pode proporcionar, notadamente o desenvolvimento local. Barros e Leuzinger (2018) afirmam que o fato de o SNUC ter trazido a obrigatoriedade de sua elaboração para todas as categorias de UCs lhes atribuiu a função de ser o principal instrumento de gestão de uma Unidade de Conservação. Segundo os autores,

Isso se deu no momento em que a Lei o definiu como o documento técnico mediante o qual se estabelecem o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da

área (inserido aí o uso público) e o manejo dos recursos naturais de uma UC, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão, tudo com base nos objetivos gerais previstos para a sua categoria (BARROS; LEUZINGER, 2018, p. 282).

Já Henry-Silva (2015) destaca que os Planos de Manejo devem possuir estratégias de alcance dos objetivos estabelecidos na criação das UCs, com impacto não apenas em questões ambientais, mas também em aspectos sociais e econômicos.

O PM deve ser elaborado dentro do prazo de 05 (cinco) anos após a criação da UC e é uma das principais ferramentas para se alcançar a sustentabilidade da atividade do Ecoturismo. Enquanto não estiver elaborado, todas as atividades e obras realizadas em UCs de Proteção Integral, inclusive os Parques Nacionais, devem ser apenas aquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger (BRASIL, 2000). Porém, a despeito da obrigatoriedade, apenas 20,72% das UCs brasileiras possuem o instrumento (Figura 9). O Parna do Catimbau é um dos Parques Nacionais que ainda não o possuem (MMA, 2023).

Figura 9: proporção de Unidades de Conservação brasileiras, sobre possuir Plano de Manejo



Fonte: MMA (2023).

Além do Plano de Manejo, outro elemento condicionante para que uma Unidade de Conservação seja efetivamente implementada é o Conselho Gestor, que poderá ser consultivo ou deliberativo, a depender da categoria da UC - no caso dos Parques Nacionais, é apenas consultivo. Os Conselhos Gestores visam democratizar a participação na gestão das UCs, sendo o principal instrumento do fortalecimento da cidadania e participação social nas ações pertinentes à área protegida. É nesse fórum que são discutidas as perspectivas, interesses e preocupações dos diferentes atores e públicos

envolvidos e impactados pela existência do território legalmente estabelecido (IRVING, 2005; ANDRADE; LIMA, 2016).

Os Conselhos Gestores de UCs possuem 13 (treze) competências, entre elas o acompanhamento da elaboração, implementação e revisão do próprio PM. Além de decisões técnicas, são também responsáveis por medidas de compatibilização dos interesses dos atores envolvidos na gestão da UC e integração das relações com a população do entorno ou do interior da Unidade (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002).

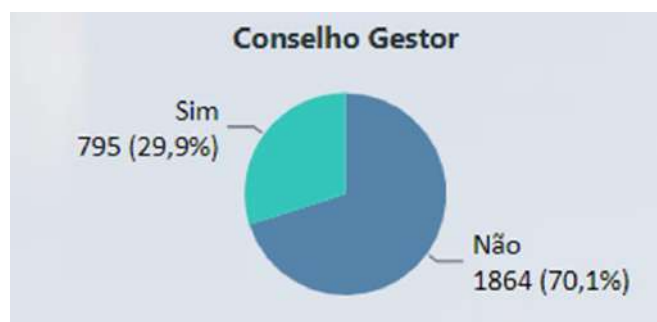
Ferreira (2004, p. 37) destaca o papel dos Conselhos Gestores, que

devem ser entendidos como espaços legalmente instituídos para o exercício da cidadania e do controle social da gestão do patrimônio público, por meio de discussão, avaliação e proposição de ações e políticas que visem o aprimoramento da administração das unidades de conservação e sua integração regional.

Porém, a maioria das Unidades de Conservação não possuem Conselho Gestor instituído e, quando possuem, boa parte não cumpre os papéis para os quais foram designados pela legislação (

Figura 10) (ANDRADE; LIMA, 2016). Da mesma forma que ocorre com o Plano de Manejo, o Parna do Catimbau também não possui Conselho Gestor (MMA, 2023).

Figura 10: Existência de Conselhos Gestores em Unidades de Conservação brasileiras.



Fonte: MMA (2023).

Outro aspecto de suma importância no âmbito da implementação de uma Unidade de Conservação é a efetivação das desapropriações - quando necessário, pois existem UCs privadas, a exemplo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, e, a partir de sua criação através de lei, as terras privadas devem ser desapropriadas (BRASIL, 2000). Vulcanis (2006) destaca que a regularização fundiária e as correspondentes indenizações são fatores necessários para a efetivação dessas áreas protegidas. Há flagrante incompatibilidade em reservar espaços

protegidos e manter as propriedades particulares e somente com os proprietários expropriados e indenizados que se pode, de fato, implementar a UC, tal qual o texto constitucional exige.

De acordo com Rezende e Coelho (2016, p. 133),

O ato normativo que cria uma unidade de conservação não atribui à mesma automática proteção ambiental e não retira a titularidade do particular da referida área. Embora o parque ou outra área ambientalmente relevante já exista formalmente, a mesma não está, ainda, implantada e, portanto, ainda não tutela efetivamente a biodiversidade.

No caso específico do Parna do Catimbau, o próprio Decreto de criação já indica as terras que devem ser desapropriadas:

Art. 3o Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2o deste Decreto, nos termos dos arts. 5o, alínea "I", e 6o do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (BRASIL, 2002).

Enfatizam Rezende e Coelho (2016) que a permanência das propriedades particulares na região da UC tende a inviabilizar a efetiva implantação da área protegida. Ainda, no caso do Parna do Catimbau, diante do aumento do fluxo de visitantes que a região vem apresentando, faz-se necessária a presença de uma infraestrutura adequada, inclusive para o desenvolvimento de unidades de lazer, como destaca Trobia (2015).

Terborgh e Schaik (2002) afirmam que a simples criação através de lei não confere às UCs a proteção desejada, e que boa parte das UCs no mundo representa apenas o que os autores denominam de “parques de papel”, termo que se refere às áreas protegidas que não são efetivamente implementadas e existem apenas no plano documental. Nessa esteira, Schaik e Rijkssen (2002) indicam que 70% dos parques tropicais mundiais possuem pessoas morando em seu interior.

A eficácia de uma Unidade de Conservação depende da sua efetiva implementação, com níveis adequados de manejo, e a desapropriação das terras particulares é um dos instrumentos necessários para o alcance dessa eficácia (LIMA, 2005). Contudo, conforme mencionam Silva e Pires (2016), há sérias pendências de regularização fundiária em termos de indenizações e desapropriações no Parna do Catimbau. Juntamente com a elaboração do Plano de Manejo e a constituição do Conselho

Gestor, a superação desses três obstáculos é fator condicionante para que uma Unidade de Conservação seja efetivamente implementada, sem desconsiderar demais elementos descritos nas normativas que estruturam as UCs.

Ademais, a precariedade da infraestrutura do Parque vem dificultando o estímulo à visitação e, conseqüentemente, o aproveitamento do turismo como fonte de renda para a comunidade (SILVA; PIRES, 2016). A ausência desses fatores, portanto, põem em risco a prática do Ecoturismo sob a ótica da sustentabilidade no Parna do Catimbau.

5. A INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU

De acordo com Godfrey (1996), o conceito de turismo sustentável pode ser dividido em duas escolas de pensamento: abordagem no produto e as abordagens da indústria. A primeira estaria estruturada em três temas centrais, quais sejam, os conceitos gerais, a pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento e o comportamento do turista. Essa escola enxerga a sustentabilidade como alternativa ao turismo de massa. Já a abordagem na indústria argumenta que o turismo de massa é inevitável, sendo necessário elaborar estratégias para torná-lo mais sustentável.

Contudo, verifica-se que o planejamento do turismo é uma etapa necessária para que seja realizado de forma sustentável. De acordo com Getz (1986), o planejamento turístico tem como objetivo otimizar a contribuição da atividade econômica para o bem estar da população e para a preservação da natureza. Já Tosun e Jenkins (1996, p. 520) afirmam que, em uma escala regional, o planejamento turístico consiste em “um esforço que visa atingir o melhor padrão espacial possível de desenvolvimento”.

Carvalho (2009) afirma que a sustentabilidade da atividade turística depende de um planejamento que englobe aspectos como disposição estruturada de equipamentos turísticos e coordenação da natureza fragmentada do turismo, notadamente no que toca ao transporte, alojamento, *marketing* e recursos humanos. Hall e Page (2006, p. 396) também destacam esses pontos. Segundo os autores, o planejamento turístico ocorre de várias formas, entre elas no que refere à infraestrutura, uso do solo e de recursos, organização recursos humanos, divulgação e *marketing*.

Pertencente ao bioma da Caatinga, o Parna do Catimbau é um dos dois Parques Nacionais do estado de Pernambuco - o outro é o Parque Nacional Marinho (Parnamar) de Fernando de Noronha (MMA, 2023). Está localizado entre o agreste e o sertão

pernambucanos, abrangendo os municípios de Ibimirim, Tupanatinga e Buíque, a cerca de 290 km da Capital Recife/PE e contemplando uma área de aproximadamente 62.300 hectares (ROCHA; OLIVEIRA, 2022).

A despeito do potencial turístico decorrente da presença do Parque, a região apresenta carências de infraestrutura para receber os turistas devido ao baixo investimento e à ausência de planejamento (ROCHA; OLIVEIRA, 2022). Serrano (2000) destaca que essa característica é comum em muitas Unidades de Conservação, que apresentam dificuldades para o desenvolvimento do turismo devido à inexistência de infraestrutura adequada, tanto física quanto de pessoal.

O Mapa do Turismo Brasileiro, especificamente no que se refere ao Parna do Catimbau, comprova a precariedade na qual se encontra a região. Conforme demonstrado na Tabela 2, os dados analisados indicam a difícil situação dos três municípios que compõem o território da UC; no caso particular de Ibimirim, não há sequer registro das informações no Ministério do Turismo (MTur).

Tabela 2: Indicadores do Turismo, segundo os municípios que abrangem o Parna do Catimbau

INDICADOR	BUÍQUE	TUPANATINGA	TOTAL
Nº de empresas de turismo	18	0	18
Média do Nº de empregos do setor de Turismo	600	0	600
Média do Nº de empregos do setor de Hospedagem	140	2	142
Nº de hospedagens*	14	2	16
Nº de leitos*	436	40	476
Hospedagens cadastradas no CADASTUR	4	2	6
Nº de Guias	65	0	65
Nº de agências bancárias	4	1	5
Nº de casas de câmbio	0	0	0
Prontos socorros públicos	2	1	3
Prontos socorros privados	0	0	0

(*) Ainda há 06 campings, com capacidade para 90 pessoas

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MTur, 2023.

Observa-se uma estrutura turística praticamente inexistente em Tupanatinga, havendo uma concentração maior em Buíque, que é onde se localiza o Distrito do Catimbau, porta de entrada para o Parque (SILVA; MAIA, 2011).

A despeito da indicação de 14 hospedagens no município de Buíque, Rocha e Oliveira (2022) indicam que há apenas 5 pousadas na cidade, cujas capacidades são

esgotadas rapidamente. Dessa forma, os turistas necessitam se hospedar em municípios próximos, como Pesqueira e Arcoverde. A alimentação também é um obstáculo, com a peculiaridade dos restaurantes se planejarem com foco apenas nos finais de semana.

Com relação ao atendimento médico hospitalar, há uma Unidade Básica de Saúde na Vila do Catimbau, que realiza atendimentos básicos. Entretanto, atendimentos de emergência são conduzidos para o hospital municipal ou a Unidade de Pronto Atendimento localizada em Buíque. A precariedade também é identificada na locomoção dentro do Parque, com as estradas para as trilhas muito estreitas e, muitas vezes, inacessíveis, restando apenas uma via principal que possui um trecho pavimentado. A passagem de carros pipa e a chuva deixam as vias sem condições de trânsito por ônibus e micro-ônibus, restando apenas a opção de aluguel de veículos com tração nas quatro rodas adaptados para transporte de passageiros. (ROCHA; OLIVEIRA, 2022).

O Mapa do Turismo Brasileiro (2023) também indica situações mais amplas de dificuldades na região no que diz respeito à infraestrutura. Por exemplo, os municípios não possuem parcerias, rede de cooperação, intercâmbios ou afins com outros municípios ou entidades regionais, nacionais ou internacionais voltadas ao desenvolvimento do turismo. Também sequer participam de programas ou projetos com o MTur.

Não há fundo municipal nem planos diretores que contemplem o setor. O turismo também não possui planejamento próprio, plano de *marketing* nem programas, projetos ou ações direcionadas especificamente para a atividade. No que toca ao inventário, apenas Buíque o possui, realizado no ano de 2017. Outro fator preocupante é a ausência de cursos, programas ou ações de qualificação profissional para o setor (MTur, 2023).

Os dados do Mapa do Turismo Brasileiro (2023) ainda indicam que a sinalização turística é precária ou inexistente e os municípios não fazem parte de nenhuma rota turística. Também não existe linha regular de transporte que interligue os atrativos. O meio de hospedagem utilizado de forma predominante pelo turista são pousadas e *campings*, o que caracteriza a ausência de estruturas mais confortáveis a serem oferecidas.

Muitas vezes o visitante é obrigado a procurar os municípios vizinhos para se hospedar e buscar demais serviços, notadamente Pesqueira e Arcoverde, que, assim como Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, pertencem à Rede Arcoverde (Figura 11), uma região de influência denominada rede urbana. De acordo com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM (2013, p. 15):

A rede urbana não constitui um simples aglomerado de cidades. Ela se ordena e se hierarquiza, considerando suas

partes, que vão dos centros locais, centros que influenciam apenas o próprio município, até as metrópoles, centros que possuem extensa área de influência no território nacional (CONDEPE/FIDEM, 2013, p. 15).

Figura 11: Mapa da Rede Urbana Arcoverde

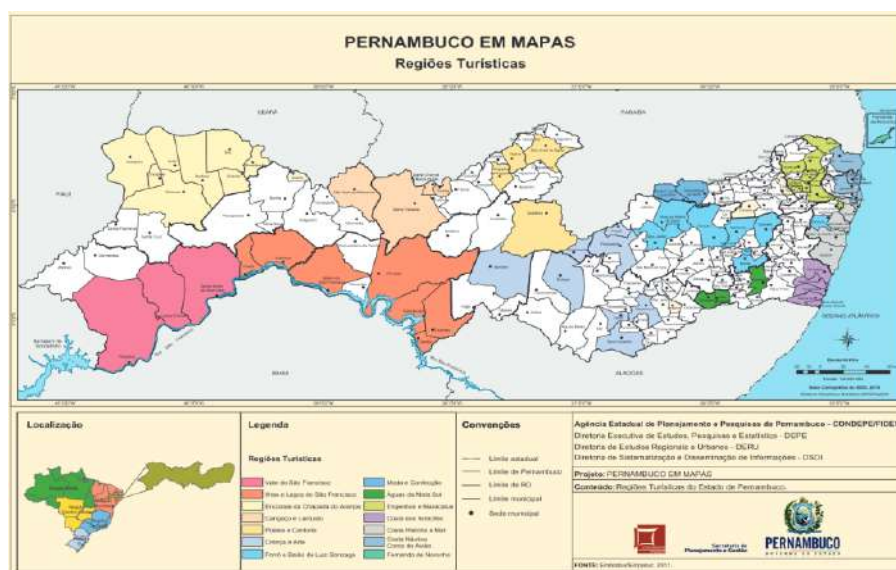


Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2013.

A Rede Arcoverde, constituída por onze cidades, possui Arcoverde como seu núcleo primaz, sem outros polos de influência. Limítrofe a Pesqueira, que também é uma opção de hospedagem buscada pelos turistas do Parna do Catimbau, o município concentra a maioria dos equipamentos funcionais da região: faculdades, serviços de aprendizagem, centros de ensino, agências de trabalho, um hospital regional, gerências regionais de saúde e de ensino, e uma Área Integrada de Segurança (AIS), além de agências bancárias (CONDEPE/FIDEM, 2013).

Especificamente com relação ao turismo, identificam-se as regiões turísticas “Poesia e Cantoria” e “Crença e Arte”, esta última na qual se inserem os municípios de Buíque e Ibimirim, além de Arcoverde (Figura 12).

Figura 12: Mapa das regiões turísticas de Pernambuco



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2011.

6. CONCLUSÃO

A evolução do turismo em Buíque e região ocorreu de forma não planejada e desorganizada, que desconsiderou aspectos de equilíbrio ambiental, social e econômico. Quando analisada no âmbito do Parna do Catimbau, a maneira acelerada da evolução do fluxo de visitantes resulta em potencialização dos riscos para a área protegida, além de dificultar o aproveitamento do devido potencial turístico que o patrimônio natural oferece em termos de desenvolvimento local.

As condicionantes para a implementação de um turismo que favoreça o desenvolvimento sustentável no Parna Catimbau incluem a urgência em instituir os elementos necessários ao seu funcionamento como a categoria do SNUC determina. Apesar de ter sido criado há mais de duas décadas, ainda não possui os elementos necessários para que seu funcionamento seja efetivo. A ausência do Plano de Manejo impede que a devida estrutura de preservação seja implementada, além de inviabilizar o oferecimento de infraestrutura básica para o crescente número de visitantes.

A não existência de Conselho Gestor também constitui óbice para que a gestão participativa no Parque se apresente como ferramenta facilitadora do desenvolvimento local, que se caracteriza pelo seu caráter endógeno. Além disso, a persistente ausência da regularização fundiária e as correspondentes indenizações inviabilizam a efetiva implementação da área protegida.

A melhoria da infraestrutura do *trade* turístico também é condição necessária para a gestão sustentável do turismo no Parna do Catimbau, uma vez que a precariedade do oferecimento de infraestrutura turística nos municípios que constituem a região também é um obstáculo ao desenvolvimento da atividade a partir do potencial que o Parque Nacional representa.

A dependência de cidades próximas para o oferecimento de serviços básicos como hospedagem e alimentação denotam a falta de planejamento e investimento vivenciada pelo *trade* local e comprovada pelo Mapa do Turismo Brasileiro. A proximidade com o município de Arcoverde e toda sua influência exercida na rede urbana da qual é núcleo acaba sendo a única opção melhor estruturada que mantém a atividade turística na localidade, mas não favorece o desenvolvimento econômico no município.

O caminho a ser percorrido para que o Parna do Catimbau como elemento central do desenvolvimento local sustentável na região é longo e exigirá a conjugação de esforços de diversos atores para que as condicionantes apontadas neste estudo sejam superadas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. A. V.; LIMA, V. T. de A. Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 7, n. 13, p. 021–040, 2016.
- CONDEPE/FIDEM. AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Pernambuco em Rede**: Caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2013.
- CONDEPE/FIDEM. AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Pernambuco em Mapas**. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2011.
- ÁVILA, V. F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), 2006.
- BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. **Planos de Manejo**: Panorama, Desafios e Perspectivas. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS, v. 13, n. 2, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002. **Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.340%2C%20DE%2022,inciso%20IV%2C%20e%20o%20art. Acesso em: 18 mai. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 9771, de 13 de dezembro de 2002. **Cria o Parque Nacional do Catimbau, nos Municípios de Ibirimir, Tupanatinga e Buíque, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9771.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.
- BRASIL. Lei No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso: 18 maio 2023.
- CARVALHO, P. **Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais**. In: Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, 1., 2009, Coimbra (Portugal).
- CAVALCANTE, M. B.; MARIANO NETO, B. Reflexões sobre os impactos sócio-ambientais da atividade ecoturística no Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba. **Revista Caminhos de Geografia**, v.8, n.24, p.46-55, 2007.
- CEPAN - CENTRO DE PESQUISAS AMBIENTAIS DO NORDESTE. **Formação de Agentes Ambientais no Estado de Pernambuco**: o desafio de aproximar pessoas às Unidades de Conservação. Recife: Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste, 2020.
- CORIOLOANO, L. N. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. F.; QUEIROZ, O. T. M. M (org.). **Turismo, Espaço**

e Estratégias de Desenvolvimento Local. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.

FERREIRA, I. V. **Áreas protegidas do Brasil:** gestão participativa do SNUC. Brasília: BRASIL: Ministério do Meio Ambiente – MM: IBAMA: WWF: Funbio: Instituto Internacional de Educação do Brasil: The Nature Conservancy, 2004.

FERREIRA, R. V. *et al.* **Geoparque Catimbau e Pedra Furada (PE).** Serviço Geológico do Brasil (CPRM). 2017.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). **Revista de Cultura e Turismo**, vol. 5, n. 2, p. 85-100, 2011.

GETZ, D. Models in tourism planning: towards integration of theory and practice. **Tourism Management**, v. 7, n. 1, p. 21-32, 1986.

GODFREY, K. Towards sustainability? Tourism in the Republic of Cyprus. In: HARRISON, L.; HUSBANDS, W. (Eds.). **Practicing responsible tourism:** international case studies in tourism planning, policy and development. Chichester: John Wiley and Sons, 1996.

HALL, C.; PAGE, S. **The geography of tourism and recreation:** environment, place and space. 3. ed. London: Routledge, 2006

HENRY-SILVA, G. G. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. **Revista Logos**, v. 12, p. 127-151, 2005.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. Sustainable tourism: Sustaining tourism or something more? **Tourism Management Perspectives**, v. 25, p. 157-160, 2018.

IRVING, M. A., *et al.* Governança e áreas protegidas: Pensando o Contexto Brasileiro. Capítulo para o livro **Áreas protegidas e Inclusão Social:** Construindo Novos Caminhos, em elaboração, 2005.

LEAL, *et al.* Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**, v.1, n. 1, p. 139-146, jul. 2005.

LIMA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, W. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **Revista Árvore**, v.29, n.4, 2005. p.647-653.

MARTIN, G. As pinturas rupestres do Sítio Alcobaça, Buíque –PE no contexto da tradição agreste. **Clio Arqueológica**. Recife, v. 1, n. 18, p. 27-49, 2005.

MARTINS, C. Percepções e atitudes dos guias de turismo do Parque Nacional do Catimbau em relação à fauna silvestre. In: SIQUEIRA, F. *et al.* (Org.) **Ecologia e Conservação da Caatinga:** curso de campo 2015. Recife: UFPE, 2019. p.284-303.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Consulta ao banco de dados.** Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 18 maio 2023.

MTUR. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2023.** Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 23 maio 2023.

- NUNES, I. Turismo, desenvolvimento e dependência em Cabo Verde. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2009. 126 p. **Dissertação de Mestrado em Economia.**
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 maio 2023.
- OURIQUES, H.R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência.** 1. ed. Campinas: Alínea, 2005.
- PEREIRA, L.C.B. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983.** 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PINHEIRO, I. F. S. *et al.* A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo: visões e perspectivas para o planejamento turístico com vistas à sustentabilidade. **Soc. nat.**, v. 23, n. 3, p. 467-482, 2011.
- PRADO, D. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, I.R.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M.C. **Ecologia e conservação da Caatinga.** Recife: UFPE 2003. p. 3-73.
- REZENDE, E. N.; COELHO, H. A. A efetiva implantação das Unidades de Conservação ambiental por meio da desapropriação. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 4, n. 3, p. 125-140, 2016.
- ROCHA, M.H.M.; OLIVEIRA, N.S.M. Desafios do Turismo pedagógico no Parque Nacional do Vale do Catimbau (PE). **Revista Brasileira de Ecoturismo.** v 15, n.1, p. 64-76, fev-abr 2022.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTANA, P. N. *et al.* Percepção de moradores e visitantes sobre o gerenciamento do Parque Nacional do Catimbau (Pernambuco, Brasil). **Journal of Perspectives in Management – JPM**, v. 3, n. 1, p. 2-16, 2019.
- ŠAPARNIENĖ, et. al. Expression of Behavior and Attitudes toward Sustainable Tourism in the Youth Population: A Search for Statistical Types. **Sustainability**, v. 14, n. 473, jan. 2022.
- SCHAIK, C. V.; RIJKSEN, H. D. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Universidade Federal Paraná, 2002. p. 37-51.
- SCÓTOLO, D. NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Cultur: Revista de Cultura e Turismo**, v.9, n.1, p.36-59, fev. 2015.
- SERRANO, C. A educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental.** São Paulo: Editora Chronos, 2000. p. 47-84.
- SILVA, J. H.; MAIA, F. B. A. Organização local e gestão participativa do turismo em unidades de conservação: a difícil tarefa de integração no Parque Nacional do Catimbau (PE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 1, p.36-48, abr. 2011.
- SILVA, J. H.; MAIA, F. B. A. O turismo no Parque Nacional do Catimbau: Avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo – Visão e Ação**, v. 10, n.2, art. 3, p. 204-220, 2008.

SILVA, J. H.; PIRES, M. L. L. S. Associativismo em áreas protegidas: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente & Sociedade [online]**, v. 19, n. 2, p. 169-186, 2016.

SILVA, M. R. F, SANTOS, N. P. Demanda turística no Brasil e os caminhos para o turismo sustentável. In: SEABRA, Giovanni de Farias; PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo Sertanejo Patrimônio Cultural e Realidade Social em Comunidades**. Joinville: Clube de Autores, 2014. p. s/p.

SOUZA, M.J.L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo Desenvolvimento Local**. 2ª Ed. HUCITEC. São Paulo, 2002.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V. Por que o mundo necessita de parques? In: **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002. p. 25-36.

TOSUN, C.; JENKINS, L. Regional planning approaches to tourism development. **Tourism Management**, v. 17, n. 7, p. 519-531, 1996.

TROBIA, G.; MOREIRA, J. C. Análise da percepção do visitante do parque nacional dos Campos Gerais-PR. **Revista UNIFAMMA**, v.13, n.2, 2014.

VULCANIS, A. Doação em Áreas em Unidade de Conservação e Compensação Temporária da Reserva Legal. **Revista de Direito Ambiental**, v.19, n.74, p. 417-445, 2014.

WWF-BRASIL. **Caatinga**. Disponível em:

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_caatinga/. Acesso em: 15 jun. 2022.

4 ARTIGO 3

DIRETRIZES PARA A GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL: A APLICAÇÃO DA FERRAMENTA DO BENCHMARKING NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU - BUÍQUE/PE.

RESUMO

A instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, ocorrida ano 2000, veio incentivar a visitação em áreas protegidas brasileiras, a exemplo dos Parques Nacionais, fortalecendo a tendência iniciada nos anos 1980. Entretanto, os obstáculos inerentes à implementação e à gestão de uma UC surgem junto com a necessidade de planejamento das visitas. O Parque Nacional do Catimbau é um exemplo de área protegida que ainda não foi devidamente implementada, carecendo de elementos centrais exigidos pelo SNUC, mesmo tendo sido criado há mais de duas décadas. Em paralelo, a precária infraestrutura turística da região é um fator que dificulta o desenvolvimento da atividade turística na localidade. O presente estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Teve por objetivo geral estabelecer, através da aplicação da ferramenta do *Benchmarking*, diretrizes que satisfaçam as condicionantes para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parna do Catimbau. A aplicação de modelos oriundos do *Benchmarking* utilizou o Parque Nacional da Serra da Capivara como marco referencial, e permitiu a identificação de boas práticas a serem replicadas no Catimbau. Ainda, a partir da análise das quatro zonas que compõem um modelo de gestão circular espacial do Ecoturismo, foram identificados os insumos e os produtos relacionados a cada etapa da produção do Ecoturismo na região, resultando em um eixo direcionador das ações em torno da gestão do Parque.

Palavras-chave: Parques Nacionais. Catimbau. Serra da Capivara. *Benchmarking*. Turismo Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística em áreas naturais no Brasil iniciou sua expansão a partir da década de 1980. Porém, foi nos anos 2000 que o número de visitantes apresentou um relevante crescimento, a partir da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que incentivou a visitação em determinadas áreas protegidas, a exemplo dos Parques Nacionais. Pesquisas indicam que parcela considerável da população declara já ter visitado essas regiões, boa parte mais de uma vez, principalmente em busca de contato e contemplação da natureza (SELVA, 2016; SIMONETTI; NASCIMENTO, 2012; INSTITUTO SEMEIA, 2022).

Se por um lado a criação das Unidades de Conservação (UCs) tem como um dos objetivos centrais a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos seus recursos naturais, por outro surge a necessidade de planejar a visitação nessas áreas para que esse

objetivo seja cumprido, o que nem sempre é simples. O próprio processo de gestão e implementação das UCs apresenta obstáculos complexos, tais como restrições de uso, ausência de infraestrutura adequada e falta de recursos para indenizações provenientes das desapropriações (BRASIL, 2000; SIMONETTI; NASCIMENTO, 2012).

Criado no ano de 2002, o Parque Nacional do Catimbau (Parna do Catimbau) é um exemplo de Unidade de Conservação que apresenta diversas dificuldades em seu processo de implementação, o que até hoje não ocorreu por completo, mesmo decorridas mais de duas décadas desde a sua criação (MMA, 2023; SILVA; PIRES, 2016). Devido às suas características naturais, culturais e históricas singulares, a região vem recebendo um número crescente de visitantes em busca do turismo de contato com a natureza. A ausência de instrumentos basilares para a instituição e gestão do Parque somada à presença constante dos turistas denotam um cenário de representativo risco socioambiental (FERREIRA *et al.*, 2017; SILVA; PIRES, 2016; MARTINS, 2019).

Em paralelo aos desafios de implementação e gestão da UC, a precária infraestrutura da região constitui grande óbice ao desenvolvimento das potencialidades turísticas decorrentes da existência do Parque. A atratividade proveniente das deslumbrantes características da região esbarra na deficiente oferta de serviços básicos como alimentação, hospedagem e transporte, forçando os visitantes a se deslocarem para municípios próximos (MTur, 2023; ROCHA; OLIVEIRA, 2022).

Embora no caso específico do Parna do Catimbau haja serias precariedades que dificultam a alavancagem do turismo no sentido da promoção do desenvolvimento local sustentável, o Parque Nacional da Serra da Capivara - PNSC, localizado no estado do Piauí, apresenta elementos importantes que possibilitam o espelhamento dos casos exitosos na implementação do turismo em áreas de características comuns.

O presente artigo tem por objetivo geral estabelecer, através da aplicação da ferramenta do *Benchmarking*, diretrizes para a gestão sustentável do turismo no Parna do Catimbau. De forma específica, pretende-se localizar referências de boas práticas de gestão do turismo a serem aplicadas na UC e sugerir a aplicação de um modelo de gestão do Ecoturismo que sirva como eixo direcionador das ações em torno do Parque.

2 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, de natureza aplicada. Com relação ao objetivo, é exploratório e descritivo, pois faz uso de revisão documental e

bibliográfica para discutir, através da aplicação parcial da ferramenta do *Benchmarking*, as diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parna do Catimbau.

Primeiramente buscou-se localizar Unidades de Conservação com realidades e características similares à da área de estudo, entretanto, que estivesse efetivamente implementada e cujo modelo de gestão do turismo pudesse servir de referência. Ato contínuo, através da identificação de boas práticas de gestão vivenciadas no marco referencial selecionado, foi analisada a aplicabilidade no Parna do Catimbau. A partir da identificação de um modelo de gestão do turismo de áreas naturais que pudesse servir de parâmetro, foi realizada uma análise de seus elementos sob a perspectiva das potencialidades turísticas e da realidade do Parque Nacional do Catimbau.

A prática do *Benchmarking* surgiu no século passado com Frederick Taylor, a partir da utilização da metodologia científica para a comparação dos procedimentos e métodos de trabalho, e se tornou popular durante a Segunda Guerra Mundial. É uma ferramenta de qualidade que constitui na pesquisa e identificação de pontos positivos em determinado produto, serviço ou processo para que seja confrontado com outro, destacando o que pode ser utilizado como pontos de melhoria (SIQUEIRA, 2016; BERNARDES, 2014).

Importante ressaltar a grande diferença entre a aplicação da técnica do *Benchmarking* com o simples “copiar” ou “roubar descaradamente”, segundo afirmou Milliken, citado por Watson (1994, p.2), após sua empresa vencer o Prêmio Nacional da Qualidade Malcolm Baldrige. Conforme Deming declarou em uma palestra para a Hewlett-Packard, “É arriscado copiar. É preciso compreender a teoria do que se deseja fazer” (WATSON, 1994, p.3). Nessa esteira, Madeira (1999, p. 364) afirma que “O *Benchmarking* é mais do que roubar ideias. Só funciona se se perceber o que está a copiar.”

Bernardes (2014) destaca que a aplicação da ferramenta pode se tornar uma tarefa complexa e confusa quando não se sabe por onde começar transformando-se em uma grande responsabilidade. Para o presente estudo, portanto, faz-se necessário delimitar a amplitude de aplicação do *Benchmarking* no caso concreto, sob o risco de se incorrer no erro de estabelecer uma conotação simplista a uma técnica cuja aplicabilidade possui amplo espectro.

Assente nessa premissa, insta compreender com precisão a razão fundamental da aplicação do *Benchmarking*, que é aprender como melhorar os processos e aumentar a competitividade, tendo potencial de trazer retornos mais rápidos. Ainda de acordo com

Bernardes (2014, p. 27), “É um processo de pesquisa que permite realizar comparações de processos e práticas [...] para identificar o melhor do melhor e alcançar um nível de superioridade ou vantagem competitiva”.

Trazendo para a realidade do presente estudo, podemos afirmar, cotejando as ideias de Seleme e Stadler (2008) e Bernardes (2014), que a prática do *Benchmarking*, de forma ampla, consiste em pesquisar experiências positivas para, a partir da comparação com o caso concreto, aplicar o conhecimento obtido para resolver um problema ou melhorar determinado processo, produto ou serviço.

Temos aqui a adaptação metodológica da utilização da técnica do *Benchmarking* no presente trabalho a partir de uma aplicabilidade coerente, considerando-se o objeto de estudo da pesquisa. Conforme adiantado, esta etapa é fundamental para que seja dada a devida conotação à sua aplicação.

Para Watson (1994), o processo de *Benchmarking* se baseia em quatro princípios, quais sejam: reciprocidade, medição, validade e analogia. Esses quatro princípios de formam a base metodológica para a realização de um estudo com base na técnica. Para essa pesquisa, o princípio da analogia é o predominante.

Processos são considerados semelhantes ou análogos quando há uma transferência significativa de conhecimento. A realização de um estudo de *Benchmarking* necessita demonstrar como conhecimentos e práticas aprendidas serão adaptadas e implementadas. A concretização dessa analogia e a compreensão dos critérios de seleção de parceiros de *Benchmarking* são essenciais para o sucesso na descoberta de oportunidades de aprimoramento do processo, produto ou serviço (WATSON, 1994).

De acordo com Spendolini (1993), existem três tipos de *Benchmarking*: interno, competitivo e funcional (genérico) - este último identifica produtos, serviços e processos de trabalho em organizações, sejam concorrentes diretos ou não, para localizar as melhores práticas em uma área específica.

O diferencial é sua capacidade de focar em qualquer organização, com o objetivo comum de analisar práticas ou modelos excelentes. Ele permite identificar e aprender com organizações que apresentam excelência em uma determinada área, independentemente do setor em que atuam (Spendolini, 1993). É desse tipo de *Benchmarking* que o presente artigo fará uso, adaptando a concepção de Organização como a Unidade de Conservação.

Madeira (1999, p. 364) acrescenta que o *Benchmarking* funcional também pode ser identificado por operacional ou genérico, pois “consiste em identificar as melhores

práticas de qualquer tipo de organização que tem uma reputação de excelência na área funcional sujeita ao *Benchmarking*.”

A etapa de *determinar o que fazer* de Spendolini (1993) (Tabela 3) está vinculada à metodologia e aos objetivos do presente estudo, o que resulta em duas frentes de trabalho para a realização do *Benchmarking*: (i) identificar Unidade de Conservação com características semelhantes ao Parna do Catimbau, efetivamente implementada e cujo modelo de gestão do turismo possa servir de referência e (ii) identificar um modelo de gestão do turismo em áreas naturais que sirva como eixo direcionador das ações em torno da gestão do Parque.

Na etapa de *identificar parceiros*, a pesquisa bibliográfica localizou o Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) cumprindo os requisitos estabelecidos para a primeira frente. No que toca à identificação de um modelo de gestão do turismo que sirva de parâmetro para o Parna do Catimbau, foi selecionado o modelo circular proposto por Ezaquias (2022) para ser aplicado na província do Cuando Cubango, Angola, no continente africano, que, de forma inovadora, conseguiu dar uma abordagem de gestão local e específica ao Ecoturismo.

Na terceira etapa, *reunir e analisar informação*, foi elaborado, para a primeira frente de trabalho, o detalhamento do PNSC através (i) da sua caracterização, (ii) da análise do seu Plano de Manejo e os aspectos referentes à gestão do turismo sustentável e (iii) da descrição da cogestão do parque entre o órgão gestor e uma Organização Não Governamental (ONG). No caso da segunda frente, foram analisados os aspectos das quatro zonas do modelo circular de Ezaquias (2022).

Por fim, foi realizada a comparação dos dados e informações levantadas com o Parque Nacional do Catimbau, especificando os pontos do PNSC que servem de referência para boas práticas; com relação à segunda frente, foi estruturada uma correlação dos elementos das quatro zonas do modelo à realidade do Parna do Catimbau.

Tabela 3: Aplicação do Benchmarking no Parque Nacional do Catimbau

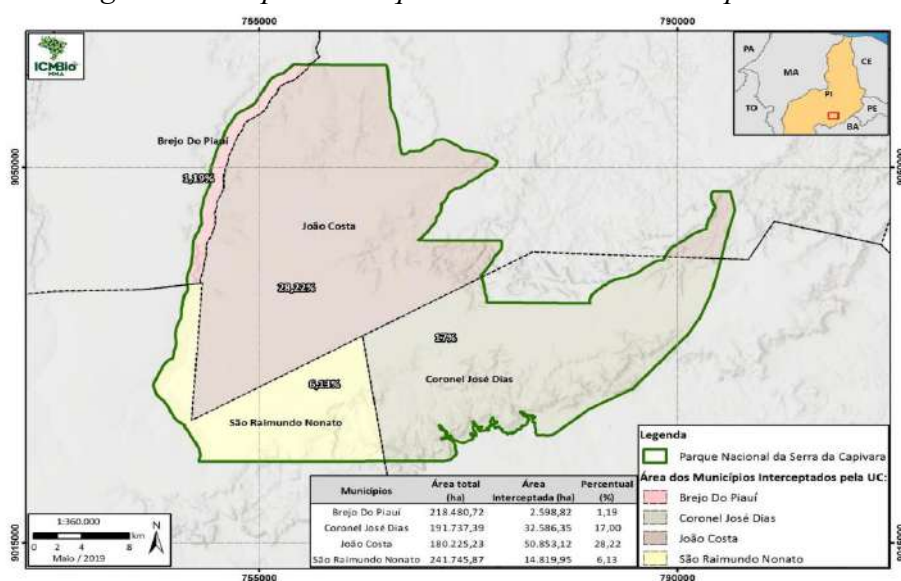
ETAPA	FRENTE 1	FRENTE 2
Determinar o que fazer	Localizar UC de referência	Localizar modelo de gestão de referência
Identificar parceiros	PNSC	Modelo circular de Ezaquias (2022)
Reunir e analisar informação	Caracterização, análise do PM, detalhamento da cogestão	Análise das quatro zonas do modelo
Agir	Levantamento das boas práticas	Sugestão de modelo para o Catimbau

Fonte: elaborado pelo autor

3 O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA (PNSC)

Localizado no sudeste do estado do Piauí entre os municípios de Brejo do Piauí, Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato, todos pertencentes à região semiárida (Figura), o PNSC contempla uma extensão de 100.000 hectares e se destaca por sua importância histórica, cultural e ambiental tanto para o Brasil quanto para o mundo. Conserva registros da presença humana datados de mais de 50.000 anos e conta com mais de 1.000 sítios arqueológicos catalogados até junho de 2007, além de possuir uma rica fauna e flora específicas do bioma caatinga. A singular beleza cênica provém notadamente das exuberantes paisagens rochosas. (OLIVEIRA FILHO; MONTEIRO, 2009).

Figura 13: Mapa do Parque Nacional Serra da Capivara

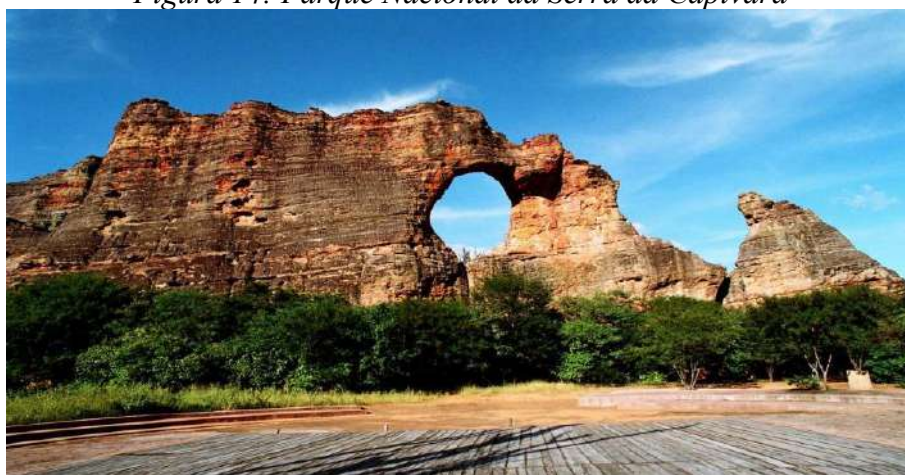


Fonte: ICMBio (2019)

O PNSC foi estabelecido através do Decreto nº 83.548, de 05 de junho de 1979, com a finalidade precípua de “proteger flora e fauna e as belezas naturais, e os monumentos arqueológicos, no local existente” (BRASIL, 1979). A região pertence ao bioma da Caatinga, de clima semiárido, com fisionomia arbustiva decídua na chapada e no pedimento, e arbórea semidecídua nas áreas mais sombreadas do front de Cuesta e dos canyons, onde certa umidade permanece o ano todo (EMPERAIRE, 1983).

Centenas de sítios arqueológicos estão localizados no PNSC, compostos por abrigos com pinturas rupestres nos paredões areníticos do Front de Cuesta e dos desfiladeiros da chapada (LOURDEAU, 2019). As escavações e pesquisas na região levaram a questionamentos acerca do primeiro povoamento do continente, notadamente em Pedra Furada (Figura), onde se encontram vestígios antrópicos datando de mais de 30.000 (GUIDON; DELIBRIAS, 1986).

Figura 14: Parque Nacional da Serra da Capivara



Fonte: ICMBio (2019)

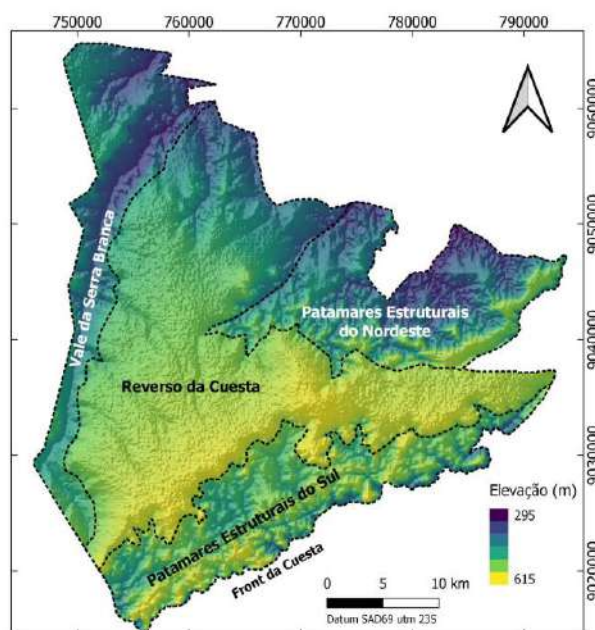
Na região do Parque Nacional da Serra da Capivara há um denso núcleo de produção rupestre conhecido como tradição Nordeste, que irradiou em várias direções. Os grafismos chamados emblemáticos são elementos caracterizadores dessa produção e encontram-se presentes tanto no PNSC quanto no Parna do Catimbau, levantando a hipótese de difusão das ideias de uma localidade a outra (MARTIN; VIDAL, 2014).

Segundo a classificação de Köppen, o clima do semiárido nordestino, onde o PNSC está localizado, é do tipo Bsh. A temperatura anual média da localidade é de 28 °C, com regime irregular de chuvas que se estende de outubro a abril, apresentando uma precipitação média de 689 mm/ano (SANTOS; BARRETO; SUGUIO, 2012). Já a estação

seca dura oito meses, apresentando média anual de umidade relativa do ar de apenas 20% (BARROS et al, 2012). A vegetação é típica do semiárido nordestino, com presença predominante de cactáceas (espinhosas) e bromeliáceas (suculentas) (FUMDHAM, 1998 apud MACÊDO; SANTOS; SURYA, 2021).

De acordo com Santos, Barreto e Suguio (2012), identificam-se três unidades morfoestruturais na área do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC) (Figura): Vale Serra Branca, Contrário da Cuesta e Plataformas Estruturais. O Vale Serra Branca está localizado nas regiões norte e oeste, abrangendo uma área deprimida em que o ponto mais baixo atinge uma altitude de 400 metros. Já a área do Contrário da Cuesta é caracterizada por altitudes mais elevadas, com uma superfície plana e declive suave, ocupando a maior parte do PNSC, enquanto as Plataformas Estruturais consistem em níveis de altitude variados (MACÊDO; SANTOS; SURYA, 2021).

Figura 15: Modelo digital de elevação com relevo sombreado do PNSC e os limites de seus domínios morfoestruturais



Fonte: (MACÊDO; SANTOS; SURYA, 2021)

A fauna do PNSC é composta por populações da maioria dos endemismos da caatinga, como o mamífero mocó (*kerodon rupestris*), além de espécies ameaçadas de extinção. Outro mamífero comum no parque é o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), que vive nas áreas de afloramentos rochosos. O Parque também é rico em endentados, a exemplo do tatu, com 5 espécies presentes. Também há três espécies de primatas: o sagui-de-tufo-branco (*Callithrix jachus*), o macaco prego (*Cebus apella*), e o

guariba (*Alouatta caraya*). Típico do cerrado e do pantanal, o guariba está presente em população reduzida, memória de um período mais úmido que o atual (FUMDHAM, 1998). A comunidade de carnívoros é diversificada, com a presença marcante da onça-pintada. Os herbívoros estão limitados a quatro espécies: duas de veados, veado-catingueiro (*Mazama guazoubira*) e veado-mateiro (*Mazama americana*), e os porcos-do-mato, queixada (*Tayassu pecari*) e caititu (*Tayassu tajacu*). E as aves, aspecto mais visível da fauna da região, se fazem presentes em quase todas as espécies endêmicas do bioma (FUMDHAM, 1998).

3.1 O TURISMO SUSTENTÁVEL NO PLANO DE MANEJO DO PNSC

A gestão do turismo sustentável é uma temática com grande presença no Plano de Manejo (PM) do PNSC, contemplando aspectos de preservação e desenvolvimento local e indicando a necessidade de priorização do planejamento para a melhoria socioambiental da região e dos aglomerados urbanos no entorno do Parque (Figura).

O início do processo de elaboração do documento se deu em agosto de 2018, com a realização da Oficina de Planejamento do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara. Os encontros reuniram equipes multidisciplinares compostas, em sua maioria, por conselheiros do PNSC com notório conhecimento e atuação no território. A versão final do PM foi aprovada em 2019 (NARS, 2018; ICMBio, 2019).

Insta destacar que em 1996 a Fumdhm (Fundação Museu do Homem Americano) enviou esforços para a elaboração de um Plano de Manejo, após a confecção de um Plano de Ação Emergencial para o Parque em 1994. Entretanto, divergências técnicas resultaram na não aprovação do documento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), órgão gestor à época.

A abordagem utilizada para a elaboração do atual PM do PNSC foi baseada no *foundation document* (FD) ou documento alicerce, em tradução livre, do Serviço de Parques Nacionais (NPS) dos Estados Unidos da América (EUA). Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (2019, p. 6), “a principal vantagem de desenvolver e adotar essa estratégia no PM é a oportunidade de integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um único entendimento comum do que é mais importante acerca da UC”.

Figura 16: Elementos do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara



Fonte: ICMBio (2019)

O trabalho está dividido em três partes: (i) componentes fundamentais, (ii) componentes dinâmicos e (iii) componentes normativos. Os componentes fundamentais assim são denominados porque geralmente não mudam com o tempo e devem ser considerados em manejos futuros. São compostos pelo (i) propósito do Parque, (ii) as declarações de significância e (iii) os recursos e valores fundamentais.

O propósito do PNSC foi definido na oficina de elaboração do PM e, segundo o ICMBio (2019), vai além de apenas reafirmar o decreto de criação, estabelecendo o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da UC:

O Parque Nacional da Serra da Capivara, Patrimônio Cultural Mundial e primeiro parque nacional criado integralmente na Caatinga, conserva e protege excepcional concentração de sítios arqueológicos com registros rupestres, bens culturais e a biodiversidade das serras e chapadas do sudeste piauiense” (ICMBio, 2019, p.13).

As declarações de significância justificam a criação de uma UC e sua integração ao SNUC. Elas descrevem a importância da Unidade de Conservação em vários contextos e são baseadas em conhecimento, percepções culturais e consenso. Essas declarações orientam as decisões de manejo e planejamento para preservar os recursos e valores da UC.

O PM do PNSC elenca seis declarações de significância, também construídas na oficina de elaboração do documento. A sexta declaração refere-se aos atributos naturais que atraem os visitantes ao Parque.

O Parque Nacional da Serra da Capivara protege relevantes formações geomorfológicas responsáveis por magníficas paisagens, com belas vistas panorâmicas, que promovem a contemplação e conexão do visitante com o processo evolutivo da terra, como a Serra Vermelha; o Cânion do Baixão das Andorinhas - um santuário de vida composto por rochas areníticas esculpidas pela água e vento que proporcionam a contemplação de emocionantes revoadas ao pôr-do-sol; e o monumento natural da Pedra Furada - imponente monumento natural esculpido pela água ao longo de milhares de anos evidencia a interrelação dos elementos da natureza (ICMBio, 2019, p.14).

As oficinas de elaboração do PM também identificaram sete recursos e valores fundamentais, o terceiro elemento que compõe os componentes fundamentais, primeira parte do PM. São constituídos por afirmações baseadas em atributos da UC, ligados ao ato legal de criação e mais específicos que as declarações de significância.

Segundo o ICMBio (2019), os gestores de UC devem garantir a conservação dessas qualidades, que são priorizadas nos processos de planejamento e manejo - se forem degradadas, o propósito e significância da UC podem estar em risco. O sétimo item dos recursos e valores fundamentais se refere ao turismo sustentável, destacando aspectos do triple bottom line (SLAPER; HALL, 2011) (grifo nosso):

No Parque Nacional da Serra da Capivara o turismo associado à educação, sensibilização e conhecimento científico oferece momentos de lazer com infraestrutura de visitação, garantindo acessibilidade a públicos diversificados, promovendo geração de emprego e renda e sendo vetor de desenvolvimento regional (ICMBio, 2019, p.16).

A segunda parte do PM do PNSC é composta pelos componentes dinâmicos, que incluem (i) os subsídios para interpretação ambiental, (ii) os atos legais e administrativos e (iii) a avaliação de necessidades de dados e planejamento. O termo dinâmico indica que irão mudar com o tempo.

Os subsídios para a interpretação ambiental comunicam ao público percepções-chave sobre a UC, refletindo seu propósito e seus valores. Eles incentivam a exploração do contexto em que eventos ou processos naturais ocorreram e seus efeitos. De acordo com o documento,

A interpretação ambiental permite forjar as conexões intelectuais e emocionais entre as pessoas e os recursos da

UC. Por isso, os subsídios para interpretação ambiental não se referem à mera descrição do evento ou processo, mas sim oferecem elementos que serão utilizados para promover múltiplas oportunidades de vivenciar a UC e enriquecer a experiência de visita. (ICMBio, 2019, p.17).

Após a identificação dos componentes fundamentais da Parte 1, faz-se necessário avaliar a informação existente sobre os recursos e valores fundamentais do Parque com vistas a subsidiar a elaboração de uma análise detalhada sobre as necessidades de dados e planejamento. Esta análise estabelece questões-chave em planejamento, projetos e requisitos de informação relacionados, como inventário de recursos e coleta de dados. A avaliação dos recursos e valores fundamentais, de acordo com a metodologia FD, é realizada em três etapas:

Análise de cada recurso e valor fundamental identificado, especificando, inclusive: i) as necessidades de dados e ii) as necessidades de planejamento; Identificação de questões-chave, com a respectiva indicação de: i) necessidades de dados e ii) necessidades de planejamento; Priorização desses dois aspectos diagnosticados, incluindo, no caso das necessidades de dados, quando cabem atividades de mapeamento espacial ou mapas na plataforma SIG. (ICMBio, 2019, p. 18).

Como um dos recursos e valores fundamentais declarados na Parte 1 foi justamente o turismo sustentável, o PM dedicou, na primeira etapa da avaliação em comento, uma análise específica para esse item (Figura). Como se pode verificar, apesar de um rol de ameaças e de necessidades de dados e planejamento, há a indicação de uma tendência de aumento de visita.

Figura 17: Quadro de Análise do Turismo Sustentável como valor ou recurso fundamental

TURISMO SUSTENTÁVEL	
Condições atuais	
- Boa estrutura dentro do PNSC, com acessibilidade. - Estrutura precária no entorno do PNSC.	
Tendências	
Aumento da visitação.	
Ameaças	
- Baixa divulgação. - Mídias negativas sobre o fechamento do parque. - Alto custo de manutenção. - Alto custo da visitação para o turista. - Dificuldade de acesso até São Raimundo Nonato/PI. - Dificuldades de serviços de apoio ao turista. - Falta de informações disponíveis sobre a visitação. - Falta de sinalização turística na região.	
Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)	
Monitoramento da visitação (perfil e número de visitantes).	
Necessidades de planejamento	
- Planejamento de desenvolvimento sustentável do entorno do parque, com especial atenção à articulação para melhoria socioambiental dos aglomerados urbanos. - Ampliação/aprimoramento do Programa de Fiscalização. Observação: deve ser incluída estratégia de fiscalização e controle da caça. - Planejamento interinstitucional de fortalecimento de atividades de base comunitária. - Planejamento interinstitucional de comunicação e divulgação do PNSC, com especial atenção aos efeitos causados por ações midiáticas deletérias ao parque, como a redução no número de visitantes. - Planejamento de Educação Ambiental e Patrimonial (relativo ao patrimônio cultural), com ênfase no entorno do PNSC. Observação: as ações de educação patrimonial devem ser realizadas em parceria com IPHAN ou FUMDHAM. - Planejamento de uso público, com manutenção e incremento dos circuitos de interesse cultural, como os maníobeiros, cemitério, etc. - Planejamento integrado de Boas Práticas de conservação de sítios arqueológicos. - Planejamento de manutenção de estradas e trilhas.	

Fonte: ICMBio (2019)

No que tange às questões-chave, elas possuem o intuito de descrever uma agressão ou um gargalo de gestão para a efetiva consolidação da UC, detalhando a condição atual dos seus recursos e como são manejados. Geralmente, uma questão-chave é um problema que pode ser abordado por planejamento futuro, captação de dados ou ação de manejo.

Os participantes das oficinas de elaboração do PM do PNSC identificaram quatro questões-chaves, quais sejam: (i) cogestão ICMBio, Fumdhm e parceiros, (ii) conservação das áreas naturais do entorno, (iii) ataques de carnívoros no entorno do Parque e (iv) consolidação territorial e ampliação de limites. O turismo sustentável não foi referenciado nessa etapa.

Por fim, a etapa de priorização das necessidades de dados e planejamento resultou em uma relação das Necessidades de Dados e Sistema de Informação Geográfica (SIG) ou Necessidades de Planejamento para cada Recurso e Valor Fundamental ou Questão-chave, com a respectiva priorização (alta, média e baixa). De vinte e seis itens de análise, nove contemplaram em algum aspecto o turismo sustentável, o que equivale a 34,6% dos

pontos analisados (Tabela 4), denotando a transversalidade e a interinstitucionalidade do referido recurso ou valor fundamental.

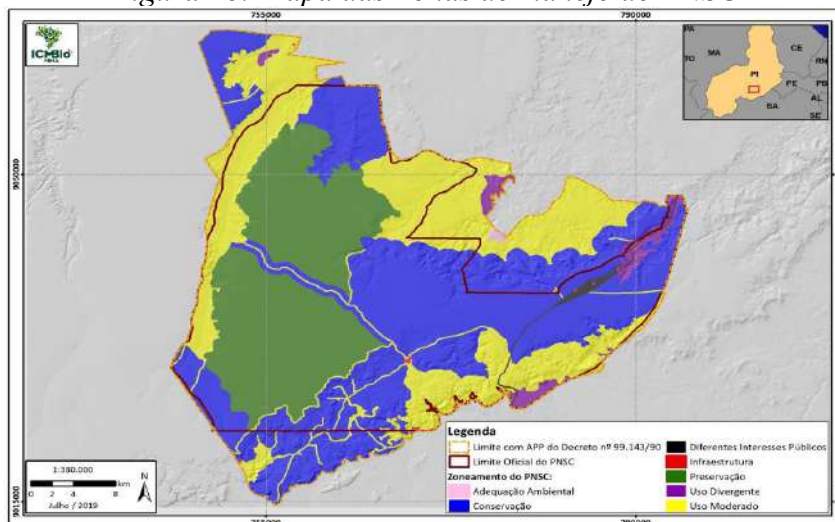
Tabela 4: Priorização das necessidades de dados e planejamento relacionadas ao turismo sustentável

Recurso e Valor Fundamental ou Questão-chave	Necessidade de Dados e Sistema de Informação Geográfica (SIG)	Prioridade
Turismo Sustentável	Monitoramento da visitação (perfil e número de visitantes).	Média
Recurso e Valor Fundamental ou Questão-chave	Necessidade de Planejamento	Prioridade
Conservação das áreas naturais do entorno do PNSC/Turismo sustentável/Formações geológicas e padrões climáticos	Planejamento de desenvolvimento sustentável do entorno do parque, com especial atenção à articulação para melhoria socioambiental dos aglomerados urbanos.	Alta
Formações geológicas e padrões climáticos/ Biodiversidade e endemismos/ Conservação das áreas naturais do entorno do PNSC/ Turismo sustentável/ Conhecimento científico/ Sítios arqueológicos/ Registros rupestres	Ampliação/aprimoramento do Programa de Fiscalização. Observação: deve ser incluída estratégia de fiscalização e controle da caça.	Alta
Biodiversidade e endemismos/ Conservação das áreas naturais do entorno do PNSC/Turismo sustentável	Planejamento interinstitucional de fortalecimento de atividades de base comunitária.	Média
Turismo sustentável	Planejamento interinstitucional de comunicação e divulgação do PNSC, com especial atenção aos efeitos causados por ações midiáticas deletérias ao parque, como a redução no número de visitantes.	Média
Formações geológicas e padrões climáticos/ Biodiversidade e endemismos/ Conservação das áreas naturais do entorno do PNSC/ Turismo sustentável/ Conhecimento científico/ Sítios arqueológicos/ Registros rupestres	Planejamento de Educação Ambiental e Patrimonial (relativo ao patrimônio cultural), com ênfase no entorno do PNSC. Observação: as ações de educação patrimonial devem ser realizadas em parceria com IPHAN ou FUMDHAM.	Média
Formações geológicas e padrões climáticos/ Biodiversidade e endemismos/ Conservação das áreas naturais do entorno do PNSC/ Turismo sustentável/ Conhecimento científico/ Sítios arqueológicos/ Registros rupestres/ Valor cultural imaterial	Planejamento de uso público, com manutenção e incremento dos circuitos de interesse cultural, como os maniqueiros, cemitério, etc.	Média
Turismo sustentável/ Sítios arqueológicos/ Registros rupestres	Planejamento integrado de Boas Práticas de conservação de sítios arqueológicos.	Média
Formações geológicas e padrões climáticos/ Biodiversidade e endemismos/ Turismo sustentável/ Sítios arqueológicos/ Registros rupestres	Planejamento de manutenção de estradas e trilhas.	Baixa

Fonte: elaboração própria, com dados de ICMBio (2019)

A última parte do Plano de Planejo do PNSC refere-se aos componentes normativos, entre os quais se destaca o zoneamento (Figura). Através desse instrumento de ordenamento territorial é realizada a categorização das áreas da Unidade de Conservação de acordo com os objetivos de manejo com vistas a compatibilizar os diversos usos da área protegida. O zoneamento do PNSC foi elaborado a partir das propostas apresentadas pelos participantes das oficinas de elaboração do PM, sendo posteriormente completadas e detalhadas pela equipe de planejamento.

Figura 18: Mapa das Zonas de manejo do PNSC



Fonte: ICMBio (2019)

O PNSC foi dividido em sete zonas quais sejam: (i) Zona de Preservação, (ii) Zona de Conservação, (iii) Zona de Uso Moderado, (iv) Zona de Infraestruturas, (v) Zona de Diferentes Interesses Públicos, (vi) Zona de Adequação Ambiental e (vii) Zona de Usos Divergentes. Cada zona possui um objetivo de manejo diferente, assim como normas específicas, incluindo para visitação.

Cinge destacar alguns aspectos da Zona de Infraestrutura. Segundo o PM do PNSC, esta zona

comporta infraestrutura voltada à visitação para atendimento a um espectro mais amplo de visitantes, tais como centro de visitantes, lanchonetes, auditórios, alojamentos, estacionamentos, estruturas de acessibilidade, área de tratamento de efluentes, entre outros, bem como prédios administrativos, depósitos e vias de acesso utilizadas para gestão e estruturas relacionadas aos usos permitidos nesta zona” (ICMBio, 2019, p.33).

A atividade do turismo, por óbvio, demanda a respectiva infraestrutura de apoio aos visitantes, assim como para viabilizar a devida fiscalização. Por este motivo, a Zona de Infraestrutura possui como objetivo geral justamente oferecer as condições para visitação com alto grau de intervenção, sempre com vistas a minimizar o impacto sobre o meio ambiente.

O PM do PNSC ainda relaciona, no final do documento, as normas gerais da UC, incluindo as relacionadas à visitação. São cinco normas, contemplando aspectos como segurança e comércio e consumo de alimentos e bebidas, contemplando as alcoólicas.

Também há a indicação de que o visitante deve assinar um termo de responsabilidade e de riscos sobre os procedimentos e condutas durante a visita.

3.2 A COGESTÃO COM A FUMDHAM

Um fator de suma importância na gestão do PNSC é a parceria entre o ICMBio e a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Com o objetivo de preservar o Parque Nacional e seu acervo cultural e natural, a Organização Não-Governamental (ONG) foi fundada em 1986 pela pesquisadora franco-brasileira Niéde Guidon e sua equipe. A ideia da criação decorreu da rápida degradação que ocorreu no ecossistema local nos dez anos subsequentes à criação do Parque, em consequência principalmente da maior presença humana e da ausência de atenção por parte do poder público (ICMBio, 2019; LOBO *et al.*, 2022; BUCO, 2014). De acordo com Buco (2014, p. 35),

O parque foi criado em 1979, a pedido da equipe de cooperação científica franco-brasileira, chefiada pela arqueóloga Niéde Guidon, que realizava pesquisas na área desde o início dos anos 70. Solicitava-se ao governo federal a criação de uma unidade de conservação, visando garantir a preservação do bioma da caatinga e os sítios arqueológicos. Da preocupação com a presença de posseiros, dos incêndios que destruíram vários sítios com pinturas rupestres, da caça ilegal e do desmatamento descontrolado de espécies nobres nasceu a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) em 1986.

A missão da FUMDHAM, segundo seu estatuto, baseia-se no retorno para a sociedade dos resultados das pesquisas no campo ecológico e cultural, assim como no desenvolvimento socioeconômico da região. Na prática, visa executar ações de manejo e conservação através de pesquisa, desenvolver a força de trabalho local e promover o turismo sustentável não apenas área protegida como também no seu entorno (ICMBio, 2019; LOBO *et al.*, 2022).

A cogestão Fumdhham/ICMBio tem sido regulamentada através de acordos, termos e planos visando orientar a gestão do Parque, com a definição de objetivos e responsabilidades de cada instituição (ICMBio, 2019; LOBO *et al.*, 2022). Destaque para o Termo de Reciprocidade nº 01/2016, que viabilizou a transferência de recursos para a Fumdhham executar as ações previstas em planos de trabalho referente aos anos de 2018 e 2019, e o Acordo de Cooperação Técnica no 01/2017, que vigeu até 2020.

A parceria entre o ICMBio e a Fumdhm tem viabilizado a “manutenção e melhorias da infraestrutura de acesso e proteção do PNSC, o monitoramento de risco ao patrimônio cultural e natural e formação e capacitação para boas práticas de conservação do Patrimônio Cultural e Histórico” (ICMBio, 2019, p. 13), além de manter parcerias com a Petrobras, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre outros (SILVA *et al.*, 2014).

3.3 BOAS PRÁTICAS DO PNSC PARA O PARNA DO CATIMBAU

A caracterização do PNSC somada à análise pormenorizada do seu Plano de Manejo e o detalhamento da cogestão entre o órgão gestor e a Fumdhm fornecem subsídios para que sejam realizados os comparativos entre as duas Unidades de Conservação. A realização do processo de *Benchmarking* genérico busca identificar os pontos considerados de referência e que representem boas práticas a serem aplicadas no Parna do Catimbau (Spendolini, 1993).

Os dois Parques Nacionais se caracterizam por possuírem em seus territórios diversos sítios arqueológicos com registros da presença humana que datam de milhares de anos. A fauna e a flora são características do bioma ao qual fazem parte – a caatinga – e, também por esse motivo, vivenciam aspectos climatológicos próprios do semiárido nordestino. A exuberância da beleza cênica de ambas as paisagens completa o conjunto de características naturais e históricas que compõem o cerne das potencialidades turísticas que atraem os visitantes dispostos a praticar o Ecoturismo e suas derivações.

No que toca ao planejamento turístico, o Parque Nacional do Catimbau carece do principal documento norteador das atividades de manejo necessárias à adequada gestão de uma Unidade de Conservação, o Plano de Manejo. Por esse motivo, considerando as evidentes similaridades supramencionadas entre os dois Parques, a simples existência do documento do PNSC já o torna um elemento a ser analisado e utilizado como referência, haja vista que aspectos elementares de um PM foram necessariamente estudados.

Entretanto, conforme adiantado, o Plano de Manejo do PNSC dispensa uma notável atenção ao turismo sustentável, o que coaduna com os objetivos do presente estudo. Nesse sentido, a metodologia *foundation document* demonstrou-se eficaz em analisar diversos aspectos da atividade turística na área protegida pautada nos pilares do desenvolvimento sustentável.

Comprova-se essa afirmação a partir dos pontos destacados na análise realizada do documento. Na primeira parte identifica-se a sexta declaração de significância, os subsídios para a interpretação ambiental e o sétimo item dos recursos e valores fundamentais - justamente o turismo sustentável, presente em 36% dos pontos analisados na priorização das necessidades de dados e planejamento realizada na segunda parte.

A terceira parte, composta substancialmente pelo zoneamento, verifica-se, de forma específica, o detalhamento das permissões para a realização da visita, com os respectivos graus de intervenção. Por fim, as normas gerais do PNSC também disciplinam a atuação dos visitantes.

No que toca à cogestão do PNSC entre o ICMBio e a Fumdham, fica evidente o sucesso da parceria. Válido salientar que a ONG tem entre seus objetivos estatutários o desenvolvimento socioeconômico da região, com desenvolvimento da força de trabalho local e o desenvolvimento do turismo sustentável no território da UC e no seu entorno. (ICMBio, 2019; LOBO *et al.*, 2022). Os acordos, termos e planos que formalizam a divisão de competências têm trazido esforços para efetivação de boas práticas no PNSC e evidenciam a Fumdham como uma instituição vital para o alcance dos objetivos do Parque (SILVA *et al.* 2014).

O Parna do Catimbau também possui uma entidade sem fins lucrativos atuante em seu território, que é a Associação dos Guias de Turismo do Catimbau – Agturc. De acordo com seu estatuto, o objetivo da entidade é “organizar a atividade de condução de visitantes na área do Vale do Catimbau, zelando pela conservação das condições ecológicas e ambientais do Parque e favorecendo a formação de renda para a comunidade” (SILVA; PIRES, 2016, p. 176).

Ou seja, a atuação limita-se às atividades dos guias turísticos, apesar de, inicialmente, ter tido atuação em mutirões de limpeza de vias e praças e ações de sensibilização ambiental em escolas (SILVA; PIRES, 2016). Entretanto, em termos comparativos, ela não alcança parcela relevante do espectro de atuação da Fumdham. Portanto, a cogestão entre o órgão gestor e uma ONG pode ser uma boa prática a ser replicada no Parna do Catimbau, com a condição de que a entidade tenha um escopo amplo de atuação com foco no desenvolvimento local sustentável do Parque.

Outros aspectos presentes no PNSC também devem ser analisados. Um Parque Nacional sofre influência de diversos atores - e a recíproca é verdadeira, considerando os impactos da existência de uma UC no entorno. Segundo Freeman (1984, p. 6),

“*stakeholder* é qualquer grupo ou indivíduo que pode influenciar ou ser influenciado para o alcance dos objetivos de uma empresa”.

A falta de uma colaboração efetiva entre os *stakeholders* é fator que grande relevância para o sucesso de um sistema de gestão do Ecoturismo, que, considerando as complexidades locais, deve estabelecer como essas relações devem se dar (WONDIRAD, TOLKACH E KING, 2019; SACHS, 2008). Portanto, faz-se necessária uma análise para além dos limites do Parque, ainda que, se considerarmos apenas o fato de que a atividade turística demanda uma infraestrutura básica, essa afirmação já soe óbvia.

Silva *et al.* (2014) identificaram os condutores de visitantes, os parceiros e os pesquisadores como os principais *stakeholders* do Parna do Catimbau e, no PNSC, a Fundham, a Cerâmica Capivara e os pesquisadores. No que toca especificamente aos *stakeholders* da cadeia produtiva do turismo (meios de transporte, agências de viagens e receptivo, meios de hospedagem, restauração e entretenimento vinculado à produção cultural local), os autores constataram elevada deficiência no relacionamento entre os atores de ambos os Parques.

Outro relacionamento que precisa ser melhorado é com o governo, que, apesar de estar presente através dos órgãos gestores, demonstra-se omissos em outras vias, notadamente no que se refere à gestão municipal. Na cidade de São Raimundo Nonato há queixas sobre a ausência de planos de atuação para a adequação da cidade para receber os turistas (SILVA *et al.*, 2014).

Já no Parna do Catimbau, a infraestrutura na Vila do Catimbau, portão de entrada do Parque, é precária, contando apenas com coleta de lixo e abastecimento de água a partir de poços artesianos. Em termos do governo estadual, repete-se a queixa sobre a ausência de planos estratégicos para o desenvolvimento do turismo (SILVA *et al.*, 2014).

Portanto, no que toca à infraestrutura turística, não se identifica no PNSC alguma boa prática que possa ser considerada para ser utilizada como referência para o Parna do Catimbau (Tabela 5), conforme justificam Silva *et al.* (2014, p. 114), ao afirmarem que “para o alcance dos objetivos relacionados à hospitalidade e à excelência dos serviços turísticos, considera-se primordial a sinergia entre todos os *stakeholders* de um parque nacional”.

Tabela 5: Análise comparativa da sinergia entre stakeholders dos Parques Nacionais com relação à administração das experiências relativas à hospitalidade.

Tempo \ Espaço	Comercial		Virtual	
	Catimbau	Capivara	Catimbau	Capivara
Recepcionar	Regular	Regular	Inexistente	Regular
Hospedar	Regular	Regular	Inexistente	Regular
Alimentar	Regular	Regular	Inexistente	Regular
Entreter	Regular	Bom	Inexistente	Inexistente

Fonte: adaptado de Silva et. al (2014)

Em paralelo, há outro aspecto do PNSC merece especial atenção do Parna do Catimbau: o aproveitamento da produção cultural local, fator de grande relevância na construção da identidade do destino turístico. Os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, que contemplam o território do Parna do Catimbau, pertencem à Rede Arcoverde, uma região de influência denominada rede urbana. Nela, estão contidas as regiões turísticas “Poesia e Cantoria” e “Crença e Arte” - esta última na qual se insere o território do Parque e que faz parte do Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil (2009) (CONDEPE/FIDEM, 2013; SILVA *et al.*, 2014).

O artesanato local, tendo como principais expoentes Zé Bezerra e Luiz de Benício, com suas figuras talhadas em madeira e gravetos secos (Figura 19), se apresenta como um atrativo cultural ainda pouco explorado. Nesse aspecto, o PNSC é referência nacional, com uma produção artesanal que está entre as cem melhores do País (SILVA; MAIA, 2013; SILVA *et al.*, 2014).

Figura 19: Artesão residente no Interior do Parque Nacional do Catimbau



Fonte: SILVA *et al.* (2014)

Isso se deve ao fato de que existe uma constante sensibilização das comunidades para que haja a associação da produção cultural local à imagem do Parque, que é realizada com o emprego da mão de obra local do entorno através de um trabalho de inclusão social e produção sustentável (SILVA *et al.*, 2014). Portanto, considerando o potencial ainda

pouco explorado da atividade cultural da região do Parna do Catimbau tanto para o desenvolvimento do destino turístico como para a geração de emprego e renda, a boa prática realizada no PNSC pode ser replicada na região da UC pernambucana.

4. O MODELO CIRCULAR ESPACIAL DO ECOTURISMO (EZAQUIAS, 2022)

Segundo Ezaquias (2022), o Ecoturismo é uma forma de turismo que se baseia em experiências de interpretação locais e relações éticas, solidárias, científicas, tecnológicas, econômicas, comerciais, psicológicas, socioculturais, ambientais, políticas e institucionais. Ele envolve viagens a espaços naturais, com o objetivo de proporcionar aos turistas percepções únicas e impactos positivos nas comunidades locais, na educação ambiental e até mesmo nas características genéticas dos ambientes.

De acordo com o autor, essa modalidade turística surgiu nos anos 60, centrada em visitas a áreas naturais para proteção do meio ambiente e como uma maneira de combater a pobreza nessas regiões. Hoje em dia, o Ecoturismo é uma das formas de turismo com maior crescimento, tendo aumentado em 7% em 2019. Sua dinâmica é fundamentada na relação entre lazer, natureza e comunidade, formando a sua base funcional.

O pesquisador acrescenta, entretanto, que, apesar da modalidade turística ser considerada um veículo alternativo para o desenvolvimento sustentável com foco local, as demonstrações de sua aplicação prática em diferentes lugares de economias de baixa renda são muito ineficazes. Citando Espinosa (2018), indica que o Ecoturismo vem demonstrando consideráveis limitações nos propósitos de redução da pobreza.

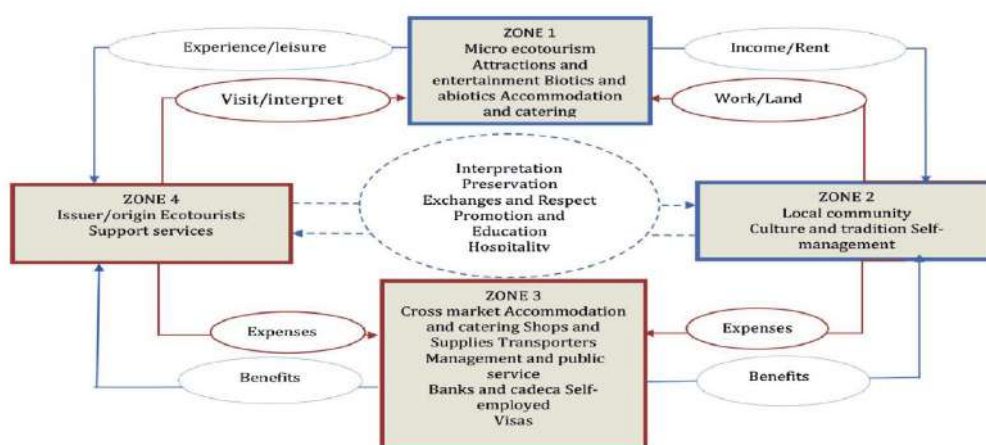
Embora diversos autores afirmem que o Ecoturismo é uma atividade de baixo impacto e com potencial de causar resultados socioeconômicos positivos para as comunidades locais, as evidências ainda são tímidas. Com relação a isso, Ezaquias (2022, p. 63) acrescenta que “nos sistemas, circuitos e modelos, enquanto representação funcional de diferentes fenômenos sociais, persistem algumas deficiências quanto à caracterização concreta do Ecoturismo, que admite alguma abstração.”

Essa abstração seria confirmada (i) por um sistema insuficiente e rígido de fiscalização por parte do governo; (ii) pelas diversas empresas de turismo que organizam passeios de extensão às regiões e que nem sempre respeitam e beneficiam as comunidades locais; e (iii) pelo investimento em infraestrutura turística, que frequentemente é escasso ou tardio (CARTAY *et al.*, apud EZAQUIAS, 2022, p. 63).

A deficiência do relacionamento entre os *stakeholders* - conforme já adiantado -, e, de forma específica, da ausência de um sistema que metodologicamente descreva essas relações, torna-se um fator agravante. Como consequência, os atuais modelos de gestão do turismo não conseguem estabelecer a devida vinculação com o Ecoturismo e seu caráter intrínseco.

A partir de uma revisão de diversos modelos, Ezaquias (2022) propõe um sistema de Ecoturismo a partir de uma abordagem espacial, definida como a representação funcional e estrutural, concatenando os atores, órgãos e processos em quatro áreas distintas: recursos naturais e antrópicos, organização local, entidades econômicas e visitantes. O roteiro da proposta possui duas etapas, contemplando as relações efetivas, éticas e harmoniosas que determinam a competitividade e a produção local, viabilizando a gestão do Ecoturismo voltado para as necessidades do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável (Figura).

Figura 20: Modelo Circular espacial do Ecoturismo



Fonte: Ezaquias (2022)

A zona 1 consiste na estrutura dos recursos naturais e antrópicos – os recursos bióticos e abióticos, a cultura e o patrimônio histórico que têm o potencial de atrair visitantes. Os insumos são a criação de condições de atratividade e resorts e os produtos são sustentabilidade ambiental e a lucratividade econômica. Essa zona seria composta pelo território do Parque Nacional do Catimbau, a própria UC.

A zona 2 é a organização local, através da sua força de trabalho representada pelo tempo, esforço, habilidade, hospitalidade, conhecimento, produtos etc. Também os direitos sobre a terra, que por sua vez também aluga ou cede a empresários sob controle

do Estado. Os insumos, portanto, são a participação da comunidade por meio do trabalho, comércio, aluguel e ações sociais e os produtos são retorno sobre a renda, socialização e suporte socioeconômico.

A Agturc seria o grande exemplo desta zona, juntamente com os demais moradores da comunidade local que atuam economicamente na órbita do Parna do Catimbau. Insta destacar as limitações em termos da propriedade da terra que a legislação impõe à UC – neste caso, a cessão da para os fins descritos estaria reservada apenas a áreas além do território do Parque, no entorno. Destaca-se que a desapropriação das terras particulares dentro de Parques Nacionais é um dos instrumentos necessários para que uma UC seja efetivamente implementada, com níveis adequados de manejo. E no caso do Parna do Catimbau, há sérias pendências de regularização fundiária (LIMA; RIBEIRO; GONÇALVES, 2005; SILVA; PIRES, 2016).

Na zona 3 está a capacidade de organização e produção territorial de Ecoturismo, formando a base funcional da atividade através de fornecedores, operadoras de turismo, empresas de abastecimento e agentes preparados. Citando Escribano (2018) e Gunn (2000), Ezaquias (2022, p. 65) descreve que

Nesta área se localizam os serviços de transporte e distribuição, aluguel de viaturas, alojamento, restauração, agências de viagens, serviço pós-venda, bem como áreas de apoio, infraestruturas, migrações, comunicações, saúde, procedimentos imigratórios, rodoviários, guias, logística e tecnologia que são decisivos para a gestão do ecoturismo. Isso é necessário, mas não é suficiente para um bom desenvolvimento do ecoturismo.

O insumo, de forma sistêmica, são os principais atores e órgãos chave para a gestão do Ecoturismo e os produtos são a rentabilidade do sistema em si. Serrano (2000) destaca que muitas Unidades de Conservação apresentam dificuldades para o desenvolvimento do turismo devido à inexistência de infraestrutura adequada - tanto física quanto de pessoal. Nessa esteira, a despeito do potencial turístico representado pela existência do Parque, a região do Parna do Catimbau apresenta carências de infraestrutura para receber os turistas devido ao baixo investimento e à ausência de planejamento (Tabela 6) (ROCHA; OLIVEIRA, 2022).

Tabela 6: Indicadores do Turismo

INDICADOR	BUÍQUE	TUPANATINGA	TOTAL
Nº de empresas de turismo	18	0	18
Média do Nº de empregos do setor de Turismo	600	0	600
Média do Nº de empregos do setor de Hospedagem	140	2	142
Nº de hospedagens*	14	2	16
Nº de leitos*	436	40	476
Hospedagens cadastradas no CADASTUR	4	2	6
Nº de agências bancárias	4	1	5
Nº de casas de câmbio	0	0	0
Prontos socorros públicos	2	1	3
Prontos socorros privados	0	0	0

(*) Ainda há 06 campings, com capacidade para 90 pessoas

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MTur, 2023.

O Mapa do Turismo Brasileiro comprova a precariedade na qual se encontra a região. Os dados analisados indicam a difícil situação dos três municípios que compõem o território da UC - no caso particular de Ibimirim, não há registro de informações junto ao Ministério do Turismo - MTur.

No que toca aos órgãos públicos, conforme já adiantado, a presença mais forte se faz através dos órgãos gestores – no caso, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (BRASIL, 2000). Contudo, a atuação ainda é distante do ideal. A ausência de Plano de Manejo e de Conselho Gestor, assim como a morosidade da busca por soluções a respeito da questão fundiária, são fatores que indicam a necessidade de uma participação mais efetiva do poder público federal.

No âmbito estadual, questões políticas conferem vulnerabilidade à atuação dos órgãos responsáveis pelo turismo. Contudo, é possível identificar o papel cada vez mais protagonista da região na estratégia de atuação, conforme demonstrado no Planejamento Estratégico de Turismo de Aventura realizado pela Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos, Empetur em 2022.

A zona 4 caracteriza-se pela capacidade de organizar e distribuir viagens. É o mercado emissor de turistas para o destino, que viaja em busca de novas experiências e percepções. Conforme descreve Castro (2017), citado por Ezaquias (2022, p. 66), o mercado emissor é onde se localizam os organizadores, distribuidores e intermediários, formados por agências de viagens e operadores turísticos. O insumo seria o potencial de atração de visitas, despesas e interpretação e os produtos seriam a satisfação das

necessidades da demanda, traduzida em relaxamento, experiências, percepção, educação e interpretação.

O mercado emissor do Parna do Catimbau é notadamente interno, ou seja, os turistas que viajam para conhecer os atrativos turísticos do Parque e região provêm basicamente de cidades pernambucanas ou de estados vizinhos. Esse fato se comprova através da pesquisa do perfil de turista que visitou a cidade de Buíque, porta de entrada da UC, realizada pelo Setor de Estudos e Pesquisas da Secretaria de Turismo e Lazer do Estado de Pernambuco entre os anos de 2019 a 2023.

As perguntas foram realizadas no Aeroporto do Recife, Terminal Integrado de Passageiros, Aeroporto de Fernando de Noronha e nas praias e Vila de Porto de Galinhas, localizada no município de Ipojuca/PE, que é o maior destino indutor do Estado de Pernambuco (Tabela 7). De um total de 16.946 turistas entrevistados, apenas 13 informaram que possuíam como destino a cidade de Buíque, o que resulta em um percentual desprezível. Desses, apenas 7 informaram que estava a passeio e 6 para visitar parente/amigo. Visitantes provenientes do exterior foram apenas 2. A título comparativo, segundo a Prefeitura Municipal de Buíque, apenas no ano de 2022 o Parna do Catimbau recebeu 12.720 visitantes.

Tabela 7: Perfil do turista que visitou Buíque/PE

INDICADORES	ANO					
RESIDENCIA PERMANENTE	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Brasil	1	1	1	6	2	11
Exterior	0	0	0	0	2	2
Total	1	1	1	6	4	13
MOTIVO DA VIAGEM	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Visita parente/amigo	0	0	0	2	4	6
Passeio	1	1	1	4	0	7
Total	1	1	1	6	4	13

Fonte: elaborado pelo autor com dados da Secretaria de Turismo e Lazer do Estado de Pernambuco

5. CONCLUSÃO

A gestão do turismo sustentável, antes de qualquer aspecto, passa pela elaboração de um planejamento, que, em um Parque Nacional, possui o Plano de Manejo como seu instrumento basilar. Ferramentas essenciais para a gestão de uma UC, como identificação dos seus recursos, zoneamento e definição das regras de visitação, são condicionantes

para que a atividade turística seja conduzida de forma sustentável, preservando seus valores naturais e promovendo o desenvolvimento local.

A inexistência desse documento no Parque Nacional do Catimbau, assim como as pendências de regularização fundiária e a ausência de um conselho gestor, tornam inócuos os objetivos preconizados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A visitação desregulamentada acaba trazendo riscos para a biodiversidade da região, e a simples criação por lei, sem a efetiva implementação, acaba por fazer a população local enxergar apenas o ônus da existência da UC, privando-a de fazer usufruto dos seus potenciais benefícios.

Diante da necessidade premente de implementação de um modelo de gestão do turismo, a utilização da técnica do *Benchmarking* surge como alternativa para o Parna do Catimbau, haja vista seu potencial, entre outros, de trazer retornos mais rápidos. A seleção do Parque Nacional da Serra da Capivara como modelo referencial coaduna com os objetivos estabelecidos para a realização da técnica na modalidade *Benchmarking* genérico – neste estudo considerado a partir de uma abordagem mitigada.

A caracterização do PNSC comprova as semelhanças com o Parna do Catimbau em seus aspectos regionais, naturais, históricos, morfológicos, climatológicos, da fauna e da flora. Além disso, a metodologia do *foundation document* utilizada no PM do PNSC atinge o objetivo de contemplar a gestão do turismo sustentável de forma detalhada. E a cogestão implementada entre o órgão gestor e a Fumdham demonstrou-se eficaz para os objetivos a que se propuseram.

Portanto, tanto a metodologia adotada no PM como a cogestão com uma ONG são boas práticas a serem implementadas no Parna do Catimbau. Entretanto, no que toca ao relacionamento entre os stakeholders, o PNSC enfrenta as mesmas dificuldades que a UC pernambucana, que possui grandes desafios no que toca à infraestrutura turística e à participação do poder público.

No que toca ao aproveitamento da produção cultural local, o constante incentivo à população para que haja a associação da atividade ao PNSC tornou-se referência nacional. Portanto, o potencial inexplorado do Parna do Catimbau, materializado nas figuras de Zé Bezerra e Luiz de Benício, possui um modelo de sucesso a ser seguido no estado vizinho.

Uma outra frente de trabalho teve por objetivo estabelecer um eixo direcionador para as ações relacionadas ao turismo sustentável do Parna do Catimbau. A partir da análise do modelo circular espacial do Ecoturismo foi possível posicionar condicionantes,

insumos e produtos no sentido da promoção da atividade turística na região. A precariedade da infraestrutura turística, os obstáculos da questão fundiária e o relacionamento entre os *stakeholders* novamente se fizeram presentes, assim como a limitação do mercado emissor, notadamente interno. Por outro lado, o potencial natural da UC é reconhecido como um fator indutor, assim como a presença da Agturc.

As conclusões resultantes do processo de *Benchmarking* nas duas frentes de trabalho, no que toca à questão da infraestrutura turística, conforme já analisado, mostra que não existem boas práticas a serem utilizadas como referência. Da mesma forma, com relação à limitação do mercado emissor.

Já no que se refere às outras quatro condicionantes exploradas, conclui-se que a cogestão entre a Fumdham e o ICMBio é uma prática a ser explorada e aplicada. Considerando-se a relevância da Agturc como ponto de partida para uma possível fundação de uma organização de escopo mais amplo, vislumbram-se condições de influenciar, assim como ocorre no PNSC, na instituição e atuação do Conselho Gestor, na valorização da produção cultural local, na elaboração do Plano de Manejo e, por consequência, na questão fundiária.

Por fim, o êxito do processo de elaboração do Plano de Manejo do PNSC, utilizando-se a metodologia do *foundation document*, pode ser um modelo a ser aplicado no Parna do Catimbau para a elaboração do seu PM e, por óbvio, do zoneamento, fator necessário para a devida destinação do território e condição para que as desapropriações e indenizações finalmente sejam efetivadas.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. S.; FERREIRA, R. V.; PEDREIRA, A. J.; GUIDON, N. **Geoparque Serra da Capivara: proposta**. Disponível em:

https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/14608/1/rli_geoparque%20serra_capivara.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

BERNARDES, V. M. D. M. O *Benchmarking* como ferramenta de gestão para a indústria de calçados. 2014. **Relatório de estágio**. Disponível em:

<http://repositorio.uportu.pt/xmlui/bitstream/handle/11328/1218/TMG%2014.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso: 08 jun. 2022.

BUCO, C. A. O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação. **Revista Alter Ibi**, v. 1, p. 34-45, 2014.

CONDEPE/FIDEM. AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Pernambuco em Rede**: Caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2013.

EMPERAIRE, L. **La caatinga du sud-est du Piauí (Brésil): étude ethnobotanique**. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 1983. (Mémoire, n. 21).

EMPETUR. Empresa Pernambucana de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos. **Planejamento Estratégico de Turismo de Aventura**. 2022.

EZAQUIAS, J. E. The ecotourism system: A local approach. Practical case of Cuando Cubango province, Angola. **RIAT: Revista Interamericana de Medioambiente y Turismo**, v. 18, n. 1, p. 50-73, 2022.

FERREIRA, R. V. *et al.* **Geoparque Catimbau e Pedra Furada (PE)**. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). 2017.

FUMDHAM. **Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí – Brasil**. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano, 1998.

GUIDON, N.; DELIBRIAS, G. **Carbon-14 dates point to man in the Americas 32.000 years ago**. *Nature*, Londres, v. 321, p. 769-771, jun. 1986.

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara**. Brasília, DF: ICMBio, 2019.

INSTITUTO SEMEIA. **Parques do Brasil: percepções da população.** Disponível em: https://semeia.org.br/arquivos/2022_Parques_do_Brasil_Percepcoes_da_Populacao.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

INSTITUTO SEMEIA. **Diagnóstico do uso público em parques brasileiros: a perspectiva da gestão.** Disponível em: https://semeia.org.br/arquivos/Marco2021_DiagnosticodoUsoPublico_em_ParquesBrasileirosAPerspectivadaGestao.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

LIMA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, W. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **Revista Árvore**, v.29, n.4, 2005. p.647-653.

LOBO, D. *et al.* Five Practices for Building Local Capacity in Sustainability-Driven Entrepreneurship for Place-Based Transformations. **Sustainability**, v. 14, n. 5, p. 3027, 2022.

LOURDEAU, Antoine. A Serra da Capivara e os primeiros povoamentos sul-americanos: uma revisão bibliográfica. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 2, p. 367-398, maio-ago. 2019

MACÊDO, R. J. A.; SANTOS, J. C.; SURYA, L. Modelagem da erosão hídrica potencial no Parque Nacional Serra da Capivara, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 22, n. 4, p. 794, 2021.

MADEIRA, J. P. *Benchmarking* a Arte de Copiar. **Jornal do Técnico de Contas e da Empresa**, n. 411, p. 364-367, 1999.

MARTIN, G.; VIDAL, I. A. Dispersão e difusão das tradições rupestres no Nordeste do Brasil: vias de ida e volta. **Revista Clio Arqueológica**, v. 29, n. 2, p. 17, 2014.

MARTINS, C. Percepções e atitudes dos guias de turismo do Parque Nacional do Catimbau em relação à fauna silvestre. In: SIQUEIRA, F. *et al.* (Org.) **Ecologia e Conservação da Caatinga: curso de campo 2015**. Recife: UFPE, 2019. p.284-303.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Consulta ao banco de dados.** Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MTUR. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2023.** Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NARS, L. Gestão da Mudança e Aprimoramento da Cultura Institucional no Parque Nacional da Serra da Capivara. 2018. 40 f. **Trabalho de conclusão** (Ciclo de Formação em Gestão para Resultados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Iperó, 2018.

OLIVEIRA FILHO, R. C. de; MONTEIRO, M. do S. L. Ecoturismo no Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, p. 230-250, 2009.

ROCHA, M.H.M.; OLIVEIRA, N.S.M. Desafios do Turismo pedagógico no Parque Nacional do Vale do Catimbau (PE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v 15, n.1, p. 64-76, fev-abr 2022.

SACHS, J. **Economy for a crowded planet**. Nova York: Allen Lane, 2008.

SANTOS, J. C.; BARRETO, A. M. F.; SUGUIO, K. Depósitos quaternários no Parque Nacional Serra da Capivara e circunvizinhanças, Sudeste do Piauí, Brasil. *Geologia USP. Série Científica*, v. 12, n. 3, p. 115-132, 2012.

SELEME, R.; STADLER, H. **Controle da qualidade**: as ferramentas essenciais. Curitiba: IBPEX, 2008.

SELVA, Vanice. Ecoturismo e Educação Ambiental no Bioma Caatinga. In: Simpósio do Bioma Caatinga, 1. 2016, Petrolina. **Anais [...]** Petrolina: Embrapa, 2016. p. 85-93.

SERRANO, C. A educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Editora Chronos, 2000. p. 47-84.

SILVA, J. H; MAIA, F.B.A. Turismo, cooperação e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional do Catimbau, Buíque – PE. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 4, p. 559-570, 2013.

SILVA, J. H.; PIRES, M. L. L. S. Associativismo em áreas protegidas: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente & Sociedade [online]**, v. 19, n. 2, p. 169-186, 2016.

SILVA, V. M. *et al.* Stakeholders em parques nacionais: estudo de casos múltiplos dos Parques Nacionais do Catimbau, Serra da Capivara e Itatiaia–Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 3, n. 21/22, p. 107-116, 2014.

SIMONETTI, S. R; NASCIMENTO, E. P. Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Somanlu: revista de estudos amazônicos**. Manaus, v. 12, n. 1, p. 173-190, jan./jun. 2012.

SIQUEIRA, D. L. D. S. **Benchmarking Interno**: Uma Ferramenta de Gestão para Melhoria Contínua do Processo Educacional. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10746898-Benchmarking-interno-uma-ferramenta-de-gestao-para-melhoria-continua-do-processo-educacional.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SLAPER, T. F.; HALL T. J. The triple bottom line: What is it and how does it work. **Indiana business review**, v. 86, n. 1, p. 4-8, 2011.

SPENDOLINI, J.M. **Benchmarking**. São Paulo: Makron Books, 1993.

WATSON, H.G. **Benchmarking Estratégico**. São Paulo: Makron Books, 1994.

WONDIRAD, A; TOLKACH, D.; KING, B. Stakeholder collaboration as a major factor for sustainable ecotourism development in developing countries. **Tourism Management**, v. 78, p. 104024, 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

A partir do que foi desenvolvido nos artigos que compõem essa dissertação, discorreremos algumas considerações finais, destacando a importância e o potencial dos resultados alcançados, apontando as limitações percebidas e sugerindo novas pesquisas.

A comprovação da vocação inequívoca do Parque Nacional do Catimbau para o Ecoturismo, assim como para modalidades turísticas que vão além dos limites da UC, demonstrou que, desde que haja a necessária participação da comunidade, a atividade econômica do turismo na região tem potencial de ser o eixo condutor do desenvolvimento local sustentável.

Entretanto, mesmo tendo sido criada há mais de duas décadas, a inexistência do Plano de Manejo e do Conselho Gestor constituído e atuante, além das pendências nas necessárias desapropriações, resultam na não efetivação da Unidade de Conservação conforme preconiza o Snuc. Principalmente no que toca ao PM, a inexistência de elementos essenciais, como a definição das zonas de manejo, inviabiliza a execução da etapa mais basilar de todo sistema de gestão, que é o planejamento. Outrossim, para que o documento seja elaborado, faz-se necessária a instituição do Conselho Gestor, que contará com a participação dos diversos *stakeholders*, com forte atuação da comunidade local.

Outra condicionante de grande relevância diz respeito à precariedade da infraestrutura turística da região, agravada pela frágil relação estabelecida entre os atores da cadeia produtiva do turismo e do poder público em níveis federal, municipal e estadual, este último demonstrando alguns sinais de priorização. A precariedade dos relacionamentos entre as esferas de governo também constitui óbice para a expansão do mercado emissor, composto quase que integralmente por turistas provenientes de cidades pernambucanas e de estados próximos.

Diante da necessidade premente de se elaborar um planejamento para o turismo sustentável, a pesquisa utilizou a ferramenta de gestão do *Benchmarking* adaptada principalmente devido ao seu potencial de trazer retornos mais rápidos. A aplicação de um modelo adaptado do *Benchmarking* funcional utilizando o Parque Nacional da Serra da Capivara como marco referencial permitiu a identificação de boas práticas a serem replicadas no Catimbau.

O ponto principal foi a utilização do modelo do *Foundation Document* para a elaboração do Plano de Manejo, que se demonstrou eficaz para o objetivo de contemplar

de forma analítica a gestão do turismo sustentável no âmbito do PNSC. Outra prática de sucesso analisada foi a cogestão entre o ICMBio e a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM.

A aplicação da ferramenta de *Benchmarking*, contudo, não identificou referências para uma das principais condicionantes do desenvolvimento do turismo sustentável no Parna do Catimbau, que é a questão da infraestrutura turística. A relação entre os *stakeholders* no PNSC demonstrou-se bastante similar ao que é encontrado na UC pernambucana, não representando, portanto, um potencial para a superação do problema. Por outro lado, o PNSC é referência nacional no aproveitamento da produção cultural local, constantemente associada à imagem do Parque. O Parna do Catimbau possui um pujante artesanato local ainda não explorado, e a boa prática do PNSC surge como espelhamento de oportunidade de desenvolvimento.

Ainda através da aplicação da ferramenta, foi proposta a utilização de um modelo de gestão circular espacial do Ecoturismo. A análise das quatro zonas que compõem o modelo identificou os insumos e os produtos relacionados a cada etapa da produção do Ecoturismo na região do Parna do Catimbau, posicionando as potencialidades identificadas no artigo 1 da pesquisa junto às condicionantes estabelecidas no artigo 2. Com relação a este último, pode-se interpretar a expansão do mercado emissor, fator analisado na zona 4 do modelo, como uma condicionante não identificada no artigo.

Considera-se, portanto, que as conclusões extraídas dos três trabalhos que fazem parte da dissertação permitiram alcançar o objetivo geral definido para a pesquisa. As condicionantes para a gestão do turismo sustentável no Parna do Catimbau foram identificadas, analisadas e discutidas.

Por outro lado, as potencialidades turísticas foram muito bem definidas e discutidas. Soluções através do *Benchmarking* foram sugeridas, notadamente no que toca à elaboração do Plano de Manejo, à cogestão entre o órgão gestor e uma instituição sem fins lucrativos e à valorização da produção cultural. A análise da atividade turística na UC através da utilização de um modelo de gestão circular espacial do Ecoturismo também viabilizou o estabelecimento de um eixo direcionador para as ações em torno do Ecoturismo no Parque.

Diante das conclusões expostas, resta evidente a urgência da elaboração de um Plano de Manejo com ênfase na gestão do turismo sustentável. As diversas potencialidades do Parna do Catimbau foram muito pouco exploradas, haja vista o ainda pequeno número de visitantes mensais, se considerarmos outros destinos turísticos, e a

predominância de visitantes oriundos de localidades próximas. A preservação ambiental da região protegida também depende da elaboração de um zoneamento e planejamento de visitação muito bem definidos.

Para que haja a elaboração do PM, faz-se necessária a instituição do Conselho Gestor com participação da comunidade, fator essencial para a caracterização endógena do desenvolvimento local. A partir do planejamento, será possível enfrentar a complexa questão fundiária.

O PNSC tem muito a contribuir nesse processo. A cogestão entre a Fumdam e ICMBio é o ponto central de sucesso na administração do Parque, e a aplicação desse modelo pode ser viável no Parna do Catimbau. Deve-se considerar a história da Agturc nesse processo. A valorização da produção cultural de Zé Bezerra e Luiz de Benício deve ser explorada e utilizada como motivação para outros artesãos e artistas da região.

Consideramos, também, que o modelo de gestão circular espacial do Ecoturismo, que supre lacunas existentes em modelos anteriores, deve ser utilizado para que sirva de vetor direcionador no sentido do desenvolvimento do turismo sustentável na região, principalmente das pessoas que lá vivem.

No que toca às lacunas já mencionadas, sugerimos a elaboração de pesquisas com vistas a identificar soluções para a deficiência da relação entre os *stakeholders* responsáveis pela cadeia produtiva do turismo, tornando viáveis ações visando o desenvolvimento de uma infraestrutura turística básica para receber os visitantes. Faz-se necessário, também, para cada boa prática identificada no processo de *Benchmarking*, explorar os caminhos para suas implementações na realidade do Parna do Catimbau.

REFERÊNCIAS GERAIS

- ANDRADE, F. A. V.; LIMA, V. T. de A. Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 7, n. 13, p. 021–040, 2016.
- ANDRADE, L. E. A. Pelejas indígenas: conflitos territoriais e dinâmicas históricas na Serra do Catimbau. 2020. 258 f. **Tese** (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- ÁVILA, V. F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), 2006.
- BARROS, J. S.; FERREIRA, R. V.; PEDREIRA, A. J.; GUIDON, N. **Geoparque Serra da Capivara: proposta**. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/14608/1/rli_geoparque%20serra_capivara.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.
- BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. **Planos de Manejo**: Panorama, Desafios e Perspectivas. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS, v. 13, n. 2, 2019.
- BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. RJ: Letra e Imagem, 2009.
- BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; CIPOLLA, C. Practice of service design for tourism initiative: the quality of interpersonal relationships as a design requirement. Touchpoint – **The Journal of Service Design**, v. 1, p. 94-98, 2009.
- BDE. **Base de Dados do Estado**. 2021. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=473&Cod=3. Acesso em: 20 de mar. 2023.
- BEAMES, S.; SPENCER, C. **Adventure education**: An Introduction. New York: Routledge, 2014.
- BERNARDES, V. M. D. M. O *Benchmarking* como ferramenta de gestão para a indústria de calçados. 2014. **Relatório de estágio**. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/xmlui/bitstream/handle/11328/1218/TMG%2014.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002. **Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.340%2C%20DE%2022,inciso%20IV%2C%20e%20o%20art. Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9771, de 13 de dezembro de 2002. **Cria o Parque Nacional do Catimbau, nos Municípios de Ibirimirim, Tupanatinga e Buíque, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9771.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.975, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. Lei No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso: 18 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural.** Brasília, 2004.

BRITO, G. S. *et al.* Turismo Pedagógico: Uma Proposta de Educação Ambiental na Unidade de Conservação Parque Nacional da Serra da Capivara. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 1, p. 63-79, 2018.

BRUNO, A. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações**, v. 2, n.2, p. 10-25, 2014.

BUCO, C. A. O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação. **Revista Alter Ibi**, v. 1, p. 34-45, 2014.

BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. G. Cenário para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. In: Congresso Latino Americano de Investigacion turistica, 4., 2010, Montevideo (Uruguay). **Anais [...]** CD-ROM.

CAMPOS, R. I. R. de; PINTO, P. M.; CRUZ, S. H. R.; MENDES, F. L. de S. Turismo e unidades de conservação: análise teórico-conceitual e empírica do uso indireto em parques nacionais brasileiros. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 185-204, 2021.

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade, novas ruralidades e identidades sociais. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. D. (org.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização.** 7. ed. Brasília: Embrapa, 2004, p. 15-38.

CARVALHO, P. **Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais.** In: Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, 1., 2009, Coimbra (Portugal).

CAVALCANTE, M. B.; MARIANO NETO, B. Reflexões sobre os impactos sócio-ambientais da atividade ecoturística no Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba. **Revista Caminhos de Geografia**, v.8, n.24, p.46-55, 2007.

CEPAN - CENTRO DE PESQUISAS AMBIENTAIS DO NORDESTE. **Formação de Agentes Ambientais no Estado de Pernambuco**: o desafio de aproximar pessoas às Unidades de Conservação. Recife: Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste, 2020.

COLCHESTER, M. Salvaging nature: indigenous peoples and protected areas. In: **Social change and conservation**. Routledge, 2013. p. 97-130.

CONDEPE/FIDEM. AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Pernambuco em Mapas**. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2011.

CONDEPE/FIDEM. AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Pernambuco em Rede**: Caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2013.

COOPER, Chris *et al.* **Turismo, princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, L. N. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. D. F.; QUEIROZ, O. T. M. (org.). **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.

COSTA, P. C. **Unidades de conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

CUNHA, M. L. R.; MARINHO, A. M. A.; MACHADO, D. B. Turismo rural: conceitos, práticas e tendências. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 4, n. 3, p. 362-380, 2011.

DÍAZ-PÉREZ, D., GARCÍA-PALENCIA, M. A., HERNÁNDEZ-MOGOLLÓN, J. M. Turismo rural y calidad de vida: el caso de los alojamientos rurales en la provincia de Jaén. **Estudios Turísticos**, n. 214, p. 81-104, 2017.

DONOHUE, H. M.; NEEDHAM, R. D. Ecotourism: The evolving contemporary definition. **Journal of Ecotourism**, v. 5, n. 3, p. 192-210, 2006.

DOWLING, R. K. Plans for the development of regional ecotourism: theory and practice. In: HALL, C. M.; JENKINS, J. & KEARSLEY, G. (org.). **Tourism planning and policy in Australia and New Zealand**: cases, issues and practice. Sydney: McGraw-Hill, 1997, p. 110-134.

ELESBÃO, I. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, E. D. O.; SOUZA, M. (org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 150-166.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Disponível em:

http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizes_politicanacionalecoturismo1994.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **ECOTURISMO: Orientações Básicas**.

Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

EMPERAIRE, L. **La caatinga du sud-est du Piauí (Brésil): étude ethnobotanique**.

Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 1983. (Mémoire, n. 21).

EMPETUR. Empresa Pernambucana de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos. **Planejamento Estratégico de Turismo de Aventura**. 2022.

EZAQUIAS, J. E. The ecotourism system: a local approach. Practical case of Cuando Cubango província, Angola. **Revista Interamericana de Ambiente y Turismo**, v. 18, n. 1, p. 60-73, 30 jun. 2022.

FARIAS, G. B. Aves do Parque Nacional do Catimbau, Buíque, Pernambuco, Brasil. **Atualidades Ornitológicas**, v. 1, n. 147, p. 36-39, 2009.

FERREIRA, I. V. **Áreas protegidas do Brasil: gestão participativa do SNUC**. Brasília: BRASIL: Ministério do Meio Ambiente – MM: IBAMA: WWF: Funbio: Instituto Internacional de Educação do Brasil: The Nature Conservancy, 2004.

FERREIRA, R. V. *et al.* **Geoparque Catimbau e Pedra Furada (PE)**. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). 2017.

FORTUNATO, R. A; SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). **Revista de Cultura e Turismo**, vol. 5, n. 2, p. 85-100, 2011.

FREIRE, N. C. F. F. *et al.* Mapeamento e análise espectro-temporal das unidades de conservação de proteção integral da administração federal no bioma caatinga: Parque Nacional do Catimbau. **Relatório Parcial da Pesquisa**. Recife, 2015.

FUMDHAM. **Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí – Brasil**. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano, 1998.

GETZ, D. Models in tourism planning: towards integration of theory and practice. **Tourism Management**, v. 7, n. 1, p. 21-32, 1986.

GODFREY, K. Towards sustainability? Tourism in the Republic of Cyprus. In: HARRISON, L.; HUSBANDS, W. (Eds.). **Practicing responsible tourism: international case studies in tourism planning, policy and development**. Chichester: John Wiley and Sons, 1996.

GOMES, A. P. de S.; RODAL, M. J. N.; MELO, A. L. D. Florística e fitogeografia da vegetação arbustiva subcaducifólia da Chapada de São José, Buíque, PE, Brasil. **Acta Botanica Brasilica** [online]. v. 20, n. 1, p. 37-48, 2006.

GUIDON, N.; DELIBRIAS, G. **Carbon-14 dates point to man in the Americas 32.000 years ago**. *Nature*, Londres, v. 321, p. 769-771, jun. 1986.

HALL, C.; PAGE, S. **The geography of tourism and recreation: environment, place and space**. 3. ed. London: Routledge, 2006

HAUFF, S. **Representatividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Caatinga. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**: Brasília, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/arquivos-biomas/representativconservcaat_shauff_revisojoo_03_produto_final_203_completo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

HENRY-SILVA, G. G. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. **Revista Logos**, v. 12, p. 127-151, 2005.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. Sustainable tourism: Sustaining tourism or something more? **Tourism Management Perspectives**, v. 25, p. 157-160, 2018.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parna do Catimbau**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-do-catimbau>. Acesso em: 6 jun. 2022.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara**. Brasília, DF: ICMBio, 2019.

INSTITUTO SEMEIA. **Diagnóstico do uso público em parques brasileiros: a perspectiva da gestão**. Disponível em: https://semeia.org.br/arquivos/Marco2021_DiagnosticodoUsoPublico_em_ParquesBrasileirosAPerspectivadaGestao.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

INSTITUTO SEMEIA. **Parques do Brasil: percepções da população**. Disponível em: https://semeia.org.br/arquivos/2022_Parques_do_Brasil_Percepcoes_da_Populacao.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em: 28 mar. 2023.

IRVING, M. A., *et al.* Governança e áreas protegidas: Pensando o Contexto Brasileiro. Capítulo para o livro **Áreas protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Caminhos**, em elaboração, 2005.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2 ed. Campinas: Papipus, 2005. Coleção Turismo.

KÖHLER, A. F.; DURAND, J. C. G. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Turismo - Visão e Ação**, vol. 9, n.2, p. 185-198, maio /ago. 2007.

LEAL, *et al.* Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**, v.1, n. 1, p. 139-146, jul. 2005.

LIMA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, W. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **Revista Árvore**, v.29, n.4, 2005. p.647-653.

LOBO, D. *et al.* Five Practices for Building Local Capacity in Sustainability-Driven Entrepreneurship for Place-Based Transformations. **Sustainability**, v. 14, n. 5, p. 3027, 2022.

LÓPEZ-RICHARD, V.; CHINAGLIA, C. R. Turismo de Aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 199-215, nov. 2004.

LOURDEAU, Antoine. A Serra da Capivara e os primeiros povoamentos sul-americanos: uma revisão bibliográfica. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 2, p. 367-398, maio-ago. 2019

MACÊDO, R. J. A.; SANTOS, J. C.; SURYA, L. Modelagem da erosão hídrica potencial no Parque Nacional Serra da Capivara, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 22, n. 4, p. 794, 2021.

MACHADO, S. E. G. Turismo Rural E Resgate Cultural No Caminho Pomerano. 2011. 44 f. **TCC (Graduação)** - Curso de Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2011.

MADEIRA, J. P. *Benchmarking* a Arte de Copiar. **Jornal do Técnico de Contas e da Empresa**, n. 411, p. 364-367, 1999.

MARTIN, G. As pinturas rupestres do Sítio Alcobaça, Buíque –PE no contexto da tradição agreste. **Clio Arqueológica**, v. 1, n. 18, p. 27-49, 2005.

MARTIN, G.; VIDAL, I. A. Dispersão e difusão das tradições rupestres no Nordeste do Brasil: vias de ida e volta. **Revista Clio Arqueológica**, v. 29, n. 2, p. 17, 2014.

MARTINS, C. Percepções e atitudes dos guias de turismo do Parque Nacional do Catimbau em relação à fauna silvestre. In: SIQUEIRA, F. *et al.* (org.) **Ecologia e Conservação da Caatinga: curso de campo 2015**. Recife: UFPE, 2019. p. 284-303.

MATIKU, S. M.; ZUWARIMWE, J.; TSHIPALA, N. Sustainable tourism planning and management for sustainable livelihoods. **Development Southern Africa**, v. 38, n. 4, p. 524-538, 2021.

MENDES, Marcos da Costa. Caracterização e gênese de uma topossequência neossolo quartzarênico – latossolo amarelo no Parque Nacional do Catimbau, Pernambuco. 2012. 119 f. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

MILAN, P. L. Viajar para aprender: Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais – PR. 2007. 125f. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2007.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Consulta ao banco de dados**. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 18 maio 2023.

MTUR. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2023**. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 23 maio 2023.

NARS, L. Gestão da Mudança e Aprimoramento da Cultura Institucional no Parque Nacional da Serra da Capivara. 2018. 40 f. **Trabalho de conclusão** (Ciclo de Formação em Gestão para Resultados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Iperó, 2018.

NASH, R. F. **Wilderness and the American mind**. Yale: Yale University Press, 1967.

NUNES, I. Turismo, desenvolvimento e dependência em Cabo Verde. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2009. 126 p. **Dissertação de Mestrado em Economia**.

OLIVEIRA FILHO, R. C. de; MONTEIRO, M. do S. L. Ecoturismo no Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, p. 230-250, 2009.

OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré - Bahia. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 2, p. 193-202, set. 2007.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 maio 2023.

OURIQUES, H.R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2005.

PEREIRA, L.C.B. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PERINOTTO, A. R. C. Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, p.100-103, 2008.

PINHEIRO, I. F. S. *et al.* A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo: visões e perspectivas para o planejamento turístico com vistas à sustentabilidade. **Soc. nat.**, v. 23, n. 3, p. 467-482, 2011.

PRADO, D. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, I.R.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M.C. **Ecologia e conservação da Caatinga**. Recife: UFPE 2003. p. 3-73.

REZENDE, E. N.; COELHO, H. A. A efetiva implantação das Unidades de Conservação ambiental por meio da desapropriação. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 4, n. 3, p. 125–140, 2016.

ROCHA, M.H.M.; OLIVEIRA, N.S.M. Desafios do Turismo pedagógico no Parque Nacional do Vale do Catimbau (PE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v 15, n.1, p. 64-76, fev./abr. 2022.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSSO, A. Turismo Rural: um estudo exploratório sobre a oferta de hospedagem em propriedades rurais no Brasil. **Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 204-223, 2003.

SACHS, J. **Economy for a crowded planet**. Nova York: Allen Lane, 2008.

SANTANA, P. N. *et al.* Percepção de moradores e visitantes sobre o gerenciamento do Parque Nacional do Catimbau (Pernambuco, Brasil). **Journal of Perspectives in Management – JPM**, v. 3, n. 1, p. 2-16, 2019.

SANTOS, J. C.; BARRETO, A. M. F.; SUGUIO, K. Depósitos quaternários no Parque Nacional Serra da Capivara e circunvizinhanças, Sudeste do Piauí, Brasil. *Geologia USP. Série Científica*, v. 12, n. 3, p. 115-132, 2012.

ŠAPARNIENĖ, et. al. Expression of Behavior and Attitudes toward Sustainable Tourism in the Youth Population: A Search for Statistical Types. **Sustainability**, v. 14, n. 473, jan. 2022.

SCHAIK, C. V.; RIJKSEN, H. D. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal Paraná, 2002. p. 37-51.

SCÓTOLO, D. NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Cultur: Revista de Cultura e Turismo**, v.9, n.1, p.36-59, fev. 2015.

SEABRA, G. F. D. O turismo sertanejo como alternativa econômica para o semi-árido. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 1, n. 2, p. 137-143, jun. 2003.

SELEME, R.; STADLER, H. **Controle da qualidade: as ferramentas essenciais**. Curitiba: IBPEX, 2008.

SELVA, V. Ecoturismo e Educação Ambiental no Bioma Caatinga. In: Simpósio do Bioma Caatinga, 1. 2016, Petrolina. **Anais [...]** Petrolina: Embrapa, 2016. p. 85-93.

SENA, A. G.; RODRIGUES, R. L. D. S.; SILVA, A. C.; PORDEUS, R. B. Parque Nacional do Catimbau – PE: um laboratório para aulas práticas de Geomorfologia. **Revista Geonorte**, v. 2, n. 4, p. 599-606, 2012.

SERRANO, C. A educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Editora Chronos, 2000. p. 47-84.

SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SILVA, *et al.* **Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.

SILVA, J. H. DA; PIRES, M. L. L. S. Associativismo em áreas protegidas: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente & Sociedade** [online], v. 19, n. 2, p. 169-186, 2016.

SILVA, J. H.; MAIA, F. B. A. O turismo no Parque Nacional do Catimbau: Avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo – Visão e Ação**, v. 10, n.2, art. 3, p. 204-220, 2008.

SILVA, J. H.; MAIA, F. B. A. Organização local e gestão participativa do turismo em unidades de conservação: a difícil tarefa de integração no Parque Nacional do Catimbau (PE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 1, p.36-48, abr. 2011.

SILVA, J. H.; PIRES, M. L. L. S. Associativismo em áreas protegidas: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente & Sociedade [online]**, v. 19, n. 2, p. 169-186, 2016.

SILVA, J. H; MAIA, F.B.A. Turismo, cooperação e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional do Catimbau, Buíque – PE. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 4, p. 559-570, 2013.

SILVA, M. R. F, SANTOS, N. P. Demanda turística no Brasil e os caminhos para o turismo sustentável. In: SEABRA, Giovanni de Farias; PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo Sertanejo Patrimônio Cultural e Realidade Social em Comunidades**. Joinville: Clube de Autores, 2014. p. s/p.

SILVA, V. M. *et al.* Stakeholders em parques nacionais: estudo de casos múltiplos dos Parques Nacionais do Catimbau, Serra da Capivara e Itatiaia–Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 3, n. 21/22, p. 107-116, 2014.

SIMONETTI, S. R; NASCIMENTO, E. P. Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Somanlu: revista de estudos amazônicos**. Manaus, v. 12, n. 1, p. 173-190, jan./jun. 2012.

SIQUEIRA, D. L. D. S. **Benchmarking Interno**: Uma Ferramenta de Gestão para Melhoria Contínua do Processo Educacional. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10746898-Benchmarking-interno-uma-ferramenta-de-gestao-para-melhoria-continua-do-processo-educacional.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SLAPER, T. F.; HALL T. J. The triple bottom line: What is it and how does it work. **Indiana business review**, v. 86, n. 1, p. 4-8, 2011.

SMITH, V. L. Introduction. In: **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo Desenvolvimento Local**. 2ª Ed. HUCITEC. São Paulo, 2002.

SOUZA, T. F. Pinturas rupestres e paisagem: um estudo de caso das representações zoomórficas do Vale do Catimbau – PE. 2016. 179f. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SPENDOLINI, J.M. **Benchmarking**. São Paulo: Makron Books, 1993.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V. Por que o mundo necessita de parques? In: **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002. p. 25-36.

TOSUN, C.; JENKINS, L. Regional planning approaches to tourism development. **Tourism Management**, v. 17, n. 7, p. 519-531, 1996.

TROBIA, G.; MOREIRA, J. C. Análise da percepção do visitante do parque nacional dos Campos Gerais-PR. **Revista UNIFAMMA**, v.13, n.2, 2014.

VULCANIS, A. Doação em Áreas em Unidade de Conservação e Compensação Temporária da Reserva Legal. **Revista de Direito Ambiental**, v.19, n.74, p. 417-445, 2014.

WATSON, H.G. **Benchmarking Estratégico**. São Paulo: Makron Books, 1994.

WONDIRAD, A; TOLKACH, D.; KING, B. Stakeholder collaboration as a major factor for sustainable ecotourism development in developing countries. **Tourism Management**, v. 78, p. 104024, 2020

WWF-BRASIL. **Caatinga**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_caatinga/. Acesso em: 15 jun. 2022.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p 1-14, 2008.